



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO

ROSANGELA VILELA SOBRAL SILVA

PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO PARA
COMUNIDADES RURAIS DE TOBIAS BARRETO /SE

ARACAJU
2019

ROSANGELA VILELA SOBRAL SILVA

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO PARA
COMUNIDADES RURAIS DE TOBIAS BARRETO /SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós- Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo.

LINHA DE PESQUISA: GESTÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

ORIENTADORA: PROF. DR^a IRINÉIA ROSA DO NASCIMENTO

ARACAJU
2019

S586p Silva, Rosangela Vilela Sobral.
Planejamento turístico participativo para comunidades rurais de Tobias Barreto – SE / Rosangela Vilela Sobral Silva. – Aracaju, 2019.
132 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Programa de Pós- Graduação de Mestrado Profissional em Turismo - PPMTUR.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Irinéia Rosa do Nascimento.

1. Turismo comunitário 2. Turismo rural 3. Planejamento participativo I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS II. Nascimento, Irinéia Rosa do III. Título.

CDU 338.48

ROSANGELA VILELA SOBRAL SILVA

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO PARA
COMUNIDADES RURAIS DE TOBIAS BARRETO /SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós- Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Aprovado em: _____/_____/_____

Orientadora: Prof^a. Dr^a Irinéia Rosa do Nascimento (Presidente)

Instituto Federal de Sergipe - IFS

1º Examinador: Prof^o. Dr^o Lício Valério Lima Vieira (Membro Interno)

Instituto Federal de Sergipe - IFS

2º Examinador: Prof^o. Dr^o Denio Santos Azevedo (Membro Externo)

Universidade Federal de Sergipe - UFS

CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) responsável pelo Curso de Mestrado Profissional em Turismo a permissão para disponibilizar, reproduzir, emprestar ou vender cópias desse trabalho. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Rosangela Vilela Sobral Silva (Instituto Federal de Sergipe – IFS)

Prof.^a Dr.^a Irinéia Rosa do Nascimento (Instituto Federal de Sergipe – IFS)

Dedico esta dissertação aos participantes das comunidades rurais de Tobias Barreto e do município de Poço Verde.

AGRADECIMENTOS

Hoje concluo mais uma etapa desta caminhada acadêmica, que é árdua, mas muito gratificante. Durante estes dois anos de pesquisa tive a graça de ter ao meu lado pessoas maravilhosas, e hoje é dia de agradecê-las!

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre estar ao meu lado, guiando e iluminado o meu caminho. Agradeço também às interseções de Nossa Senhora Aparecida, São Francisco de Assis e São José nos momentos de dúvida.

Agradeço a minha família, principalmente ao meu pai (*in memoriam*), que sei que está feliz com essa conquista (ele sempre disse que eu iria longe, e eu irei); a minha mãe Rozane e ao meu esposo Manoel Felipe, por todo incentivo, estímulo e por vibrar junto comigo em todas as etapas vencidas. (Abro um parêntese para agradecer também ao meu cachorro Luke - parece estranho agradecer a um cachorro, mas durante os dias e noites de estudo para a prova de seleção e apresentações, ele ficava ao meu lado ouvindo as explicações como se estivesse entendendo tudo). Amo vocês!

Às amigas da primeira graduação, Sarah e Jailma, grandes companheiras/irmãs/madrinhas que sempre estiveram presentes em diversos momentos da minha vida, e vibraram junto comigo a cada etapa conquistada durante a seleção do mestrado. Das Letras para a vida!

Não posso deixar de agradecer também ao meu QUARTETO FANTÁSTICO: Katxeenha, Zé Ricardo e Mecinho, grandes amigos do curso de Turismo/UFS e da vida. Muito obrigada pela amizade, pelos conselhos, pelas brincadeiras e pela compreensão nos momentos de ausência. Vocês não sabem o quanto são importantes para mim. Amo muito vocês!

Por falar em UFS, muito obrigada aos professores do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe por todo conhecimento transmitido, o qual contribuiu muito para a consolidação deste trabalho.

Agradeço ao Centro Dom José Brandão de Castro, nas pessoas de Alex Federle, Sr. Carlos Alberto e João Alexandre (e a Cris pelos conselhos e orações). Graças a vocês, que confiaram a mim a missão de Comunicadora Popular da instituição, pude conhecer a vida das pessoas do semiárido e o objeto de estudo desta pesquisa, para então contribuir no âmbito do turismo, com o desenvolvimento e fortalecimento de uma atividade turística em localidades rurais de maneira responsável.

Agradeço à PROPEX/IFS, na pessoa da Reitora Dr^a Ruth Sales Gama, por unir-se ao professor Lício na conquista da bolsa para o mestrado, a qual auxiliou bastante no processo da pesquisa *in loco*. Aos professores do PPMTUR pelo conhecimento transmitido, à coordenação do Mestrado e a todas as colegas da turma mais feminina que um mestrado poderia ter. Obrigada, em especial, a Leylane, grande parceira/amiga que tive nessa caminhada de produções e apresentações de trabalhos; à “Maria” Eunice, que é mais do que uma secretária do PPMTUR, uma MÃEZONA. Você conseguiu com seus conselhos e alto astral inigualável fazer com que o mestrado ocorresse de maneira tão leve.

Posso dizer que tive muita sorte durante estes 24 meses, pois tenho na banca de defesa três pessoas maravilhosas. Agradeço à Prof^a Dr^a. Irineia Rosa do Nascimento, que me escolheu para ser sua orientanda, e foi uma orientadora de verdade. Ela que esteve presente nas oficinas com maravilhosas contribuições ao trabalho, sempre ajudando nas produções e dando dicas importantíssimas: MUITO OBRIGADA!

Obrigada aos professores Dr. Lício Valério e Dr. Denio Santos Azevedo. Ao primeiro, só tenho a agradecer a paciência em nos receber e sanar as dúvidas que existiam no decorrer do mestrado (mesmo ocupado sempre me atendia quando eu abria a porta desconfiada kkkkk) e por vibrar com cada conquista nossa; ao segundo, meu eterno orientador, que desde o início da graduação em Turismo foi um dos maiores incentivadores para que eu investisse na vida acadêmica. Não tenho palavras para expressar o quanto sou grata por sempre acreditar em mim e ficar feliz a cada avanço.

Muito obrigada aos dois por aceitar compor a banca de defesa da dissertação. Vocês são exemplos de profissionais humanos. Posso dizer que não tenho examinadores, mas sim orientadores MARAVILHOSOS. Quando crescer, quero ser igual a vocês. Muito obrigada!

Por último e não menos importante, agradeço à Comunidade Jacaré (em especial a Seu Pedro Meneses), às comunidades circunvizinhas, aos participantes do município de Poço Verde, e ao Diretor de Cultura do município de Tobias Barreto, Fábio Ribeiro, pela receptividade, por acreditar na viabilidade deste produto e ver no turismo uma nova possibilidade de desenvolvimento. Sem vocês, tudo que está escrito aqui não teria sentido.

“Comecemos, irmãos, pois até agora, pouco ou nada fizemos!”

(São Francisco de Assis)

RESUMO

O Turismo é um fenômeno que ao longo do tempo vem apresentando várias transformações decorrente da dinâmica mundial que envolve as atividades de caráter econômico, social, cultural e ambiental. Esse contexto de mudanças, colaborou para a desfragmentação do entendimento convencional do turismo, criando novas perspectivas de inclusão social e inserção comercial, a partir da valorização de componentes locais, vistos como atrativos para diferentes experiências turísticas. Dentro desta visão, o Turismo de Base Comunitária – TBC surgiu como uma modalidade que oferece experiências turísticas, protagonizadas por comunidades que passaram por um processo de estruturação e empoderamento, tornando-se capazes de bem gerenciar os recursos turísticos e gerar alternativas de emprego e de renda no local. Da mesma forma, o turismo rural vem de encontro ao turismo de massa, e considerando a lógica da multifuncionalidade do espaço rural, surge como uma das atividades com potencial para diversificar e fortalecer a economia. No caso da agricultura familiar, o turismo pode contribuir para minimizar o êxodo rural e demais mazelas provenientes do desamparo secular deste segmento. No entanto, a implementação dessas modalidades de turismo em comunidades rurais, especialmente o TBC, necessita da efetiva participação dos agentes locais na organização e no planejamento, visto que nessa modalidade, a comunidade é o centro das ações e deve estar inserida em todo processo de construção da atividade turística. Objetivou-se com o presente trabalho desenvolver um Plano de Gestão de Turismo Rural de Base Comunitária em comunidades rurais do município de Tobias Barreto/SE. Para isso, foi necessário caracterizar os aspectos sociais, culturais, ambientais, produtivos e econômicos presentes na localidade e circunvizinhança; identificar as potencialidades locais para a implantação e desenvolvimento do turismo rural de base comunitária; levantar temáticas para a capacitação dos membros da comunidade, além de traçar estratégias de planejamento junto à comunidade, para a implantação e desenvolvimento de um turismo rural de base comunitária. A pesquisa perpassou pela corrente filosófica fenomenológica, de natureza aplicada, do tipo exploratória e descritiva, com a utilização de procedimentos metodológicos de pesquisa-ação na obtenção e condução dos dados. Ainda, foram realizadas investigações bibliográfica e documental, além de ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e de metodologias participativas para realizar as oficinas propostas no trabalho. Verificou-se que, as atividades turísticas que estão sendo executadas em algumas das comunidades, são fortes indicadores da potencialidade turística da região e poderão ser associadas a outras iniciativas em povoados circunvizinhos. O planejamento participativo fornecerá subsídios para o aprimoramento e planejamento das ações gerenciadas pelas comunidades, assim como para possíveis políticas públicas regionais, com reflexos positivos na qualidade de vida da comunidade Jacaré e circunvizinhança.

Palavras-chave: Turismo comunitário. Turismo rural. Planejamento participativo.

ABSTRACT

Tourism is a phenomenon that over time has undergone several transformations due to the worldwide dynamics that involve economic, social, cultural and environmental activities. This context of change has contributed to the defragmentation of the conventional understanding of tourism, creating new perspectives of social inclusion and commercial insertion, based on the valorization of local components, seen as attractive for different tourist experiences. Within this vision, Community Based Tourism - TBC emerged as a modality that offers tourism experiences, carried out by communities that underwent a process of structuring and empowerment, becoming capable of well managing the tourism resources and generating alternatives of employment and income on the spot. . Similarly, rural tourism comes against mass tourism, and considering the logic of rural multifunctionality, emerges as one of the activities with the potential to diversify and strengthen the economy. In the case of family farming, tourism can contribute to minimize rural exodus and other ills arising from the secular abandonment of this segment. However, the implementation of these modalities of tourism in rural communities, especially the TBC, requires the effective participation of local agents in the organization and planning, since in this modality, the community is the center of actions and must be inserted in every process of construction of tourist activity. The objective of this work was to develop a Community Based Rural Tourism Management Plan in rural communities in the municipality of Tobias Barreto / SE. For this, it was necessary to characterize the social, cultural, environmental, productive and economic aspects present in the locality and surrounding area; identify local potential for the implementation and development of community-based rural tourism; to raise themes for the training of community members, and to draw community planning strategies for the implementation and development of community-based rural tourism. The research ran through the phenomenological, applied, exploratory and descriptive philosophical current, with the use of methodological procedures of action research in obtaining and conducting the data. Also, bibliographical and documentary investigations were carried out, as well as tools for Rapid Participatory Diagnosis (DRP) and participatory methodologies to carry out the workshops proposed in the work. It has been found that the tourism activities that are being carried out in some of the communities are strong indicators of the tourist potential of the region and may be associated with other initiatives in surrounding villages. The participatory planning will provide subsidies for the improvement and planning of actions managed by the communities, as well as possible regional public policies, with positive impacts on the quality of life of the Jacaré community and surrounding area.

Keywords: Community tourism. Rural tourism. Community planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Configuração espacial do município Tobias Barreto.....	51
Figura 2: Entrada do Recanto da Serra.....	53
Figura 3: Entrada do Museu D. Maria, Povoado Jacaré.....	54
Figura 4: Busto de Epifânio Doria, em frente às ruínas da sua antiga casa.....	55
Figura 5: Visita à comunidade para a apresentação da pesquisa.....	61
Figura 6: Aplicação da ferramenta “O que essa mão já fez”? e “O que essa mão é capaz de fazer”.....	62
Figura 7: Aplicação da técnica “Linha do tempo”.....	64
Figura 8: Apresentação da Linha do tempo.....	65
Figura 9: Aplicação da ferramenta “Mapa da comunidade”.....	70
Figura 10: Apresentação do Mapa de Recursos Econômicos.....	70
Figura 11: Apresentação do Mapa de Recursos Naturais.....	71
Figura 12: Apresentação do Diagrama de Venn.....	73
Figura 13: Palestra sobre o turismo.....	74
Figura 14: Apresentação da Análise SWOT para os participantes.....	76
Figura 15: Leitura e validação do produto final.....	85
Figura 16: Praça dos Três Poderes - Comunidade Nova Brasília.....	86
Figura 17: Doces produzidos por D. Dete.....	87
Figura 18: Visita ao Mirante da Oração – Comunidade Vila de Samambaia.....	87
Figura 19: Rechilieu -Modelo de passadeira.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fluxograma do processo metodológico na condução do trabalho.....	58
Quadro 2: Ferramentas participativas aplicadas nas oficinas.....	59
Quadro 3: Atividades e habilidades retratadas através da ferramenta “O que essa mão já fez?”.....	62
Quadro 4: O que essa mão é capaz de fazer?.....	63
Quadro 5: Histórico e atrativos das comunidades.....	65
Quadro 6: Perguntas utilizadas como instrumentos para discussão e reflexão coletiva.....	67
Quadro 7: Motivos para visitação à Comunidade Jacaré, descritos pelos participantes.....	68
Quadro 8: Resultado do Mapa das comunidades.....	71
Quadro 9: Questões reflexivas sobre turismo na comunidade.....	75
Quadro 10: Análise SWOT.....	79
Quadro 11: Prognóstico.....	80
Quadro 12: A�es de planejamento.....	83
Quadro 13: Missão, visão e objetivos.....	84
Quadro 14: Roteiro Turístico da região.....	84

LISTA DE SIGLAS

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

AMASE - Associação Mão no Arado de Sergipe

CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro

DRP- Diagnóstico Rápido Participativo

ENTBL - Encontro Nacional de Turismo de Base Local

FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFS - Instituto Federal de Sergipe

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTUR - Ministério do Turismo

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SASAC- Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats

TBC - Turismo de Base Comunitária

TGS - Teoria Geral dos Sistemas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
1.1 O TURISMO ENQUANTO FENÔMENO: DO TURISMO DE MASSA AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	22
1.1.2 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PARA AS COMUNIDADES.....	30
1.2 DESENVOLVIMENTO E TURISMO SUSTENTÁVEL.....	34
1.3 PREMISSAS E CONCEITOS SOBRE O TURISMO RURAL.....	42
1.4 INOVAÇÃO SOCIAL NO TURISMO.....	48
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	51
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	51
2.2 O CAMINHAR DA PESQUISA.....	57
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	63
3.1 AS OFICINAS.....	63
3.2 A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	93
Apêndices	106

INTRODUÇÃO

O turismo configura-se como um fenômeno socioeconômico importante, visto a sua capacidade em atrair investimentos, gerar empregos e incentivar o desenvolvimento de novas atividades, além de fortalecer as já existentes nas regiões. A atividade construída a partir de um planejamento turístico e de políticas que auxiliam para a consolidação e desenvolvimento da atividade nos estados brasileiros contribui para a promoção de destinos atraentes e diversificados, aumenta o fluxo de turistas em todo o país e, conseqüentemente, estimula a economia local.

As políticas de turismo são instrumentos que viabilizam a atividade turística, subsidiando o seu desenvolvimento nos municípios e nas regiões com potencialidades turísticas. Para tal ocorrência, é preciso analisar e “respeitar as peculiaridades e especificidades de cada região e entender o papel de cada município no processo de desenvolvimento regional do turismo” (BRASIL, 2015, p. 9), para direcionar as políticas públicas com eficiência a cada região que apresenta potencial turístico.

Desta forma, o Governo Federal através do Ministério do Turismo (MTUR), produziu em 2015, a Cartilha de Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Esse instrumento propôs a melhoria nas tomadas de decisões e implementação de políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros (BRASIL, 2015).

Dois anos após a elaboração da cartilha, o Programa de Regionalização do Turismo elaborou o Mapa do Turismo Brasileiro. Essa importante ferramenta propõe identificar os municípios que possuem potencialidades para o turismo e colaborar para o desenvolvimento regional das políticas públicas voltadas ao Turismo nessas regiões. O documento considera a dinâmica do turismo e realiza atualizações no mapa a partir de avaliações periódicas, como a exclusão ou inclusão de municípios contemplados para o incremento do Turismo no Brasil (BRASIL, 2017).

De acordo com o mapa, o país apresenta 328 regiões turísticas inseridas em 3.285 municípios. Dentre esses, o Estado de Sergipe, através da última atualização do documento, em 2017, obteve representação de 58 municípios. Esses dados são considerados até os dias atuais (BRASIL, 2017a).

Sergipe possui cinco regiões/polos turísticos. Em 2004, esses foram identificados como: Costa dos Coqueirais, Velho Chico, Serras, Entre Rios e Tabuleiros. Em 2006 ocorreu a alteração nas nomenclaturas de duas regiões: Serras passou a ser chamado de Serras Sergipanas e Entre Rios passou a ser identificado como Sertão das Águas, nomes que permanecem até hoje (SERGIPE, 2009).

Em relação às ações e investimentos do MTUR nos últimos anos, os polos sergipanos que se destacaram foram o Polo Costa dos Coqueirais e o Polo Velho Chico. Quanto ao Polo Sertão das Águas, observou-se a ausência de referência documental e de investimentos do MTUR na região, apesar da identificação de potencialidades para o desenvolvimento do turismo na região. Localizado na região centro-sul do estado de Sergipe, o Polo Sertão das Águas contempla os municípios de Itabaianinha, Lagarto, Simão Dias, Tobias Barreto, Arauá, Umbaúba, Boquim, Cristinápolis, Pedrinhas, Riachão do Dantas e Salgado (GURGEL, 2017).

Considerando ainda a categorização realizada pelo Ministério do Turismo, que classifica os municípios quanto a infraestrutura para o turismo em A, B, C, D e E, têm-se nas três primeiras categorias (A, B, C) os municípios que apresentam trabalhos e estabelecimentos formais em meios de hospedagem e contém fluxo doméstico ou fluxo internacional. Enquanto as categorias D e E, representam os municípios que possuem apoio às cidades geradoras de fluxo turístico (GURGEL, 2017).

Conforme a classificação descrita, até no ano de 2017, o município Tobias Barreto foi incluído na categoria C, enquanto os demais municípios do Polo Sertão das Águas foram incluídos nas categorias D ou E. No entanto, na última atualização do mapa do turismo, publicada em 2018, Tobias Barreto foi classificado na categoria D, apesar da potencialidade para o desenvolvimento de atividades e produtos turísticos e de alavancar o turismo na região, anteriormente constatada.

Os resultados atuais do MTUR indicam a necessidade de uma reflexão sobre a condução e estruturação da atividade turística no Polo Sertão das Águas, especialmente no que tange o município Tobias Barreto, já que o plano diretor do município, apresenta no artigo 13, inciso 2 a importância de instigar as atividades econômicas que podem ser relacionadas ao turismo, através de segmentos como o turismo rural, cultural e ecológico, investindo nas potencialidades existentes no município (SERGIPE, 2006). Dessa maneira, faz-se necessário compreender a dinâmica das atividades turísticas desenvolvidas para a promoção do turismo local.

Tobias Barreto é reconhecido regionalmente como um importante centro comercial, com uma variedade de indústrias têxteis, diversidade de produtos artesanais, como os bordados e cerâmica, atraindo compradores e visitantes de diferentes pontos do Estado de Sergipe e de outros estados nordestinos.

O intenso comércio na sede municipal e os elementos culturais ali presentes podem ser considerados atrativos para os visitantes, como a Casa de Cultura (onde está instalada a Secretaria de Cultura do município) e a Casa de Tobias Barreto, local que apresenta e resgata a história latente do filósofo e poeta Tobias Barreto de Menezes. Além da sede municipal, ressalta-se ainda a área rural do município com uma diversidade de paisagens e de elementos culturais de interesse turístico. Entre os povoados rurais do município, o Jacaré ganha representatividade em decorrência da sua expressão turística.

Esse povoado distante 23 Km da sede municipal, contém um estabelecimento turístico denominado de Recanto da Serra, palco das iniciativas comunitárias em preservar os elementos históricos e culturais locais. Nas proximidades do Recanto da Serra, outras ações estão sendo implementadas a exemplo da construção do Museu da Senzala, do Museu e busto do poeta nativo Epifânio Dórea.

Além do povoado Jacaré, outras comunidades possuem forte potencial para a atividade turística. Isso ocorre em virtude da criatividade, dedicação e a preocupação em construir ambientes que possam apresentar aos visitantes um resgate histórico, ambiental e cultural que chamam a atenção e evidenciam a necessidade da estruturação das ações, como atividades turísticas desenvolvidas de maneira sustentável, com as comunidades como protagonista do processo.

Neste contexto, apresentou-se como questionamento para nortear este trabalho verificar se a elaboração do planejamento participativo para a implementação do Turismo de Base Comunitária pode fortalecer a atividade turística nas comunidades rurais de Tobias Barreto. A intenção foi de contribuir para o desenvolvimento do turismo rural e de base comunitária no município, e auxiliar na permanência do Polo Sertão das Águas no Mapa do Turismo, ao considerar o potencial turístico do Povoado Jacaré e imediações.

Indubitavelmente, a organização e o planejamento são elementos essenciais para a efetivação e sucesso da atividade. Assim, objetivou-se com esse trabalho desenvolver um Plano de Gestão de Turismo Rural de Base Comunitária em comunidades rurais do município de

Tobias Barreto/SE. Este produto será uma ferramenta de auxílio na organização e no engajamento da comunidade para o desenvolvimento das atividades turísticas.

Para a construção da dissertação e elaboração do produto final foi necessário caracterizar os aspectos sociais, culturais, ambientais, produtivos e econômicos presentes no Povoado Jacaré e circunvizinhança; identificar as habilidades e potencialidades dos membros da comunidade que poderão ser associadas à atividade de turismo; levantar temáticas para a capacitação dos membros das comunidades, visando contribuir para o processo de profissionalização para o turismo e demais atividades, além de traçar estratégias de planejamento junto à comunidade, para a implantação e desenvolvimento de um turismo rural de base comunitária.

O trabalho seguiu a corrente filosófica fenomenológica, de natureza aplicada, do tipo exploratória e descritiva. Quanto à abordagem, foram utilizados métodos qualitativos e a pesquisa – ação no alcance da condução dos dados. Foram realizadas ainda investigações bibliográfica e documental. Para a elaboração do produto final, foram utilizadas ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e de metodologias participativas que possibilitaram a identificação das potencialidades locais para a implementação e desenvolvimento do turismo rural de base comunitária.

Portanto, a pesquisa realizada buscou contribuir para a melhoria da qualidade de vida e geração de renda na comunidade e circunvizinhança, além de proporcionar maior visibilidade ao município e ao Polo Sertão das Águas. O resultado desse trabalho produziu ainda dados que servirão de subsídios às políticas públicas de turismo, visando o futuro incremento da atividade turística na região do Polo Sertão da Águas.

Com o intuito de entender e aprofundar as discussões que permeiam os temas abordados nesse estudo, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo há uma subdivisão, onde o subcapítulo 1.1 apresenta o referencial teórico, a partir de uma reflexão em ordem cronológica, sobre o turismo enquanto fenômeno e as suas transformações, desde o turismo com enfoque econômico (PANOSSO NETTO, 2010), as perspectivas do turismo de massa, que proporciona a “[...] visitação de novos destinos” (PANAZZOLO, 2005, p.08) e o surgimento do turismo de base comunitária, com a proposta de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, com o engajamento dos atores locais nas tomadas de decisão. Nesse capítulo são apresentadas ainda, as considerações sobre o planejamento no âmbito do turismo, e principalmente, a necessidade do planejamento comunitário, visto que é de extrema

importância o engajamento dos agentes locais na construção no desenvolvimento da atividade turística (SIMOMNS, 1994).

O item 1.2 apresenta uma discussão sobre a relação turismo e desenvolvimento sustentável. São abordadas as considerações sobre o surgimento das preocupações com o meio ambiente e seu futuro, através das diversas conferências que trouxeram contribuições para as premissas da mudança do paradigma de desenvolvimento e as novas dimensões do turismo diante da concepção de sustentabilidade, com a inclusão das comunidades rurais, tradicionalmente desfavorecidas na inserção ao mercado. (DIAS, 2003; TOMIELLO, 2009; FARIA, 2014)

Já o subcapítulo 1.3 expõe as reflexões e considerações sobre o espaço rural e as novas ruralidades, transcorrendo sobre as transformações que aconteceram nas últimas décadas nesse ambiente, relacionando as propostas de turismo rural e de turismo de base comunitária no que se refere a multifuncionalidade rural, sendo o turismo rural uma estratégia que assegurasse “[...] pelo menos, a rentabilidade e a satisfação mínima para manutenção do homem no campo” (ROQUE; VIVIAN, 1999, p. 2).

O subcapítulo 1.4 apresenta as principais considerações sobre a inovação social, trazendo uma reflexão sobre a relação entre inovação, turismo rural e turismo de base comunitária, dentro de uma nova perspectiva de desenvolvimento local. Nesse contexto, o TBC e o turismo rural são considerados como uma nova alternativa de inserção dos agentes locais na atividade turística.

O segundo capítulo descreve a metodologia utilizada para a elaboração do Plano de Gestão do Turismo de Base Comunitária. Nesse tópico foi enfatizado as características do objeto do estudo, através descrição dos aspectos geográficos, edafoclimáticos, socioeconômicos e culturais presentes no município Tobias Barreto e no Povoado rural Jacaré, a partir das observações e identificação de suas potencialidades produtivas e para o turismo. Destaca-se também a utilização de metodologias participativas no processo de construção da proposta, na busca de indicadores e informações necessárias para a construção do Plano de Gestão. A seção traz ainda a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados durante o trabalho de campo, que contou com a participação de moradores do Povoado Jacaré e das comunidades Sítio Salgado, Pitombas, Nova Brasília e Samambaia, além dos moradores de Poço Verde.

O terceiro e último capítulo apresenta os resultados coletados durante a pesquisa de campo, e a construção do Plano de Gestão do TBC, produto elaborado pelos moradores do Povoado e participantes das comunidades circunvizinhas.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este primeiro capítulo apresenta de maneira cronológica, uma reflexão sobre o turismo e suas principais transformações do viés econômico ao turismo com preocupação social, ambiental e cultural, através do Turismo de Base Comunitária, assim como a necessidade do planejamento turístico acontecer com a participação dos atores locais.

1.1 O TURISMO ENQUANTO FENÔMENO: DO TURISMO DE MASSA AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo traduz-se em um conjunto de relações que envolvem as esferas social, ambiental, econômica e cultural, a partir das experiências que são viabilizadas pelos deslocamentos e, conseqüentemente, pelas viagens. Cada elemento do conjunto dessas relações permite a caracterização do turismo enquanto fenômeno, uma vez que diversas sensações são possíveis com a prática.

O deslocamento de pessoas para diversos países despertou o interesse de pesquisadores, no final do século XIX, a compreender as principais motivações que as levavam a realização destas viagens (PANOSSO NETTO, 2010). Nessa época, as atividades de turismo apresentavam características de um turismo residencial, realizadas por pessoas que se deslocavam para outras localidades por determinados períodos ou durante as estações do ano hospedando-se em segundas residências (PANAZZOLO, 2005; TRIGO, 2004). A implantação e desenvolvimento da atividade apareceu “[...] como um grande negócio em decorrência das transformações econômicas, sociais e da tecnologia” (PANAZZOLO, 2005, p. 5) vivenciadas nessa época.

A análise do turismo sob a perspectiva econômica surgiu nos primeiros estudos realizados no início do século XX, quando os pesquisadores se preocuparam com as estatísticas da atividade. Através dessas pesquisas foi possível perceber quem era ou não turista, qual a origem do destino desse viajante, de que forma realizavam gastos na viagem e como esse consumo repercutia no destino visitado (PANOSSO NETTO, 2010). Isso justifica “[...] o motivo de as primeiras abordagens científicas de turismo e turista terem forte enfoque econômico” (PANOSSO NETTO, 2010, p. 22).

Segundo Trigo (2004), o crescimento do turismo durante o século XX, através da ascensão da atividade na década de 30. No entanto, o setor passou a registrar queda com o advento e transcorrer da Segunda Guerra Mundial. Apenas em 1949, com o fim da Grande

Guerra e o avanço tecnológico observado na época, o setor de turismo ressurgiu no cenário mundial com uma nova abordagem do turismo residencial, e incorporou novas características que o identificaram como turismo de massa.

A partir de então, o turismo começou a traçar novos caminhos marcados pela crescente profissionalização do setor, o que contribuiu para o desenvolvimento da atividade. A nova perspectiva dos viajantes e de suas motivações para deslocarem de suas localidades de origem, associada a outros fatores contribuiram para o incremento do turismo massivo. A estabilidade do turismo de massa ocorreu em virtude

das viagens econômicas (menor custo, em função das parcerias com companhias aéreas e de outros setores) e dos pacotes turísticos organizados pelas agências e operadoras, que possibilitaram a visitação de novos destinos e a realização dos sonhos de muitas pessoas. [...] O turismo gerou novas receitas, novos empregos e um contato entre turistas e residentes, acarretando uma nova divisão do mundo (PANAZZOLO, 2005, p.08).

Entretanto, compreender e considerar o turismo apenas sob a análise econômica do setor é restringir o fenômeno e direcionar a atividade à arrecadação de recursos, com o deslocamento em massa de pessoas em busca de benefícios econômicos, sem a preocupação com o uso racional dos bens naturais e com os demais fatores relacionados ao turismo.

o turismo pode ser considerado uma atividade transformadora do espaço, uma vez que necessita da existência de uma organização dentro do setor que promove as viagens e beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz (BARBOSA, 2005, p. 108).

Na análise sobre o turismo de massa, o autor enfatiza ainda que os resultados obtidos através da atividade turística “[...] decorrem da movimentação econômico-financeira pelo deslocamento de pessoas de seu local habitual de residência para outros [...]” (BARBOSA, 2005, p. 108). Porém, a maior preocupação do turismo de massa está concentrada nos investimentos e na geração de renda que o setor pode acumular, o que leva a uma reflexão sobre este modelo de turismo e suas implicações para o desenvolvimento e distribuição de renda local.

se o turismo for entendido como mera atividade econômica, sua análise passa a vir recheada de índices estatísticos, projeções de crescimento, planos e projetos em nível macro e micro, estudos de demandas, viabilidade econômica de investimento, custo-benefício entre produção e consumo, limitando-se a uma análise aparente do fenômeno (MOESCH, 2012, p. 12).

A complexidade intrínseca ao turismo não permite apenas uma definição, em virtude de ser compreendido como um fenômeno que passa por constante transformação e renovação. Diversos autores buscam encontrar uma definição para o turismo. Dias e Aguiar (2002, p. 21), de forma simplista, definem o turismo como a “[...] busca de viajar para conhecer um país ou

uma região e a organização dos meios que permitem e facilitam essas viagens para a recreação, passeio, conhecimento e diversão”.

[...] uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (MOESCH, 2012, p. 9).

Ignarra (2003), por sua vez, faz referência a administração pública dos espaços turísticos em sua análise e define o turismo como um fenômeno composto pelas experiências do turista, a prestação de serviços que são oferecidas e a gestão pública, por trazer benefícios econômicos através da atividade. A partir das definições desses autores, percebe-se que o turismo abrange vários aspectos associados entre si por ser

uma atividade que ultrapassa os setores convencionais da economia. Ele requer dados de natureza econômica, social, cultural e ambiental. Nesse sentido, é frequentemente descrito como uma atividade multifacetada. O problema em descrever o turismo como uma ‘indústria’ é que ele não possui a função de produção formal denotada pelo termo, e também não produz resultados que possam ser fisicamente medidos, como no caso da agricultura (toneladas de trigo) ou de bebidas (litros de uísque). Não existe uma estrutura comum que represente esta indústria em todos os países (LICKORISH; JENKIWS, 2000, p. 9).

As mudanças e transformações que ocorreram ao longo dos últimos séculos, auxiliaram na desfragmentação do conceito do turismo apenas sob o cunho comercial e econômico, passando a ser conectado as outras atividades (econômicas, sociais, culturais e ambientais) que permeiam o fenômeno.

Assim, Barretto (2007) contesta a definição de turismo comercial, e ressalta o importante papel de socializador, visto que a atividade turística proporciona o encontro de várias culturas, a interação entre moradores e visitantes e a compreensão do processo histórico, social e cultural de uma determinada localidade. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Dias (2003, p. 30-31) enfatiza que

o turismo cumpre o papel maior de humanizar o relacionamento global dos indivíduos que habitam o planeta, à medida que se intensificaram as interações sociais e descobrem-se costumes e hábitos que até então eram estranhos e que com o contato passaram, gradativamente, a ser apenas diferentes, fazendo parte desse enorme e complexo contingente humano que domina o mundo conhecido.

Outrossim, ao considerar a multiplicidade de sentidos que o turismo pode assumir, a atividade pode contribuir no entendimento do homem como um agente multiplicador da sociedade (BARRETTO, 2007). Em virtude das diversas práticas e relações com os diferentes

sistemas socioculturais, a atividade passa a ser notória para várias áreas que aplicam o Turismo como objeto de estudo. Esse aspecto marcante no turismo faz com que exista sempre uma relação de descobertas, visto às novas experiências adquiridas em contato com outras culturas. Oliveira, Proença e Jesus (2015, p. 2) ressaltam que

a busca de experiências proporcionadas pelo turismo impulsiona o viajante a procurar culturas e ambientes distintos de seu usual, ocorrendo à emersão das singularidades de cada região e tornando-as potencialidades turísticas.

O entendimento de que o turismo de massa busca promover também o contato entre turistas e residentes é bastante criticado por ser um modelo de turismo que exclui as comunidades. Para Braga e Selva (2016), o descontentamento com essa modalidade, provoca um novo modo de pensar o turismo, que pudesse trazer benefícios à população. Esses benefícios podem estar relacionados aos recursos que devem ficar na comunidade, mas principalmente por proporcionar o desenvolvimento local da população que passa a fortalecer a atividade turística.

O desenvolvimento local, segundo Scótollo e Panosso Netto (2015) proporciona mudanças a situações existentes em uma comunidade com o intuito de melhorá-las, através da elaboração de estratégias que possam contribuir para o desenvolvimento da localidade. Ao pensar o turismo como uma dessas estratégias, é necessário que a decisão aconteça a partir da comunidade, bem como de que forma esse turismo será desenvolvido, com o intuito de conquistar benefícios aos agentes locais, através da atividade.

Simmons (1994), Hall (2004) e Burgos e Mertens (2015), explanam em seus escritos a relevância da participação e integração da comunidade local em todas as etapas do planejamento da atividade turística. A interação ocorre através do envolvimento dos agentes locais nas tomadas de decisão, como protagonistas em todas as etapas do desenvolvimento da atividade.

Se forem os atores sociais locais os protagonistas de um processo de planejamento de políticas de desenvolvimento para seu território, pelo turismo, eles devem ser imbuídos de autonomia para que possam atuar de forma articulada e proativa (MOESCH, 2012, p. 209).

As ações desenvolvidas nos espaços onde o turismo será implementado com a colaboração dos moradores, são importantes indicadores de um possível desenvolvimento da atividade turística na região. O desenvolvimento de um turismo com base na localidade evita que haja, conforme Barbosa (2005, p. 111), a “produção de uma imagem estereotipada” do destino, já que evita o aumento de aspectos negativos que surgem com a inserção do turismo

nas comunidades, como a descaracterização do destino e mal uso dos elementos naturais. O autor frisa ainda que o desenvolvimento local de forma sustentável permite integrar aspectos como a preservação do meio ambiente, a valorização da cultura local, proporcionar a geração de renda, incentivar o desenvolvimento local de forma participativa, além de buscar a promoção da qualidade de vida dos agentes locais.

A participação da comunidade no desenvolvimento da atividade auxilia para a compreensão da sua importância enquanto indivíduo e contribui para o empoderamento, por entender que ela pode em conjunto com a gestão pública e demais setores envolvidos, desenvolver a atividade turística. O empoderamento acarreta no fortalecimento da comunidade que se sente preparada em participar do desenvolvimento do turismo na sua localidade, pois como afirmam Boley e Mcgehee (2014, p. 3, tradução nossa)

O empoderamento pode ser descrito como o orgulho dos residentes e a auto-estima sendo aprimorada porque eles se sentem especiais e acreditam que possuem habilidades e recursos importantes para compartilhar com os visitantes.

O empoderamento é um elemento importante para o desenvolvimento local, visto que proporciona uma conexão com a comunidade e com os outros residentes, para que posteriormente, os autóctones sintam-se preparados para estimular o turismo. O empoderamento é “transformador” (ANNES; WRIGHT, 2015, p. 5, tradução nossa) e reconhecido como o “nível mais alto de participação da comunidade, onde os residentes não são apenas incluídos no processo de planejamento, mas também o controlam” (BOLEY; MCGEHEE, 2014, p. 3, tradução nossa). Esse controle diz respeito a participação da comunidade na construção da atividade, no engajamento dos atores locais e no desenvolvimento do turismo.

A comunidade autóctone é considerada por alguns autores como parte dos elementos integrados na beneficiação ou não da gestão do turismo, ou seja, tudo quando se volta para o seio do núcleo receptor, a comunidade poderá adaptar-se ou então rejeitar à repercussão do resultado da atividade desenvolvida, neste caso a turística (CABRAL; CYRILLO, 2008, p. 2).

Percebe-se que é de fundamental importância a participação e o envolvimento da comunidade na atividade turística. A exclusão pode ocasionar em um estranhamento com a proposta que está sendo levada, e uma rejeição da comunidade local com o que pretende ser desenvolvido.

Dentro dessa proposta, o Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário (MEGUIS *et al.*, 2015), tem a finalidade de desenvolver o turismo com a contribuição e

participação da comunidade local, para que os agentes locais sintam-se empoderados e pertencentes às atividades que serão desenvolvidas. Cunha (2015) enfatiza que o modelo de gestão de turismo comunitário propõe a implementação de atividades turísticas de pequeno porte, relacionadas aos ambientes já existentes na localidade, buscando fortalecer e valorizar a cultura local através do turismo.

Segundo Meguis *et al.* (2015), as primeiras reflexões sobre turismo comunitário surgiram em meados dos anos 80, quando fatores socioeconômicos, culturais e políticos passaram a ter transparência no mercado turístico, tendo a comunidade como pauta das discussões. Entretanto, Sampaio (2014) ressalta que a consolidação de diálogos científicos acerca do tema ocorreu em 1997, a partir do I ENTBL (Encontro Nacional de Turismo de Base Local).

Ainda nesse período, as atividades com característica do modelo comunitário surgiram no Brasil, e em 2003, através da criação do Ministério do Turismo, “[...] as iniciativas de TBC são reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do País, por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema, como porta-vozes das iniciativas de TBC” (BRASIL, 2010, p. 17).

Para Fabrino, Nascimento e Costa (2016), o TBC não é um segmento do turismo, mas sim um modelo de gestão, “uma metodologia de trabalho” (MIELKE; PIEGAS, 2013, p. 171) e “uma prática turística” (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 10) que permite repensar de que maneira ocorre a atividade turística, em virtude dos impactos sociais, culturais e naturais, como a degradação do meio ambiente oriundos do turismo de massa. As ações desenvolvidas com a colaboração dos moradores são importantes indicadores de um possível desenvolvimento da atividade turística na região.

Trata-se de uma resposta alternativa que mantém vínculos não só com a dimensão ambiental, como também com a dimensão sociocultural, através do estímulo de trocas culturais entre visitantes e moradores, podendo igualmente apontar caminhos frutíferos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 10).

A atividade turística inserida de forma autoritária, sem a participação da comunidade, acarreta na desvalorização da cultura e dos padrões locais da região, além de provocar que os atores locais não reconheçam os atrativos turísticos da localidade (CORIOLANO, 2006). A percepção de que é necessário envolver a comunidade no desenvolvimento da atividade, mas principalmente fazer com que a comunidade reconheça (e perceba) a importância dos atrativos

existentes no seu entorno, “é o que distingue de outros modos de organização da atividade turística” (GÓMEZ *et al.*, 2016, p. 265)

O turismo utilizado apenas sob a perspectiva econômica, desmotiva a comunidade e incentiva a visualizar o fenômeno turístico apenas como um captador de recurso, o que exclui a ideia de que ele pode produzir um valor social intangível, já que a atividade turística consegue fortalecer as relações pessoais, em que a comunidade tem a oportunidade de se mostrar para o turista como são relatando seus costumes, valores e sua história, sem deixar de alcançar a geração de renda (MIELKE, 2009). Dessa forma, Sampaio *et al.* (2014, p. 43) enfatizam que “o que caracteriza o turismo comunitário é que os empreendedores são pessoas que se inspiram por ideais comunitários [...] se afastando da lógica racional econômica de ganho puramente individual”.

Assim, o turismo de base comunitária busca instigar a participação dos atores locais, a fim de promover, conforme Coriolano (2006, p. 210), o “crescimento individual e grupal que ocorre na comunidade”, pois a comunidade começa a analisar a sua realidade e verificar sempre o que (e como) pode melhorar a região que vive através do Turismo. Para Paixão e Sampaio (2012) o TBC não se restringe a uma atividade econômica, mas sim um novo modo de organização da comunidade que preza pela solidariedade e o engajamento dos atores locais. Os autores ressaltam ainda que

Essa modalidade privilegia o protagonismo local tanto no empreendedorismo quanto nas práticas de lazer [...]. O principal atrativo turístico consiste na convivência solidária, ou seja, na primazia da convivencialidade entre visitante e visitado [...] (PAIXÃO; SAMPAIO, 2012, p. 443).

Para que o TBC aconteça a partir das premissas do turismo sustentável, é necessário “[...] o envolvimento e a participação da comunidade autóctone” (LENZ, 2011, p. 45), como fator determinante para a realização da atividade turística. Sendo assim, o turismo de base comunitária

envolve participação local direta (ação coletiva) no desenvolvimento, gestão e benefícios das atividades de turismo que são integrado na economia local. O nível deste "envolvimento local" irá determinar se um determinado destino pode ser classificado como turismo comunitário (BALLESTEROS; FERIA, 2016, p. 514, tradução nossa).

O Turismo de Base Comunitária busca propiciar ainda uma “construção coletiva em busca de melhor qualidade de vida” (GÓMEZ *et al.*, 2015, p. 1218) da comunidade no fazer da atividade turística, pois contribui para a preservação da cultura, do modo de vida local e das

atividades que são desenvolvidas, além de auxiliar na geração de renda dos moradores e, conseqüentemente, promover o turismo da região.

Entre os inúmeros conceitos e abordagens sobre esse modelo de gestão, o Ministério do Turismo (2010) apresenta o Turismo de Base Comunitária com os seguintes princípios:

autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local e, principalmente; protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2010, p. 16-17).

Concomitante a isso, Sampaio *et al.* (2011) ressaltam que, o turismo comunitário, solidário e sustentável, não pertence a uma lógica política que almeje apenas a geração de emprego e renda, mas sim a uma

[...] estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação dos modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 27).

Assim, o turismo de base comunitária deve ser desenvolvido de forma que o aspecto econômico não seja o fator principal para o desenvolvimento da atividade turística, mas sim atrelado as relações sociais, o protagonismo das comunidades, o resgate da cultura local e a troca de experiências que ocorre entre os turistas e os agentes locais, pois como afirmam Moraes e Costa Novo (2014, p. 4), o TBC “[...] se reafirma como um desenvolvimento econômico e social sustentável, que visa além dos interesses econômicos em comum, a igualdade social, a valorização dos aspectos culturais e naturais”.

O turismo desenvolvido nas comunidades, como é o TBC, deve estar integrado às atividades existentes

com iniciativas que fortaleçam a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades. Prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e jovens. Assegura a participação das pessoas das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo [...] (CORIOLANO, 2006, p. 202).

Ao atrelar as atividades turísticas aquelas já desenvolvidas na comunidade, a proposta do modelo de gestão além de complementar a renda, pode contribuir para o resgate das identidades locais. “[...] No turismo comunitário não existe uma paisagem construída para o

turismo, o visitante se integra a uma paisagem social preexistente que independe de sua presença” (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016, p. 184)

Bartholo Junior *et al.* (2011) no Relatório técnico-científico “Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária” abordam algumas ressalvas no que diz respeito a participação da comunidade e desenvolvimento do TBC.

não há um modelo de planejamento único que possa ser adotado em diferentes contextos comunitários, aplicado automaticamente em outro. Além disso, consideramos ainda que um empoderamento que privilegia e potencializa o exercício de poder tradicional de uma comunidade pode não ser suficiente para garantir um turismo comunitário equivalente e justo. Julgamos ser necessária a atenção para transformações dos mecanismos de poder tradicionais que, ao contrário de proporcionarem o desenvolvimento social requerido pelas comunidades, podem estar apenas mantendo as posições político-institucionais que garantem aos detentores tradicionais do poder a manutenção do seu domínio sobre a comunidade (BARTHOLO JUNIOR *et al.*, 2011, p. 10).

Dessa forma, o TBC depende das relações existentes em uma comunidade, ou seja, se ocorre ou não um desenvolvimento local de forma solidária e endógena (MEGUIS *et al.*, 2015), em que os atores locais estejam inseridos no processo de planejamento e desenvolvimento da atividade turística, com uma autogestão consolidada e centrada na comunidade local.

Neste contexto, faz-se necessário compreender a função e importância do planejamento para o desenvolvimento de experiências de Turismo de Base Comunitário, em virtude das diversas formas de executar o planejamento.

1.1.1 A importância do planejamento participativo para as comunidades

O planejamento pode ser conceituado como um “processo dinâmico, [...] ilícito a permanente revisão, a correção do erro” (BARRETTO, 1991, p. 13), pois permite a reflexão durante e após a sua execução. Braga (2007) acrescenta ainda, que o planejamento pode ser considerado como um processo que ocorre de forma permanente, contínua e retomável. Ao traçar e adequar os objetivos e metas que irão garantir uma situação estabelecida, o planejador deverá então acompanhar todo o processo, a fim de tomar decisões lógicas e hábeis no futuro (FERNANDES, 2011).

A realização do planejamento é importante, pois colabora para que as atividades sejam realizadas de forma correta, os objetivos sejam atingidos e, conseqüentemente, possa “mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher caminhos alternativos” (PETROCCHI, 1998, p. 20) para sanar e encontrar estratégias que contribuirão para a resolução dos problemas.

O processo contínuo do planejamento “envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou escolhas” (SANTOS, 2004, p. 24). Essa técnica de envolvimento e organização integram o conjunto de fases do planejamento, que segundo Molina (2005), Lohmann e Panosso Netto (2008) são compostas por análise do ambiente, diagnóstico, prognóstico, estratégia, implantação e avaliação. Autores como Dias (2003) e Fernandes (2011), acreditam que a primeira etapa a ser desenvolvida é o diagnóstico, onde a análise do ambiente está inserida nesse primeiro momento de contato como objeto de estudo. Entretanto, através da análise dos autores já citados, compreende-se que o momento de chegada ao ambiente para uma análise prévia seria inicialmente um complemento ao diagnóstico, aprimorado na etapa seguinte.

Ao analisar o ambiente interna e externamente, o planejador coleta informações para a elaboração de um diagnóstico. Essa etapa é primordial, pois segundo Lohmann e Panosso Netto (2008), o pesquisador identifica as características e especificidades do local onde será desenvolvido o planejamento. Após o diagnóstico, deverá ser levantado o prognóstico, que Molina (2005, p. 60) conceitua como a “projeção das variáveis identificadas no diagnóstico, tal como estas se desenvolvem no tempo”, onde são traçadas hipóteses sobre o que pode ser desenvolvido, a partir do que foi identificado no diagnóstico. Elaboradas as previsões, o pesquisador delimita os objetivos e informa onde quer chegar com as estratégias que guiarão ao planejamento. Com a finalidade de almejar os objetivos pretendidos, Molina (2005) orienta ainda a importância de traçar metas e etapas, que propõem valorizar e ressaltar mais ainda os objetivos.

Definidos esses elementos, conforme Dias (2003), é o momento de desenvolver na prática o plano, através de “oficinas de conscientização dos moradores” (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 131), com intensa participação da comunidade. Por fim, cabe ao planejador após a execução das atividades, avaliar se as atividades conseguiram trazer os resultados esperados.

Fernandes (2011) ressalta ainda que essa etapa não deve ser transmitida como um encerramento do plano, pois em virtude do planejamento ser um processo contínuo, é na avaliação que há a percepção de que os objetivos e estratégias foram alcançadas. Caso haja erros, essa etapa proporciona a sua correção, já que essa é “a fase de retroalimentação do planejamento, uma vez que a mesma é uma atividade permanente, que deve se manter em constante atualização” (FERNANDES, 2011, p. 22).

No turismo, segundo Molina (2005, p. 46), o planejamento tem como “objetivo maior [...] assegurar o crescimento e desenvolvimento turístico”, ao vincular os subsistemas turísticos (oferta e demanda). O planejamento pode ser considerado ainda como “[...] o instrumento idôneo para racionalizar as manifestações do fenômeno, para vinculá-las ao processo de desenvolvimento global no nível econômico” (MOLINA, 2005, p. 38).

Para Rose (2002), há elementos que provocam um aumento ou redução da demanda no turismo, como a renda do comprador, preço, mudanças no clima, sazonalidade, calamidades artificiais como ataques terroristas, catástrofes naturais, como tsunamis e furacões que atingem diretamente nos deslocamentos. Para apresentar a atividade turística em toda sua extensão, é necessário saber conceitualmente sobre a oferta turística, classificado como um "conjunto de recursos naturais e recursos culturais, que são, em suma, os grandes responsáveis pelos deslocamentos e permanência, durante um determinado período de tempo, de um público visitante" (ROSE, 2002, p. 45). São bens e serviços (atrativos turísticos, equipamentos, infraestrutura de apoio) que são oferecidos e estão à disposição do turista (DIAS; AGUIAR, 2002).

Entretanto, diversos planejamentos turísticos são realizados sem a participação da comunidade, sem um modelo de metodologia que incentive a sua participação, ou muitas vezes pela falta de interesse dos gestores em ter a comunidade junto a eles, como o caso do Plano Estrutural de Langkawi, analisado por Marzuki, Hay e James (2012). Segundo os autores, o planejamento ocasionou a exclusão da comunidade em etapas do planejamento e principalmente, sobre o não entendimento da comunidade acerca do plano.

Abreu e Costa (2014) enfatizam que o planejamento deve envolver quatro atores fundamentais para a sua execução: o Poder Público, a Iniciativa Privada, o Terceiro Setor e a Sociedade Civil. O planejamento deve integrar o maior número de envolvidos para o bom desenvolvimento da atividade, e a falta de um desses pode acarretar em perdas ao destino turístico. Ainda, segundo Abreu e Costa (2014, p. 2) “os resultados que o sistema espera serão sempre os positivos, entretanto, o sucesso ou fracasso da atividade turística depende do envolvimento e ações conjuntas de todos os agentes que participam da atividade turística”.

Simmons (1994) afirma que é de extrema importância a participação da comunidade, seja em aspectos básicos, como saúde, educação e moradia, além da superestrutura turística do planejamento do turismo, já que ao implementar a atividade em um determinado destino, a

comunidade é quem mais sente os impactos negativos e positivos durante o seu desenvolvimento.

De acordo com o estudo realizado por esse autor, “as metas para o turismo devem ser integradas aos objetivos gerais da comunidade, uma vez que representam apenas uma das várias atividades dentro de muitas economias” (SIMOMNS, 1994, p. 2, tradução nossa). Dentro dessa perspectiva, para a consolidação do turismo em comunidades é necessário a participação da comunidade na construção do planejamento, a fim de conseguir a igualdade na participação e a eficácia no planejamento.

O principal achado desta pesquisa é que o público em geral tem sido capaz de se mover significativamente para definir um estilo aceitável de desenvolvimento do turismo e opções de desenvolvimento turístico específicas que eles consideram desejáveis para sua comunidade (SIMMONS, 1994, p. 7, tradução nossa).

O planejamento atrelado à participação comunitária, deve “estar acompanhada de boa administração pública, preocupada com o bem estar da comunidade e envolvida em projetos e programas voltados para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da localidade” (DIAS, 2003, p. 115).

De acordo com Ryan (2002), para que o planejamento turístico seja desenvolvido de forma adequada e correta, é essencial a participação dos agentes locais para que tenham um olhar crítico e igualitário beneficiando a todos no resultado final, pois como afirmou Vignati (2012, p. 98)

a solução encontrada para que o planejamento continue sendo um instrumento útil para a gestão de destinos turísticos foi a democratização de seu processo de formulação, isto é, foi torná-lo participativo [...]. Sem o envolvimento e o comprometimento real de todos os atores locais, é difícil levar adiante iniciativas de desenvolvimento turístico.

Para tal, Molina (2005) e Beni (2007) propõem a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) como uma metodologia que busca trabalhar todos os sistemas em conjunto. A TGS

1. Permite elaborar um conceito totalizador do turismo; 2. Aborda o turismo de uma maneira integral (as partes que o compõem e as relações entre estas partes: a complexidade organizada). O turismo é compreendido como um objeto orgânico; 3. Oferece uma linguagem que facilita à comunicação entre profissionais que foram formados em diferentes áreas científicas. Isso ocorre porque a TGS constitui um campo de referência que utiliza um vocabulário comum às ciências (MOLINA, 2005, p. 41).

Com isso, pensar o planejamento como um sistema aberto é perceber que essa forma se difere do planejamento tradicional, que muitas vezes é repleto de mecanismos e não contribui

para o desenvolvimento do sistema e das comunidades (MOLINA, 2005). Já o planejamento participativo preocupa-se com o todo e analisa as necessidades e percepções dos envolvidos para que a atividade turística torne-se exequível.

[...] para que o planejamento do turismo tenha natureza e caráter orgânicos, é necessária a participação ativa, tanto quanto influente, negociadora, dos planejadores, das comunidades locais receptoras, dos membros do setor privado com interesses no turismo e dos próprios turistas. [...] Assim, o planejamento do turismo condiciona os planejadores e as comunidades receptoras, turistas e investidores, a estabelecer uma estreita relação (MOLINA, 2005, p. 42-43).

Assim, para que o desenvolvimento da atividade turística na Comunidade Jacaré aconteça, e torne-se exequível, é importante que a comunidade esteja presente em todas as etapas do planejamento e das atividades que serão realizadas, para que a construção do Plano de Gestão ocorra de forma coletiva e contenha neste documento, a forma que a comunidade pretende desenvolver a atividade turística, a fim de contribuir para a consolidação do turismo no município de Tobias Barreto e das atividades turísticas realizadas nessas comunidades.

1.2 Turismo e Desenvolvimento Sustentável

1.2.1 Considerações sobre desenvolvimento e o turismo sustentável

A Revolução Industrial proporcionou o crescimento econômico e trouxe expectativas com relação à geração de riquezas. Por outro lado, esse avanço aconteceu de maneira desordenada e excludente, o que acarretou em diversos problemas ambientais devido ao uso de “[...] grandes quantidades de energia e de recursos naturais, que acabaram por configurar um quadro de degradação contínua do meio ambiente” (DIAS, 2003, p. 29).

Com o avanço tecnológico, os problemas ambientais continuaram crescendo, o que gerou bastante preocupação, sendo necessária a busca por estratégias que pudessem solucionar ou minimizar os impactos ambientais ocorridos em consequência da Revolução Industrial (DIAS, 2003).

A crescente degradação dos recursos naturais tornou-se pauta de discussão em diversos congressos e eventos de amplitude mundial, pois a “[...] consciência de que os problemas ambientais já haviam atingido um tal grau de tensão, que representavam um verdadeiro desafio à sobrevivência da humanidade” (MIKHAILOVA, 2014, p. 26).

Dentre os eventos pautados no tema que buscavam abordar os impactos ambientais e suas consequências, destaca-se a Conferência de Estocolmo, ocorrida no ano de 1972. A

conferência teve como objetivo analisar a questão ambiental de modo geral, a fim de encontrar soluções para os diversos problemas existentes no mundo, como também definir princípios que pudessem direcionar os países com relação a essas questões (DIAS, 2003; SACHS, 2008 e MOTA *et al.*, 2008). Sachs (2008, p. 50-51) ressalta a repercussão sobre a temática por parte dos que se preocupavam com a preservação do meio ambiente, e aqueles que visavam apenas o interesse com o desenvolvimento econômico

Os primeiros consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização para alcançar os países desenvolvidos. Em grande escala, o meio ambiente não era uma preocupação de peso para as pessoas ricas e ociosas. [...] Do lado oposto, os pessimistas anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico - ou pelo menos o crescimento do consumo - não fossem imediatamente estagnados.

Através das discussões realizadas na conferência, Mota *et al.* (2008) afirmam que houve o reconhecimento de que era necessário a inserção de elementos relacionados a gestão ambiental para o fomento do desenvolvimento. Já na década de 80, o desenvolvimento continuou como pauta principal na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nessa conferência, através do relatório “Nosso Futuro Comum” (DIAS, 2003; TOMIELLO, 2009), ou mais conhecido como Relatório de Brundtland, formalizou-se o conceito de desenvolvimento sustentável como a definição mais aceita desse termo nos dias atuais. De acordo com Faria (2014, p. 4), “[...] o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

O relatório reconheceu que para buscar soluções para o desenvolvimento sustentável seria imprescindível: tomar consciência do fato de que os problemas sociais e ambientais são interconectados; reconhecer que perturbações ambientais não são restritas a propriedades particulares ou a limites geográficos; que catástrofes experimentadas em uma determinada região do mundo, conseqüentemente, afetam o bem-estar de pessoas em todas as localidades, e que, apenas sobre abordagens sustentáveis do desenvolvimento, poderá se proteger o frágil ecossistema do planeta e promover o desenvolvimento da humanidade (MOTA *et al.*, 2008, p. 13).

A ideia de desenvolvimento sustentável está centrada na perspectiva da utilização racional dos recursos naturais, a fim de preservá-los para as gerações futuras. Para Mikhailova (2004, p. 25-26),

Uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida para sempre. [...] Uma sociedade sustentável é aquela que não coloca em risco os elementos do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a

qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos.

O Relatório de Brundtland resultou em encaminhamentos para efetivação do desenvolvimento sustentável, com decisões firmadas em conferências ocorridas posteriormente como a Agenda 21, o III Relatório do Clube de Roma elaborado em 1976, a Conferência de Otawa e a Carta da Terra (BARBOSA, 2008). Esse último, apresentou as seguintes considerações:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002, p. 1).

A Carta da Terra trouxe os princípios para a promoção do desenvolvimento sustentável, a partir da adoção de modelos de produção e de consumo que protejam os recursos naturais, os direitos humanos e o bem-estar da comunidade. Entretanto, é válido frisar a necessidade desses modelos serem colocados em prática com o intuito de

construir modelos de desenvolvimento que respeitem os limites naturais presentes no meio-ambiente, assim como as necessidades da humanidade como um todo, e não apenas de pequenas parcelas de “indivíduos privilegiados”, vai muito além do simples progresso econômico e toca na urgência de preocupação com a construção de relações sociais éticas e que primem pela interlocução dos diversos segmentos sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

Assim, a preocupação com a sustentabilidade e, conseqüentemente, com o desenvolvimento sustentável deve permear em todas as esferas da sociedade, para que a conservação do meio ambiente seja consolidada e, ao mesmo tempo, possa garantir os direitos sociais. O conceito de sustentabilidade desencadeou uma dicotomia de ideias e princípios, como destaca Dias (2006, p. 32-33)

para alguns alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo através de um manejo mais racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e orientações

para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais.

Com o novo modelo de desenvolvimento surgiram inúmeras interpretações geradas a partir de interesses pessoais, coletivos e/ou políticos. Porém, a consolidação do desenvolvimento sustentável vai além de documentos e conferências, e depende principalmente do comprometimento de todos, em defesa do bem estar da humanidade.

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento em longo prazo e do reconhecimento de que os recursos naturais do planeta são finitos e de todos. Não se trata de interromper o crescimento, mas de eleger um caminho que garanta o desenvolvimento integrado e participativo e que considere a valorização e o uso racional dos recursos naturais (MATOS; ROVELLA, 2010, p. 9).

Dentro desse contexto, alguns segmentos do turismo passaram a repensar e a incorporar as dimensões de sustentabilidade, em busca de minimizar os impactos resultantes do turismo, especialmente os observados nas comunidades receptoras.

Souza e Andrade (2010, p. 316) ressaltam a importância do turismo para o crescimento econômico, considerando a incontestável geração de renda local, como um dos benefícios que as atividades de turismo proporcionam. Os autores enfatizam ainda que

o turismo, como atividade econômica, iguala-se, ou mesmo supera, indústrias tradicionais como as do setor automobilístico, a eletrônica e a petrolífera. Na medida em que se registra o crescimento da renda e amplia-se nas sociedades mais evoluídas o tempo destinado ao lazer, a indústria do turismo surge como o setor da economia com maior potencial de crescimento.

Entretanto, o turismo como qualquer outra atividade produtiva modifica os espaços e gera impactos positivos e negativos, que podem ser observados tanto no meio ambiente quanto no âmbito social. Ao considerar que o turismo proporciona impactos naturais, culturais ou ambientais, a tomada de consciência e preocupação com os impactos gerados pelo turismo questionou o modelo convencional de turismo e culminou em transformações que levaram ao turismo sustentável (VALVERDE, 2006).

Os questionamentos sobre esse modelo convencional e os principais impactos gerados impulsionaram a construção de novos paradigmas de turismo. No tocante ao meio ambiente, Krippendorff (1982) resalta no artigo "*Towards new tourism's policies*", que a principal matéria prima do turismo é a paisagem e, conseqüentemente, a principal razão para a existência da atividade. Isso contribuiu para o raciocínio de que é responsabilidade do turismo cuidar e auxiliar na preservação dos elementos naturais necessários ao seu desenvolvimento.

As discussões sobre os novos rumos do turismo promoveram diversos instrumentos com princípios e conceitos de turismo sustentável, como “[...] a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, a Carta do Turismo Sustentável e o Código Mundial de Ética do Turismo [...] com o intuito de desenvolver o turismo com base no conceito de desenvolvimento sustentável” (LEVÍ, 2012, p. 36).

O Turismo Sustentável é uma maneira de manter essa infraestrutura sem atitudes ofensivas ao meio ambiente, atendendo às necessidades dos turistas e dos locais que os recebem de maneira simultânea, fazendo o necessário para atender a economia, a sociedade e o ambiente sem desprezar a cultura regional, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos que coordenam a vida (MEDEIROS; MORAES, 2013, p. 214).

Com isso, o turismo inicia um processo de utilização do patrimônio e dos atrativos culturais e naturais de maneira equilibrada. O viés econômico é inserido no desenvolvimento da atividade, porém surge como proposta para agregar valor e não como fator principal da atividade turística.

O conceito de turismo sustentável pressupõe o usufruto do patrimônio natural e cultural de uma forma equilibrada e compensadora, onde o ecoturismo e o turismo de natureza desempenham um papel importante ao nível de obtenção de recursos financeiros que permitem revigorar e acrescentar valor aos territórios que os acolhem, que por sua vez encontram nas áreas protegidas um espaço propício para o seu desenvolvimento, repleto de valores naturais e culturais, potenciadores da “função viver” e de “experiências” de grande valor simbólico (LEVÍ, 2012, p. 16).

Desta forma, as atividades turísticas passam a ser alicerçadas com base nos pilares da sustentabilidade. Entre as premissas do paradigma do desenvolvimento sustentável, destaca-se o atendimento das necessidades das atuais gerações sem comprometer seus descendentes. Isso envolve diferentes dimensões tendo em vista que as necessidades humanas se manifestam em diferentes âmbitos.

Assim, o desenvolvimento sustentável deve ser resultante do desenvolvimento econômico, social, político e cultural atrelado a conservação do meio ambiente. Oliveira e Manso (2010, p. 240), destacam as seguintes dimensões para o Turismo sustentável

- **Ambiental:** sendo a principal fonte de matéria-prima da actividade turística, pretende-se um equilíbrio entre a actividade humana, o desenvolvimento e a protecção do ambiente, de forma a aumentar os recursos naturais e a limitar os ambientalmente prejudiciais;

- **Económica:** tendo presentes todas as interdependências da cadeia produtiva, deve-se promover uma melhor utilização dos recursos e uma gestão mais eficiente;

- **Social:** dada a abrangência desta actividade, deve-se atender à comunidade receptora, ao património histórico-cultural e à sua interacção com os visitantes, de forma a aumentar a auto-estima e o padrão de vida das comunidades locais, respeitando as suas tradições culturais;

- **Política:** pretendendo-se uma estratégia que possibilite coordenar todas as iniciativas, de âmbito nacional e local, de forma a permitir a redução/anulação das assimetrias regionais e que favoreça o desenvolvimento sustentável do país como um todo.

O turismo pode contribuir para o desenvolvimento de modo sustentável, porque “[...] os princípios da sustentabilidade, quando aplicados ao turismo, podem transformá-lo em uma atividade completamente distinta da sua prática comum, a do turismo de massa” (RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010, p. 26).

De acordo com Silva e Andrade (2010, p. 127),

O objetivo da sustentabilidade turística é a gestão do ambiente, dos recursos e das comunidades nos núcleos receptores, atendendo às suas necessidades, mantendo sua integridade sociocultural e preservando o meio ambiente. As atividades turísticas são encaradas como atividades que usufruem da natureza e dela dependem para se reproduzirem.

Em concordância com estes autores, o Ministério do Turismo (2007) ressalta que os produtos turísticos quando geridos de acordo com os princípios da sustentabilidade, podem trazer diversos benefícios. Sendo assim, ao trabalhar o turismo, principalmente em comunidades com o intuito de fomentar o desenvolvimento local

deve-se repensar a atividade turística, como uma possível atividade sustentável, capaz de induzir e contribuir para o desenvolvimento local, preocupado com a preservação dos recursos naturais, com a inclusão da comunidade local na atividade econômica e com a conservação do património histórico-cultural (VALVERDE, 2006, p. 8).

Isso significa dizer que o desenvolvimento do turismo sustentável deve buscar estratégias para contribuir com a conservação do meio ambiente, proporcionar o mínimo de impactos ao meio ambiente com a inserção da atividade turística, garantir a participação da comunidade na gestão da atividade e resgatar os elementos culturais.

Entretanto cabe ressaltar que há diversas discordâncias com relação ao desenvolvimento sustentável no turismo. Segundo Candiotto (2009), o termo turismo sustentável foi utilizado no sentido de introduzir o discurso das diversas instituições que estão envolvidas com o turismo

[...] o termo turismo sustentável tornou-se comum entre técnicos e representantes do poder público, empresários, proprietários de estabelecimentos rurais, e até entre turistas. No entanto, ao analisar as dificuldades de gestão, impactos ambientais, falta de organização da atividade na base, predomínio da lógica da competição e do crescimento econômico

ilimitado, existência de objetivos e intencionalidades distintas entre os sujeitos envolvidos com os roteiros turísticos, e principalmente, ao verificar que apesar do uso da imagem do agricultor como atrativo turístico, este pouco se beneficia com o turismo, não temos elementos para afirmar que o turismo esteja conduzindo à sustentabilidade, nem mesmo para acreditar que a organização atual do turismo possa contribuir ao desenvolvimento sustentável. Ao invés disso, preferimos levantar o alerta dos riscos e impactos que podem ocorrer com a instalação de empreendimentos e roteiros turísticos que são vendidos como sustentáveis, mas que mantêm e ampliam a concentração da riqueza e a segregação social, muito comuns com o desenvolvimento do turismo (CANDIOTTO, 2009, p. 52).

May (1991), apresenta o seguinte questionamento com relação ao desenvolvimento sustentável no turismo:

Pode o turismo aceitar a responsabilidade de que, quando a floresta é removida para a construção de hotéis, ou a terra é convertida de terras agrícolas para resort, pode infringir essas atitudes? Uma vez que sua essência é levar as pessoas a lugares atraentes, limpos e valorizados, ela pode aspirar a proporcionar uma experiência de recriação e continuidade, e também garantir que outros seguindo nos mesmos caminhos possam experimentar o mesmo? (MAY, 1991, p. 116, tradução nossa).

Para que o turismo seja sustentável, é necessário o planejamento da atividade turística em concordância com os princípios da sustentabilidade visando maximizar a sua contribuição para a sociedade, em termos de contentamento do visitante e da comunidade visitada. A ausência de planejamento, a má gestão e, principalmente, a exclusão da comunidade no processo de tomada de decisão da atividade turística podem acarretar em impactos negativos, como por exemplo, o “desaparecimento e a modificação de culturas tradicionais, [...] segregação de residentes” (NEIMAN; RABINOVICI, 2010, p. 108), além da “negação ao atrativo turístico” (SIMMONS, 1994, p. 04), pois quando o residente não participa da implementação da atividade turística e não contribui durante as etapas do planejamento, não se reconhece no atrativo presente na comunidade.

O planejamento das atividades de turismo deve levar em consideração o meio ambiente e os seus principais recursos, caso contrário “[...] pode provocar a degradação da natureza, conflitos sociais e desorganização do sector empresarial prejudicando, deste modo, o ciclo de vida dos destinos turísticos (MARUJO; CARVALHO, 2010, p. 159). Entretanto, Boullón (2002) alerta que o planejamento deve ser pensado e executado “[...] em planejar a paisagem, porque a paisagem não é planejável (...) (BOULLÓN, 2002, p. 226).

Como ressaltam Silva e Andrade (2010, p. 133),

A sustentabilidade de um destino turístico depende de uma ação conjunta que exige uma previsão das tendências ou ameaças, assim como um

monitoramento de impactos que a atividade turística possa causar em uma localidade. Para que haja, após identificação, possibilidades de ações preventivas ou corretivas quando necessário.

Sendo assim, o turismo para ser realmente um turismo sustentável necessita estar alinhado aos princípios da sustentabilidade, contribuir para o fortalecimento da cultural local, envolver a comunidade no planejamento e processo de execução da atividade a ser desenvolvida, a fim de preservar a “[...] identidade social, fomentando a diversidade cultural das comunidades, grupos e regiões, com elevação da auto estima dos indivíduos/cidadãos” (BRASIL, 2007, p. 27). Vale frisar que o planejamento sob a perspectiva do turismo sustentável, deve ocorrer em todos as esferas e segmentos do turismo, para contribuir com o desenvolvimento das atividades já existentes, como por exemplo, as atividades realizadas em ambientes rurais.

1.3. Premissas e conceitos sobre o Turismo Rural

Historicamente, várias concepções foram postuladas ao espaço rural, em virtude dos avanços tecnológicos e as formas de trabalho nas produções industriais, que corroboraram para que o campo e a cidade fossem vistos como realidades opostas e irreconciliáveis (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012).

Assim, o espaço rural contemplava atividades desenvolvidas em um espaço não urbano através de atividades relacionadas à agricultura (FAVARETO, 2006). Distante das benéficas das ações de crescimento econômico e desenvolvimento impulsionadas pela produção industrial, configurava-se como um local de atraso, quando comparado ao espaço urbano. Segundo Kloster e Cunha (2014), na década de 50, os principais intelectuais afirmaram que, os métodos relacionados a produção agropecuária estavam ligados ao atraso e ao subdesenvolvimento. Alegaram ainda que a cidade era o local da modernidade juntamente com o seu modo de produção, e o campo como um local retrogrado.

Essa linha de raciocínio expressava a dualidade histórica construída a partir da distinção entre campo-cidade, e remetia a noção de um desenvolvimento a partir da urbanização do rural. No entanto, “na segunda metade do século XX, a constatação da ausência de limites claramente identificáveis entre esses espaços gerou a concepção que opunha a dicotomia clássica por grades de urbanidade ou ruralidade” (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012, p. 2).

A compreensão de espaço rural retrata o momento histórico vivenciado nas décadas de 60 e 70 com o incremento da modernização da agricultura brasileira e intensificação dos processos industriais no campo. O desenvolvimento rural é alcançado com a implementação de

tecnologias voltadas para o aumento da produção agrícola e pecuária, dentro da lógica industrial vivenciada no espaço urbano.

Mesquita (2008) ressalta que a expansão do modo capitalista no campo igualou, segundo teóricos, as relações de produção existentes no campo. Entretanto, essa homogeneização acabou por excluir aqueles que não quiseram acompanhar o processo de modernização, como por exemplo, os camponeses. Kloster e Cunha (2014, p. 70), destacam as consequências marcantes desse sistema convencional de desenvolvimento rural, como

a concentração da terra e a marginalização econômica e social da agricultura familiar, a oligopolização da produção, o desemprego rural crescente, a dependência do país aos produtos agrícolas importados, a preferência para a produção de produtos de exportação como grãos e carne bovina e a compra de terras pelo capital estrangeiro.

Consequências, como o desemprego rural ocasionaram no crescimento do êxodo rural, a partir do modo excludente da industrialização implantada no campo, e no modelo de produção dos latifundiários. As famílias de agricultores tinham como opção tornar-se pequenos produtores dentro da ótica competitiva do capital ou se proletarizar (MESQUITA, 2008).

As transformações mundiais decorrentes da globalização reforçam a necessidade de um paradigma de desenvolvimento rural, com base na sustentabilidade, influenciando o surgimento de uma nova concepção do rural. Assim, as transformações são regidas a partir da preocupação em firmar uma igualdade entre o rural e o urbano, aproximando “[...] as condições de vida em ambos os espaços, contribuindo tanto para a vitalidade econômica do meio rural como para regular o impulso ao êxodo, que até então era tão forte” (FAVARETO, 2006, p. 98).

Roque e Vivian (1999, p. 2) apresentam em seus escritos que em virtude da competitividade estabelecida pelo processo de globalização, em que o cenário mundial exigia novos produtos e serviços, os agricultores precisaram realizar mudanças para sobreviver na área rural, “[...] utilizando-se novas estratégias que permitissem, pelo menos, a rentabilidade e a satisfação mínima para manutenção do homem no campo”.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 11),

o meio rural passou por grandes transformações, principalmente nas relações de produção e trabalho, decorrentes do processo de intensificação da globalização e modernização da agricultura. Nesse processo, as atividades agropecuárias vêm enfrentando problemas, como a desagregação das formas tradicionais de articulação da produção e uma desvalorização gradativa em relação a outras atividades, levando à busca de novas fontes de renda que gerem a dinamização econômica dos territórios rurais.

Ao considerar a abordagem ambiental presente no modelo de desenvolvimento sustentável para o campo, os recursos naturais foram vistos não só para fins agrícolas, mas também agregado a usos sociais, com a intenção de auxiliar a conservação da biodiversidade (GOMES, 2012). Por sua vez, Sansolo e Bursztyn (2009) enfatizam que um dos fatores que auxiliaram para a busca de novas alternativas no meio rural foi a crise ambiental, que fez com que agricultores, pescadores e extrativistas que não estavam integrados às agroindústrias fossem em busca de outros caminhos para sobreviver.

Entre os demais aspectos presentes na abordagem sustentável, destaca-se a contribuição da redução do êxodo rural, em decorrência da permanência dos agricultores nas suas localidades por perceber novas oportunidades de trabalho. O paradigma de desenvolvimento rural sustentável, aponta novas formas de obtenção de renda e sustento familiar, especialmente para as áreas estagnadas em virtude das crises econômicas no sistema agrário.

Dessa forma, o conceito de rural passou a ser relacionado ao novo modelo de produção e trabalho, com o surgimento de novas abordagens conceituais ligadas à ruralidade. A ruralidade expressa-se a partir de diferentes espaços rurais, e está conectada aos diversos modos de ocupação, exploração e vivência dos atores locais

De tal maneira que não é possível separar a representação social do rural da ruralidade em si já que são categorias mutuamente constitutivas, ou seja, estamos falando de um processo circular em que uma determinada representação do rural, por exemplo, aquela de natureza intocada ou de campo cultivado, desencadeia formas específicas de manejo que vão por sua vez reforçar essa representação (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012, p. 3).

Wandscheer e Teixeira (2010) enfatizam ainda que a ruralidade não se enquadra em um modo de vida distante do que já existe, mas sim de novos usos que começam a ser incorporados ao espaço rural, implantando outros elementos que contribuem para o desenvolvimento da localidade e permanência dos agricultores no campo. Isso caracteriza a multifuncionalidade do espaço rural.

Em linhas gerais podemos dizer que o discurso da multifuncionalidade da agricultura representa a parte que cabe aos agricultores na chamada nova ruralidade. Ou seja, da mesma forma que o rural não é mais locus apenas da atividade agrícola, também da agricultura espera-se a produção de bens como a paisagem, o meio ambiente preservado, tradições culturais e sociais (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012, p. 3).

O novo olhar sobre o espaço rural ou “nova ruralidade” (SCHNEIDER, 2009; GOMES, 2012) compreende em um processo criativo, que reconfigura os aspectos existentes no espaço

rural, com outro sentido a partir de novas práticas. Essas, segundo Camargo e Oliveira (2012), contribuem para a existência de uma agricultura e desenvolvimento no espaço rural sustentável.

No Brasil, a multifuncionalidade é defendida como instrumento de política pública para o apoio e promoção da agricultura familiar. Os programas voltados para a agricultura familiar surgiram como estratégias para impulsionar o crescimento econômico, como por exemplo o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1996, e gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável em administrar as políticas públicas relacionadas à terra e a agricultura familiar (KLOSTER; CUNHA, 2014).

Neste contexto, o termo pluriatividade e/ou multifuncionalidade do espaço rural surge na perspectiva de uma ampliação das atividades executadas no ambiente rural, além da agricultura e pecuária. Entre essas atividades, tem-se o turismo como uma das alternativas viáveis aos sistemas agrários familiares.

O turismo desenvolvido no espaço rural, voltado para a agricultura familiar surgiu como uma atividade capaz de diversificar e fortalecer a economia local, e contribuiu para minimizar os efeitos do êxodo rural e das demais mazelas provenientes do desamparo desse segmento. De acordo com Roque e Vivian (1999), o desenvolvimento dessa atividade iniciou na Europa como forma de minimizar o êxodo rural, proporcionar renda extra e valorizar as áreas rurais, principalmente em países como França e Portugal.

Assim, o turismo apresenta-se no meio rural como uma “atividade não agrícola que é inserida, na maioria das vezes como complemento de renda dos agricultores” (WANDSCHEER; TEIXEIRA, 2010, p. 51), que valoriza a área rural através das atividades desenvolvidas, e da inserção dos atores sociais na promoção da atividade. Filippim e Hoffmann (2015) ressaltam ainda que essa atividade pode contribuir para o resgate de espaços rurais estagnados economicamente, além de auxiliar na preservação dos ambientes naturais.

Neste contexto, a dualidade entre o rural e o urbano é vista em outra perspectiva, onde as diferenças tornam-se favoráveis e passíveis de exploração. Outras formas de atividades começaram a ser desenvolvidas no ambiente rural e permitiram que “[...] àquela ideia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento ou a tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perderam seu sentido” (SCHNEIDER, 2009, p. 8). O interesse pelo rural dá-se pela busca do que é novo e diferente do cotidiano do turista, em virtude da tranquilidade e

fuga do ambiente urbano. O rural quando comparado ao urbano, possui ricas paisagens favorecendo o desenvolvimento de atividades e práticas turísticas.

Almeida e Vieira (2011, p. 161) ressaltam que o turismo no espaço rural configura-se “como aquele que tenha como cenário o espaço rural para atividades de lazer e de fruição em contato com a natureza e com as populações locais e suas práticas culturais”. Martins (2012, p. 59) acrescenta ainda que

a agricultura e as suas atividades relacionadas, constituem a base para este tipo de turismo, caracterizado por se localizar em áreas rurais, de pequena dimensão e personalizado, sendo de modo geral dirigido a um tipo de turista que procura calma, repouso, tradição e natureza.

Entretanto, é válido ressaltar que essas atividades de lazer devem compreender atividades que proporcionem intensa relação com a natureza histórica local (TULIK, 2003; WEISSBACH, 2011; BARROS NETO, OLIVEIRA e ALMEIDA, 2017). Para Chen, Li e Li (2017, p. 14, tradução nossa), o Turismo no meio rural

promove uma nova construção socialista rural sob participação pública, explorando uma maneira viável para a capacidade de auto desenvolvimento do aldeão, além de alcançar uma proteção efetiva do patrimônio cultural e do povo.

Ao considerar a vertente mobilização social, o turismo rural pode estimular o auto desenvolvimento dos moradores da área rural, o que resulta na valorização dos elementos identitários do ambiente. Esse tipo de atividade está vinculado a

aspectos referentes ao turismo no meio rural, ao resgate e valorização da cultura local, à função de atividade econômica de base familiar e complementar às tradicionais, ou com estas comprometidas, com o mínimo impacto ambiental possível, objetivando a sustentabilidade. (ALEXANDRE; BARROS NETO, 2011, p. 2)

Araújo (2010 p. 27), corrobora ao dizer que o turismo rural é o conjunto de diversas categorias do turismo, sendo “[...] o turismo no meio rural a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural e turismo esportivo”, com estas modalidades associadas às práticas agrárias e as demais atividades desenvolvidas no local, a fim de minimizar os impactos culturais e ambientais.

O conceito do Ministério do Turismo (2010), seguiu essa linha de raciocínio quando enfatizou que o segmento deve realizar atividades turísticas vinculadas a práticas ligadas à agricultura, a fim de agregar valor aos produtos e serviços que são produzidos pelos agentes locais, além de promover o resgate das práticas culturais e naturais. A valorização da cultura e

tradições são um dos pontos chave para o seu sucesso. Para tanto, a participação da comunidade deve ser efetiva, com os agentes locais empoderados e identificados ao atrativo.

Diante da visão de multifuncionalidade do meio rural, o turismo associa-se as demais atividades tradicionalmente desenvolvidas na região, na busca de recursos para suprir as necessidades básicas das famílias e de geração de renda. Assim, como o turismo de base comunitária, o turismo rural vem de encontro ao turismo de massa. Amir *et al.* (2015, p. 117, tradução nossa) afirmam que

o turismo rural apareceu como uma solução potencial para os efeitos negativos do turismo em massa no desenvolvimento dos países. É também uma das estratégias para a comunidade alcançar melhores condições de vida. A principal ideia é que a comunidade crie um projeto que apresente um desenvolvimento sustentável e promova o relacionamento entre comunidade local e visitante.

Sendo assim, o que separa o turismo rural do turismo massificado são as singularidades e peculiaridades da região visitada, onde “o modo de produzir a existência humana nessas áreas é o diferencial que atrai os cidadãos para o ambiente rural. Em outros termos, é dizer que o turismo no espaço rural se diferencia do modelo de produção em massa, pois os serviços não são prestados como no ambiente urbano” (WEISSBACH, 2011, p. 51).

Nesse contexto, o turismo rural pode proporcionar uma relação diferenciada entre turistas e agentes locais. Isto porque essa modalidade de turismo permite uma interação entre o visitante e a comunidade, proporcionando a troca de experiências, para que o turista possa vivenciar o modo de saber fazer dos autóctones, seus costumes, tradições e ter um maior contato com a natureza (BARROS NETO; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2017).

No Brasil, o turismo rural ganhou visibilidade nos últimos anos quando a sociedade despertou para novas opções de interação com o ambiente, culturas e tradições diferentes das encontradas no meio urbano. Lages, no Estado de Santa Catarina, foi o primeiro município a implantar o turismo rural no ano de 1984, através da Serratur Empreendimentos e Promoções Turísticas S.A. (TULIK, 2010). O segmento surgiu como uma “alternativa para contornar problemas financeiros decorrentes de crises agrárias” (TULIK, 2010, p. 03). Respectivamente, essa nova alternativa despertou nas áreas rurais o interesse em inserir atividades que auxiliariam na diminuição da crise e, conseqüentemente, na redução da saída dos moradores para outros estados ao oferecer novas possibilidades de trabalho sem sair da sua localidade.

Os projetos “Acolhida na Colônia” em Santa Catarina e “Caminho de Pedras” no Rio Grande do Sul são exemplos de experiências em turismo rural, de base comunitária que

possibilitam a aproximação do turista da realidade do campo, diferente do vislumbrado turismo de massa. Além de proporcionar a interação entre visitantes e moradores, as iniciativas de turismo rural caracterizaram-se pelo engajamento da comunidade em todas as etapas do processo de planejamento, em busca de novas oportunidades de trabalho e produção.

Conforme Elesbão e Teixeira (2011), o turismo rural de base comunitária implica em novas oportunidades para os agentes locais e a ampliação de novas funções, visto que o ambiente rural passou a apresentar novas competências, e surge como “um processo de valorização do campo, principalmente pelos urbanos, que passam a enxergá-lo não mais como lugar de atraso” (ELESBÃO; TEIXEIRA, 2011, p. 273).

Para Falak, Chiun e Wee (2014, p. 413):

Existem múltiplos atores envolvidos no desenvolvimento do turismo, daí o desenvolvimento de um turismo rural bem sucedido depende do cumprimento dos objetivos de todas as partes interessadas no sistema. As inter-relações entre as partes interessadas devem ser totalmente identificadas, uma vez que as necessidades de cada interessado podem ser diferentes nos outros.

Isso significa dizer que quando a atividade turística está inserida em comunidades rurais, é necessário ter cautela, no que tange a definição das estratégias de implementação em conjunto com os residentes, pois são eles que conhecem o ambiente e compreendem as necessidades da localidade. A falta de planejamento e, principalmente a ausência da comunidade durante o processo, ocasiona em uma atividade turística desordenada, com tendência ao declínio, o que acarretará em impactos indesejáveis (VIGNATI, 2012).

Não se pode deixar de destacar que, se não forem observados ou levados em consideração os aspectos que sustentam o turismo de massa, quanto à apropriação do lugar e seus elementos, essa atividade no meio rural pode se transformar em um perigo à comunidade, provocando o aumento inflacionário, a descaracterização de práticas do cotidiano, o incremento da prostituição e a desapropriação dos meios de produção dos membros da comunidade local (VIEIRA; ALMEIDA, 2010, p. 278).

O aumento do fluxo de turistas, a descaracterização da cultura local e a elevação do custo de vida, são consequências da ausência da comunidade no desenvolvimento da atividade (RIEDL; ALMEIDA, 2000). No caso do desenvolvimento de atividades em áreas rurais, o planejamento é fundamental para a evolução do turismo, enquanto vetor de crescimento social e econômico, pois a comunidade está inserida em todo processo de construção do que será realizado na localidade.

Sendo assim, para que o desenvolvimento das atividades proporcione um turismo nas comunidades de maneira responsável e sustentável, com “[...] iniciativas e atividades de

pequena e média dimensão geridas pelas próprias comunidades [...]” (CUNHA, 2015. p. 754), é necessário que o turismo no espaço rural seja planejado e executado em conjunto com os agentes locais, a fim de proporcionar bem-estar às famílias da área rural, promover o desenvolvimento local e enaltecer suas origens e o seu patrimônio, trazendo ao turista uma nova percepção desse ambiente tão discriminado e excluído da sociedade.

Através dessas reflexões, percebe-se a relação entre o segmento de turismo rural e o modelo de gestão do turismo de base comunitária no intuito de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento das comunidades rurais. Portanto, o desenvolvimento de um plano de gestão de turismo rural de base comunitária direcionado à realidade do povoado Jacaré e circunvizinhança, em Tobias Barreto – SE pode colaborar para a organização e condução da atividade turística no local.

1.4 Inovação social no turismo

A proposta conceitual de inovação teve início no século XX, em virtude dos processos evolutivos dos ciclos econômicos, que contribuíram para a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes aos habituais meios, para atingir determinado objetivo. A inovação é um tema recorrente nos debates sobre competitividade e desenvolvimento econômico, por configurar a promoção de mudanças ou caminhos para aprimorar algo já existente, além de tornar a empresa ou o produto mais competitivo no mercado, como uma “forma inédita de fazer combinações gerando resultado econômico” (BIGNETTI, 2011, p. 5).

Por sua vez, Lohmann (2012, p. 13) conceitua a inovação como

o desenvolvimento e aprimoramento contínuo do conhecimento, em busca de algo novo, desconhecido ou não, produzido com base em novas ideias e construído desde a estaca zero ou de algo já existente, que permite criar soluções de produtos ou processos que tenham sentido prático para o cliente, seja fornecedor ou consumidor.

Bignetti (2011) destaca ainda que devido aos diversos conceitos relacionados à inovação, a palavra tornou-se comum e foi utilizada por diversas áreas do conhecimento. Na área das ciências sociais passou-se a discutir a inovação a partir do desenvolvimento social, ao considerar que a inovação “pode ser um veículo que cria mudanças sociais relacionadas à melhor qualidade de vida e criação de mecanismos para lidar com diferentes conjuntos de problemas.” (BUTKEVICIENE, 2009, p. 80, tradução nossa). Isso significa dizer, que a inovação pode trazer novas possibilidades e perspectivas que proporcionem mudanças

significativas para os moradores, assim como “[...] novas respostas às demandas sociais urgentes, que afetam o processo de interações sociais” (BEPA, 2011, p. 34).

Sendo assim, a proposta de proporcionar estratégias e direcionamentos com o intuito de promover mudanças é um conceito utilizado no contexto empresarial, ambiental, econômico e social, por ser um processo capaz de

tornar oportunidades em novas ideias e dar a elas um sentido prático, seja na indústria, seja no setor de serviços, engloba uma série de processos e áreas, em relação a um produto novo ou melhorado. A inovação pode ser estabelecida com base em um novo olhar ou uma nova forma de fazer o que já é conhecido para muitos (LOHMANN, 2012, p. 13).

A necessidade de inovar no âmbito social decorre da ausência de ações dos setores públicos e privados, frente às demandas sociais que permanecem sem soluções. Nesse contexto, os atores locais buscam encontrar respostas para enfrentar os problemas ou identificar possibilidades para enfrentá-los. Lima (2011) traz contribuições para esse debate, quando ressalta que as premissas da inovação social ocorreram em decorrência do contexto social e econômico dos indivíduos, que passaram a buscar

[...] esforços próprios para inovar e transformar a realidade da vida de muitos grupos sociais por meio de articulações e negociações entre organizações privadas de fins lucrativos, instâncias governamentais e instituições de caráter filantrópico e assistencialista (LIMA, 2011, p. 48).

As iniciativas realizadas através de programas sociais e de inclusão, assim como a construção coletiva de estratégias para comunidades, auxiliam na promoção e potencialização dos agentes locais, a fim de alcançar o desenvolvimento comunitário. Sendo assim, considera-se a inovação social como uma resposta para situações insatisfatórias que não foram elucidadas.

A inovação social é aqui definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (BIGNETTI, 2011, p. 4).

O conhecimento aplicado resulta ainda em novos modelos e abordagens que contribuem para o fortalecimento das comunidades, já que consegue solucionar problemas que até então não possuíam respostas para uma parcela da população excluída da sociedade, “quebrando paradigmas e apresentando alternativas novas frente aos modelos hegemônicos de produção e reprodução socioespaciais.” (PINHEIRO, 2018, p. 40).

O Turismo de Base Comunitária pode ser considerado uma inovação, quando entendido no contexto da multifuncionalidade de um território. É uma proposta que instiga a participação dos atores locais na gestão dos recursos naturais e humanos, potencializando-os na busca de

transformações e mudanças da realidade coletiva. Gómez *et al.* (2015, p. 1223), colaboram com essa linha de raciocínio e caracterizam o TBC como inovação social. Assim, a atividade turística é construída a partir das pequenas potencialidades existentes, “[...] da mobilização dos membros da comunidade em busca de ganhos para a coletividade [...], [o que faz] com que esse tipo de turismo se diferencie do paradigma atual vigente na atividade turística.”.

A atividade turística quando ocorre em comunidades rurais, pode se configurar como uma vertente do Turismo Rural desenvolvida dentro dos princípios do Turismo de Base Comunitária ou não. As inovações sociais podem estar relacionadas ao ambiente rural, através de novas perspectivas, novos métodos de organização da comunidade e das atividades que são realizadas. Nos casos que se sobrepõem, assim como o TBC, “o turismo rural pode ser um elemento importante no sentido de provocar algumas melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida para as famílias e comunidades que o adotam” (SOUZA; ELESBÃO, 2008, p. 4).

A relação entre inovação social, turismo de base comunitária e turismo rural ocorre em decorrência dos indicadores característicos do turismo de base comunitária (como o protagonismo, a autogestão, o desenvolvimento comunitário e o planejamento participativo) e do turismo rural (valorização da identidade cultural, desenvolvimento local sustentável, associativismo, interação entre turistas e anfitriões). Esses elementos podem ser classificados como estratégias inovadoras, porque contribuem para o desenvolvimento da atividade turística em uma localidade, e tornam-se novas alternativas de visitação para o turista que deseja fugir dos destinos tradicionais.

Compreende-se que o Turismo de Base Comunitária (TBC) faz repensar o desenvolvimento da atividade como uma inovação social que instiga a participação da comunidade local preservando a cultura, o modo de vida e as atividades que são desenvolvidas. Da mesma forma, o turismo rural é um segmento que vem crescendo, com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento das comunidades agrárias, como uma opção de geração de renda e incentivo à preservação ambiental.

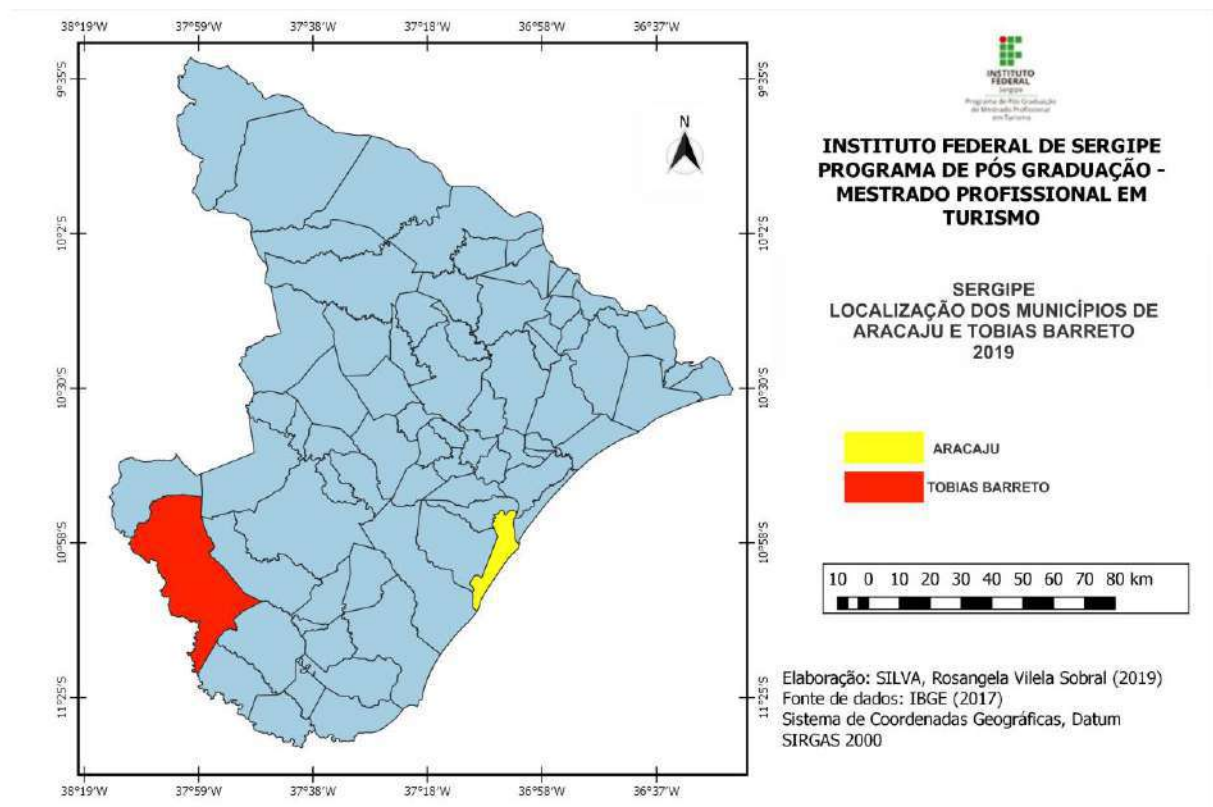
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo está dividido em dois momentos. O primeiro apresenta as principais características presentes no objeto de estudo através descrição dos aspectos geográficos, edafoclimáticos, socioeconômicos e culturais presentes no município Tobias Barreto e no Povoado rural Jacaré, a partir das observações e identificação de suas potencialidades produtivas e para o turismo. Já a segunda etapa expõe o processo metodológico utilizado para a construção do produto final.

2.1 Caracterização do objeto de estudo

O presente trabalho foi conduzido no Povoado rural Jacaré com a participação de comunidades vizinhas, todas pertencente ao município sergipano Tobias Barreto. O município localiza-se na região centro-sul do Estado de Sergipe, a 105 km da capital Aracaju. Faz divisa com o Estado da Bahia a Oeste; os municípios de Poço Verde, Simão Dias e Riachão do Dantas, ao Norte; Itabaianinha e Tomar do Geru, ao Leste, como consta no mapa 1.

Mapa 1: Localização do Município Tobias Barreto/SE



Fonte: Elaboração própria, 2019.

De acordo com os dados do IBGE (2018), o município possui área de 1.024,186 km², com população estimada de 51.843 habitantes e densidade demográfica de 47,04 hab/km². O clima dessa região é megatérmico semiárido, com transições para o clima seco e sub-úmido.

Possui pediplanado e tabular erosivo, com formas dissecadas dos tipos tabuleiros e colinas, e aprofundamento de drenagem, com variação de muito fraco a mediano (BOMFIM, 2002).

Segundo Lopes e Lima (2005), o município faz parte do Semiárido Ocidental, uma subdivisão do semiárido sergipano e compreende os municípios de Carira, Frei Paulo, Macambira, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Poço Verde, Pinhão, Ribeirópolis, São Miguel do Aleixo, Simão Dias e Tobias Barreto.

O acesso ao município dá-se através da rodovia BR 101 e SE- 065, sentido ao município de São Cristóvão e passa pelos municípios de Itaporanga D’Ajuda, Salgado, Lagarto, Riachão do Dantas, com trajeto ao município pela SE- 170.

Tobias Barreto é datado do século XVI, entre os anos de 1599 e 1622. Conforme a Revista Cinform Municípios (2002) e Lopes e Lima (2005), a cidade teve início a partir de um sítio com uma extensão de aproximadamente 40 hectares. Nesse local foi encontrada a imagem de Nossa Senhora e, em sua homenagem, os camponeses que ali viviam construíram uma pequena capela e casas ao redor. Assim, teve início a formação do povoado, que no primeiro momento, recebeu o nome de Paraíso.

O povoado Paraíso teve seu nome modificado para Nossa Senhora Imperatriz dos Campos do Rio Traripe (LOPES; LIMA, 2005). Nos anos seguintes, a localidade ganhou o nome de Campos do Rio Real e depois, apenas Campos. Em virtude do decreto provincial de 17 de janeiro de 1835, o então povoado de Campos passou a condição de vila (CIFORM MUNICÍPIOS, 2002). Posteriormente, em 1909, através da lei 550 sai da categoria de vila para município, e trinta e quatro anos depois, o então município de Campos recebeu o nome de Tobias Barreto, em homenagem ao escritor e poeta Tobias Barreto de Menezes, filho da cidade. A figura 1 mostra a atual configuração espacial do município Tobias Barreto.

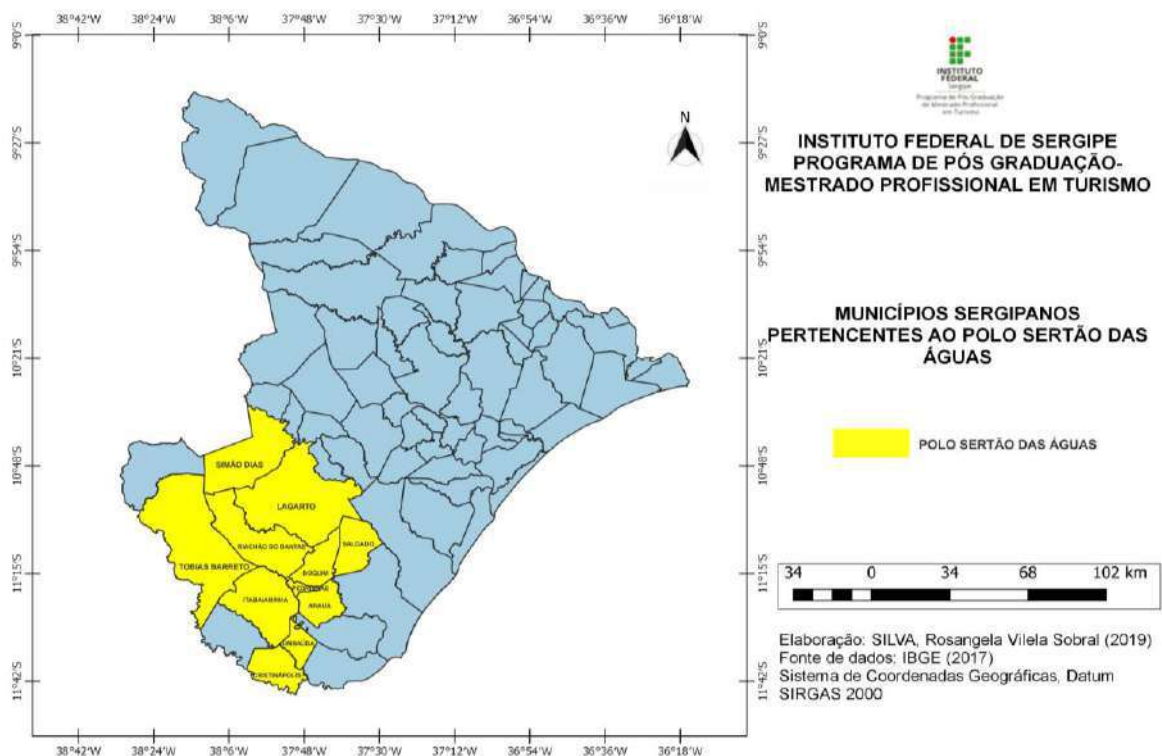
Figura 1: Configuração espacial do município Tobias Barreto



Foto: Google imagens, 2018.

O município é um dos componentes do Polo Turístico Sertão das Águas, (mapa 2) e apresenta diversos equipamentos turísticos como o Museu Casa de Tobias Barreto, a Casa da Cultura, Memorial de Tobias Barreto, a Igreja Nossa Senhora Imperatriz dos Campos e a Feira da Coruja, tradicional no município por ser realizada todas às segundas-feiras, das 00h às 17h, com a comercialização de artigos artesanais da cidade.

Mapa 2: Localização dos municípios sergipanos pertencentes ao Polo Sertão das Águas



Fonte: Elaboração própria, 2019.

De modo geral, os municípios que fazem parte do Polo Sertão das Águas possuem o comércio e agropecuária como atividades econômicas predominantes. Tobias Barreto tem um forte destaque no Estado com relação à economia, com a concentração de indústrias, artesanato, através de produção de bordados e cerâmica, além da agricultura, “[...] no cultivo de milho e feijão, venda de gado de leite e de corte” (SERGIPE TRADE TOUR, 2017, p. 191). Na produção agrícola tem-se grande destaque a agricultura familiar, presente nos povoados da área rural do município.

Entre os povoados rurais de Tobias Barreto, destaca-se o povoamento Jacaré. De acordo com os participantes das oficinas, o nome Jacaré foi em virtude de um lago presente no povoado e que poderia ter jacarés. Constituído basicamente por agricultores familiares, verificou-se no povoado o desenvolvimento de culturas agrícolas (milho, feijão e mandioca) destinadas ao sustento das famílias e a geração de renda, com a venda do excedente da produção. De acordo com os moradores, cerca de 30 famílias sobrevivem da agricultura.

O Povoado Jacaré despertou a atenção para a realização do presente estudo, a partir do contato direto com agricultores e agricultoras locais beneficiados pelos programas sociais (a exemplo da aquisição de cisternas de captação de água) realizados no ano de 2016, e conduzidos pelas organizações não governamentais CDJBC, AMASE e SASAC, que atuam nas regiões semiáridas do Estado de Sergipe, em parceria com a ASA.

Historicamente, a comunidade do Jacaré recebeu forte influência do Tropeirismo, atividade que pode ser definida como tradição de transportar mercadorias por meio de tropas evidenciada no Brasil Colonial (PAES, 2001; STRAFORINI, 2001; CARPEGIANI; REZENDE FILHO, 2009). O fato histórico incentivou a criação por parte de um dos moradores, de um espaço de resgate da história local, com atrativos para o turismo denominado de Recanto da Serra (figura 2), situado na área conhecida como Alto do Jacaré. Para chegar ao local, segue-se pela Rodovia SE - 290 que liga Tobias Barreto a Poço Verde e fica a 23 km da sede municipal.

Figura 2: Entrada do Recanto da Serra



Fonte: Rosangela Vilela, 2016.

O estabelecimento, em meio a vegetação típica da região, é um ambiente que possui objetos de época cedidos pelos moradores da comunidade, como documentos e fotografias históricas de pessoas que já passaram pela região, guardados no espaço denominado de “Museu D. Maria” (figura 3). Há também chalés com dormitórios para pernoite, uma bodega do tropeiro, além de lago, piscina, restaurante, parque infantil, estruturas construídas basicamente com material reciclado (a exemplo de pneus, troncos de árvores, entre outros). O local oferece ainda passeio de charrete e a “trilha do tropeiro”, onde é refeito o trajeto realizado pelos tropeiros quando passavam pela região.

Figura 3: Entrada do Museu D. Maria, Povoado Jacaré

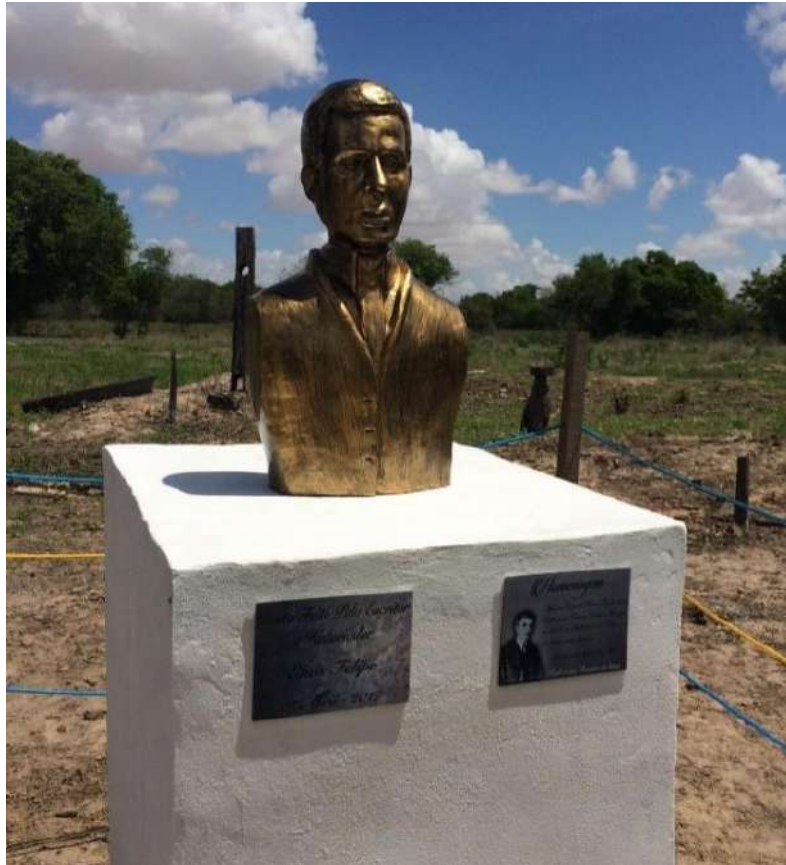


Fonte: Rosangela Vilela, 2016.

Além do Recanto da Serra, a comunidade vem desenvolvendo atividades culturais, com a finalidade de valorizar a identidade local e resgatar a história dos residentes. O atrativo vem se consolidando, pela visita de moradores de cidades vizinhas e intercâmbios dos estados mais próximos.

Em visita *in loco* realizada no ano de 2016, constatou-se que a comunidade já trabalhava para fortalecer as atividades turísticas na região, como por exemplo, através da inserção do Busto do escritor Epifânio Dória (figura 4), natural do Povoado Jacaré.

Figura 4: Busto de Epifânio Doria, em frente às ruínas da sua antiga casa



Fonte: Rosangela Vilela, 2017.

O busto foi assentado ao lado das ruínas da antiga residência do escritor com o objetivo de resgatar a sua história e contribuições enquanto escritor para o Estado de Sergipe. Além disso, pretende-se em uma área próxima reconstruir a casa em que o escritor viveu para transformá-la em um museu. Outro projeto que está sendo planejado é a construção do “Museu da Senzala” na entrada do povoado, onde será guardado os artefatos, que até então encontram-se no Museu de D. Maria. A finalidade é valorizar a história colonial, retratando faces da escravidão da região.

5.2 O caminhar da pesquisa

Com o intuito de conhecer e ter aproximação com a comunidade, o caminhar da pesquisa passou pela corrente filosófica fenomenológica. Esta corrente busca estudar a experiência humana, através da observação e percepção das necessidades e anseios dos agentes locais, além da vivência coletiva, que dará respostas para o desenvolvimento do turismo. A fenomenologia, segundo Panosso Netto e Nechar (2014), e Severino (2016) contribui para a interpretação de fatos e fenômenos coletados durante o período da pesquisa, que se manifestam originalmente

propondo conclusões e reflexões, a partir de percepções que foram visualizadas, como imagens, atos e relações identificadas pela comunidade.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi de natureza aplicada, pois o arcabouço teórico auxiliou na elaboração de resultados práticos. Não há segundo Gil (2008), a busca de novas teorias, mas sua principal característica é a aplicação do conhecimento de forma prática, a fim de solucionar problemas específicos. Desta maneira, as referências utilizadas contribuíram para apresentar as informações para a comunidade e assim, construir o plano de gestão coletivamente.

A pesquisa foi do tipo exploratória e descritiva, a fim de proporcionar quanto aos objetivos, familiaridade do pesquisador com o tema, além de uma análise precisa das situações e perceber as relações existentes (SEVERINO, 2016). Através da pesquisa exploratória, houve um novo olhar ao entrar em contato com a comunidade, com a descrição das situações recorrentes, identificação dos vínculos existentes entre os atrativos e os agentes locais, além de verificar se a comunidade realmente acredita na possibilidade de implementação do modelo de gestão proposto. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa exploratória é o primeiro passo para a realização da pesquisa e contribui de forma significativa, visto que procura não trabalhar com hipóteses, mas elencar possibilidades que poderão ser inseridas ao objeto de estudo.

Já a pesquisa descritiva ocorreu através da análise e registro de fatos ou fenômenos inseridos no objeto de estudo, “suas características e peculiaridades dentro de um contexto específico”, com o objetivo descrever o povoado Jacaré, analisar e correlacionar os fatos e fenômenos encontrados (RAMPAZZO; CORRÊA, 2008, p. 73).

Quanto à conduta dos dados, a pesquisa seguiu uma investigação bibliográfica, onde explica um possível problema a partir de referências teóricas. A pesquisa bibliográfica possibilita segundo Dencker (1998), a investigação de dados históricos, através referências presentes em livros, artigos, dissertações e teses que abordam a temática apresentada nesta dissertação. Severino (2016, p. 60) ressalta ainda que esse tipo de pesquisa busca “[...] conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”.

Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, utilizando fonte de informações, indicações e esclarecimentos que auxiliaram na elucidação de determinadas questões sobre o Povoado Jacaré. Diferente da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental “vale-se de toda

sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas” (GIL, 2010, p. 30), como documentos primários, que não receberam devido tratamento, mas que podem ser utilizados visando desenvolver a investigação e análise dos dados. Em virtude desses documentos serem primários, Dencker (1998) e Severino (2016) ressaltam que é necessária uma interpretação correta, desenvolvendo uma investigação e estratégias adequadas para a análise dos dados coletados.

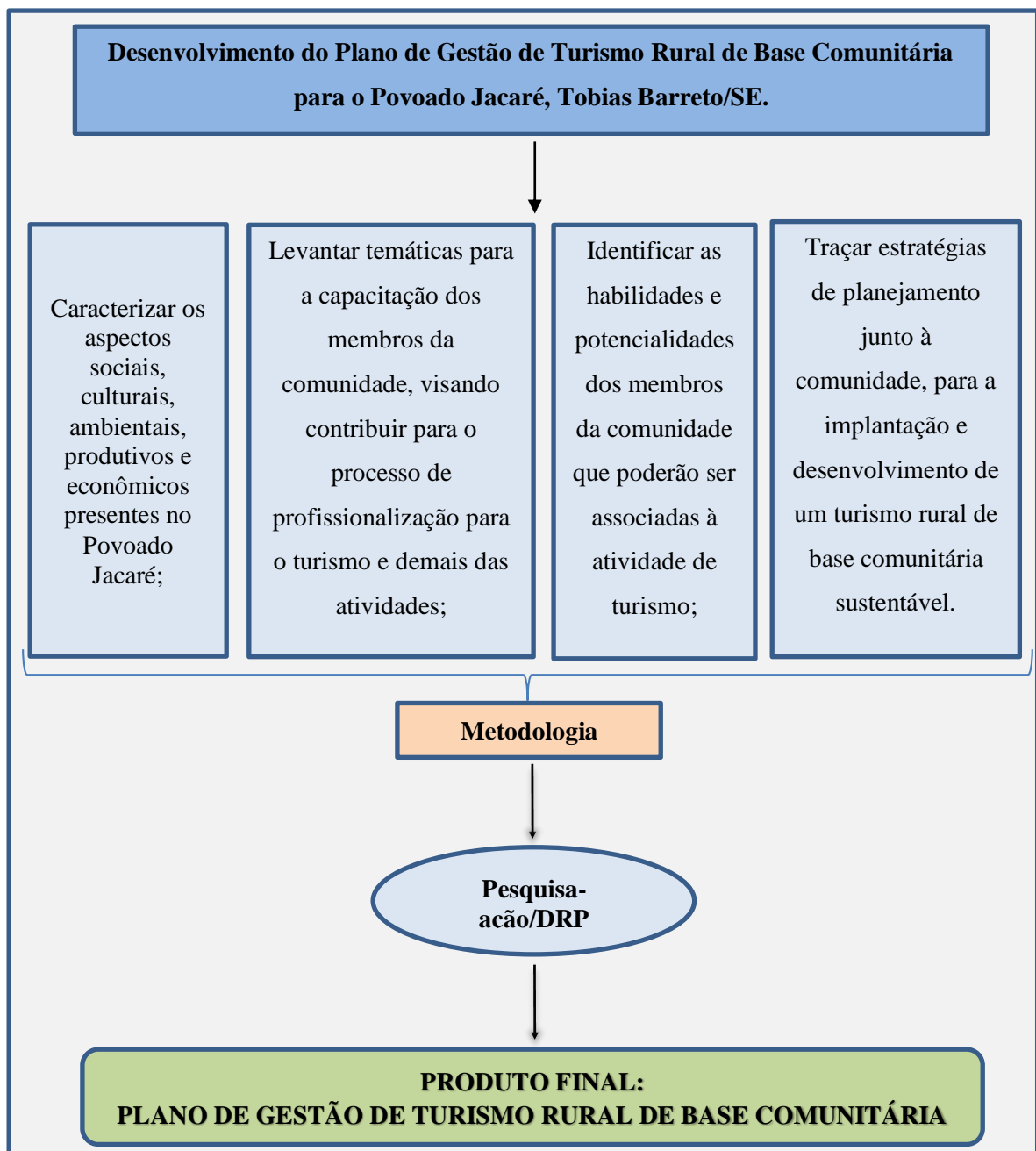
Quanto a abordagem, foram utilizados métodos qualitativos e a pesquisa – ação. O primeiro busca analisar “todos os fenômenos [...]: a constância, a interrupção, a fala e o silêncio”. (RAMPAZZO; CORRÊA, 2008, p. 71), através das narrativas coletadas nas visitas que foram realizadas durante a pesquisa. A pesquisa qualitativa objetivou compreender os grupos sociais, para completar lacunas que muitas vezes não foram elucidadas. Essa abordagem proporciona o envolvimento de informações coletadas “[...] sobre um pequeno número de pessoas, em vez de uma pequena quantidade de dados sobre um grande número de pessoas” (VEAL; ALDRIGUI, 2011, p. 76).

Já a pesquisa - ação teve por objetivo diagnosticar um problema e buscar solucioná-lo, através da relação entre o pesquisador e a comunidade. Severino (2016, p. 127) afirma que “... ao mesmo tempo que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa ação propõe um conjunto de sujeitos envolvendo mudanças que levam a um aprimoramento das práticas analisadas”. O trabalho coletivo realizado em conjunto com a comunidade, proporcionou a identificação de possíveis situações que dificultam a realização da atividade turística na região. Consequentemente, os agentes locais inserem-se na pesquisa, “[...] promovendo a intervenção direta e contínua da realidade” (DENKER, 1998, p. 155), já que eles é quem convivem com os possíveis atrativos e podem identificar o que é preciso para o desenvolvimento da atividade turística.

Um dos elementos principais da conduta dos dados foi o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). O DRP “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006, p. 12). Assim, os agentes locais foram instigados a identificar os elementos que podem ser classificados como atrativos turísticos da localidade, quais os pontos fortes e fracos das atividades que são desenvolvidas, a fim de buscar melhorias nas estruturas básicas da localidade e traçar estratégias de planejamento.

As ferramentas proporcionaram ainda “[...] maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica” (SOUZA, 2009, p. 35). Através dessa gestão participativa, a comunidade foi a responsável e principal protagonista, avançando em um planejamento das atividades onde todos trabalhem em conjunto para a execução de um turismo de maneira sustentável e exequível. Com base em Dantas (2018), o quadro 1 apresenta o fluxograma do caminhar metodológico da pesquisa.

Quadro 1: Fluxograma do processo metodológico na condução do trabalho



Fonte: Elaboração própria, 2018 com referência a Dantas (2018).

O fluxograma explica de que maneira os objetivos específicos foram desenvolvidos em concordância com o processo metodológico utilizado. Dessa forma, para contemplar os objetivos e metas do trabalho, esse foi dividido em duas fases. A primeira fase constou da aplicação das ferramentas de DRP para construção do diagnóstico local, enquanto a segunda fase foi a elaboração do Plano de Gestão.

Para a construção do plano de gestão, utilizou-se como referencial a análise SWOT. Verdejo (2006, p. 41) afirma que esse tipo de análise, conhecida também como Matriz FOFA, busca “identificar, analisar e visualizar a situação atual dos grupos para conseguir um fortalecimento organizado”. Esse tipo de análise contribui para identificar os pontos fortes, fracos, as ameaças e oportunidades existentes em um destino ou comunidade. Já Liberato e Vieira (2018, p. 2) afirmam que esse tipo de análise permite “uma análise crítica da real situação do turismo na localidade, com capacidade de contribuir com os gestores na escolha das estratégias mais adequadas para atingir os objetivos propostos”.

Para tanto, foram realizadas seis oficinas “*in loco*” durante os meses de agosto a novembro de 2018, e fevereiro de 2019. As oficinas contaram com a participação de moradores do Povoado Jacaré e de integrantes das comunidades circunvizinhas: Sítio Salgado, Pitombas, Nova Brasília e Samambaia. Moradores de Poço Verde, município vizinho, também participaram com o intuito de aprimorar os conhecimentos acerca do turismo e desenvolver atividades semelhantes no seu município.

As oficinas tiveram como referência a cartilha de Diagnóstico Rápido Participativo de Verdejo (2006), e as metodologias participativas utilizadas por Teixeira, Duarte e Morimoto (2017). O quadro 2 expõe as ferramentas participativas aplicadas durante as oficinas.

Quadro 2: Ferramentas participativas aplicadas nas oficinas.

FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS	OBJETIVO
<p>“O que essa mão já fez?”</p> <p>“O que essa mão é capaz de fazer?”</p>	<p>Resgatar a história de vida dos participantes, contribuindo para sua autoestima e autoconhecimento, assim como “a visão de futuro dos participantes contribuindo para seu protagonismo e engajamento social” (TEIXEIRA; DUARTE; MORIMOTO, 2017, p. 84-85).</p>
<p>Linha do tempo</p>	<p>Permitir que os participantes conheçam com mais profundidade as suas histórias de vida, criar laços de</p>

Fonte: Elaboração própria, 2018 com referência a Verdejo (2006).

	pertencimento e de identificação com as demais pessoas da comunidade
Mapa da Comunidade: Mapa de recursos naturais e econômicos	Representar como se inter-relacionam os diferentes elementos do sistema produtivo, além de criar uma concepção compartilhada sobre a utilização do espaço e dos recursos
Diagrama de Venn	Colocar em evidência as relações que se estabelecem entre os membros das comunidades e as instituições para reconhecer a importância destes fatores nos processos de decisão e desenvolvimento comunitário.
Análise SWOT	Identificar, analisar e visualizar a situação atual dos grupos para conseguir um fortalecimento organizativo.

As ferramentas utilizadas durante as oficinas forneceram dados que foram analisados e tabulados de forma sistêmica, e foram essenciais para a elaboração do plano de gestão. Na construção do diagnóstico local, também houve a utilização de entrevistas semiestruturadas, como instrumento de levantamento de dados. As entrevistas foram aplicadas junto aos comerciantes da sede municipal e integrante da gestão pública. A técnica possibilitou o confronto de informações e a compreensão da dinâmica da comunidade e do município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo detalha a pesquisa realizada no Povoado Jacaré com a participação de membros de diversas comunidades, e discute os resultados identificados coletivamente. Essa discussão também foi um momento de reflexão, para compreender as devidas contribuições para o desenvolvimento da atividade turística na região Centro Sul do estado de Sergipe.

3.1 As oficinas

A primeira etapa da pesquisa iniciou no dia oito de agosto de dois mil e dezoito. Antes de chegar à comunidade houve o contato com a liderança local, para facilitar o processo de mobilização da comunidade. Posteriormente, a visita ocorreu com a aplicação de uma dinâmica de grupo para facilitar o processo de identificação e socialização dos participantes (figura 5). A atividade “dinâmica do cordão” teve por objetivo realizar uma apresentação, onde cada participante escolhia um pedaço de cordão/barbante e a partir do tamanho escolhido, contava um pouco sobre quem ele era. A dinâmica possibilitou que os vinte participantes fizessem a auto identificação de forma lúdica e informal.

Figura 5: Visita à comunidade para a apresentação da pesquisa



Fonte: Leylane Meneses, 2018.

Após a dinâmica, realizou-se a apresentação do trabalho e início das atividades, com a realização da primeira oficina. As atividades foram realizadas nas dependências do Recanto da Serra, e constaram de aplicação das técnicas de DRP.

A primeira ferramenta utilizada foi “O que essa mão já fez?” e “O que essa mão capaz de fazer?” (figura 6). Inicialmente, foram explicados os procedimentos e os objetivos da técnica aos participantes.

Figura 6: Aplicação da ferramenta “O que essa mão já fez?” e “O que essa mão é capaz de fazer?”



Fonte: Rosangela Vilela, 2018.

O quadro 3 apresenta as habilidades reconhecidas pelos participantes. Foram descritas diferentes habilidades as quais demonstraram a amplitude dos saberes de cada participante, permitindo a classificação em atividades culturais, artísticas e educativas; atividades econômicas de sustento e de geração de renda e atividades domésticas.

Quadro 3: Atividades e habilidades retratadas através da ferramenta “O que essa mão já fez?”

O QUE ESSA MÃO JÁ FEZ?	
Atividades	Habilidades
Culturais, Artísticas e Educativas	artesanato com flores artificiais; decoração de eventos com flores naturais; artesanato em madeira; bordado; costura; autoria de história de cordel; leitura de livros (contador de histórias); capacitação de jovens em cultura e meio ambiente (instrutor); Composição de canções; Canto; Narração de experiências de viagens.
Econômicas de sustento e de geração de renda	Trabalho na agricultura e pecuária; Pescaria;

	Vendedor; Fotografo de paisagens e pessoas; guia de turismo; empreendedor.
Domésticas	Cozinhar; cuidar de crianças; fazer doces; limpar casa; lavar roupa.

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 08 de agosto de 2018.

Vale ressaltar que o caráter econômico permeia todas as modalidades de atividades apresentadas no quadro 3. Assim, o exercício das diferentes habilidades está relacionado, direta ou indiretamente, ao sustento e geração de renda dos participantes. Os participantes surpreenderam-se com as diversas atividades exercidas ao longo da sua trajetória de vida, e isso favoreceu a identificação de saberes comuns ao grupo e as possíveis complementariedades das atividades, a partir de ações conjuntas.

Através das apresentações individuais e debates coletivos decorrentes da aplicação da ferramenta, foi possível constatar uma forte tendência local para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais. O diálogo sobre as habilidades e histórias de vida motivou a construção coletiva de futuros projetos culturais, tendo como palco o Recanto da Serra.

Ainda, outras habilidades apresentadas pelos participantes poderão ser potencializadas e aprimoradas, com o objetivo de contribuir para o processo de implantação do TBC no povoado Jacaré. A experiência e saberes sobre a região, no que se refere ao exercício da atividade de guia de turismo e de fotógrafo, são alguns exemplos que pode ser agregados ao projeto de turismo local.

Quanto ao questionamento “O que essa mão é capaz de fazer?”, as perspectivas de futuro foram classificadas em duas categorias: caráter individual e coletiva, e estão apresentadas no quadro 4.

Quadro 4: O que essa mão é capaz de fazer?

O QUE ESSA MÃO É CAPAZ DE FAZER?	
Categorias	Perspectivas
Coletivo	trabalhar em conjunto; participar das atividades locais;
Individual	criatividade para desenvolver o seu próprio negócio; buscar novos conhecimentos; ser mais solidário/ajudar ao próximo; continuar fazendo artesanato.

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 08 de agosto de 2018.

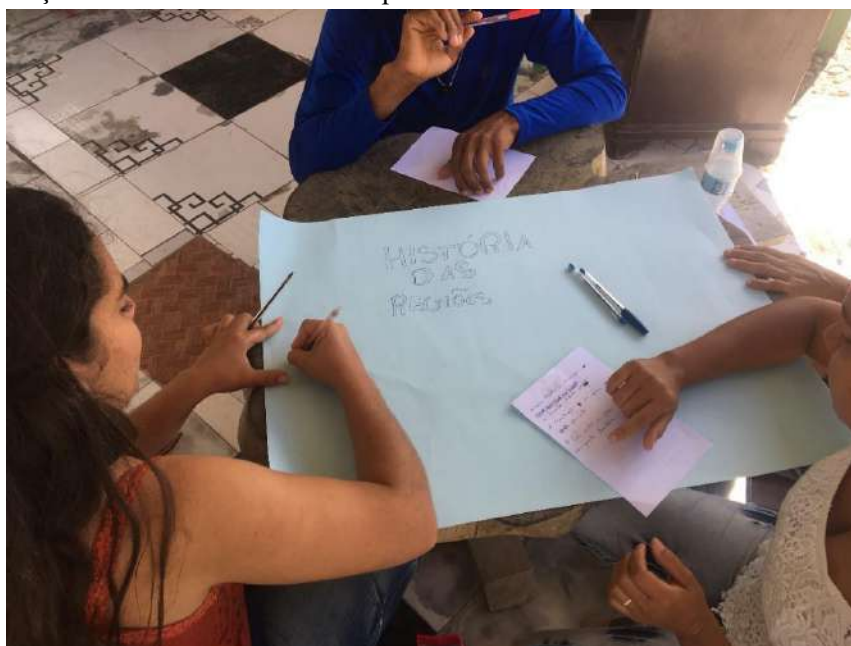
O quadro contém as respostas de maior ocorrência, e apesar da subjetividade da maioria das respostas, observou-se uma correlação entre caráter coletivo e individual. O interesse em trabalhar de forma coletiva, expresso pelos participantes, é um dos fatores determinantes para a efetivação do TBC no local a partir das experiências concretizadas no estabelecimento Recanto da Serra. Além disso, a disposição dos participantes em adquirir novos conhecimentos, e de dedicar-se às atividades que já realizavam são proposições que podem ser importantes para o desenvolvimento do TBC. Diante da concepção de multifuncionalidade do espaço rural, estimula-se a busca de novas possibilidades de geração de renda compatível às demais atividades econômicas já desenvolvidas (de função agrícola ou não), alicerçadas nos princípios da sustentabilidade.

A segunda ferramenta aplicada foi a “Linha do tempo”. O intuito dessa aplicação foi obter resultados de cada comunidade para melhor apresentação dos seus históricos. Os participantes foram divididos em 4 grupos, a saber:

- Grupo 1: membros das Comunidade Vila Samambaia;
- Grupo 2: membros da Comunidade Nova Brasília, Sítio Salgado e Pitombas;
- Grupo 3: membros do Povoado Jacaré;
- Grupo 4: membros do município de Poço Verde.

A figura 7 apresenta um dos grupos de trabalho na aplicação da técnica Linha do tempo.

Figura 7: Aplicação da técnica “Linha do tempo”



Fonte: Rosangela Vilela, 2018.

Os grupos retrataram a história de suas comunidades e informações relevantes sobre suas localidades, como por exemplo: os principais elementos históricos/econômicos, o significado do nome do município, além de curiosidades e características da região. A ferramenta possibilitou uma breve contextualização histórica de cada comunidade, ao mesmo tempo que a identificação de atrativos (figura 8).

Figura 8: Apresentação da Linha do tempo.



Fonte: Rosangela Vilela, 2018.

A apresentação e discussão entre os participantes instigaram a reflexão sobre outros elementos que existem na comunidade e que podem ser integrados aos atrativos existentes. A sistematização do trabalho dos grupos encontra-se apresentado no quadro 5.

Quadro 5: Histórico e atrativos das comunidades

GRUPO	INFORMAÇÕES HISTÓRICAS/ECONÔMICAS	ATRATIVOS
1	Fica localizada a 32 km de Tobias Barreto. Samambaia está no pé de uma serra, e tem esse nome por homenagear um dos primeiros moradores, o Sr. Felipe Samambaia, que tinha uma barba branca muito grande, semelhante a planta samambaia (existente nas serras da região). A economia está no potencial do rechiliê (bordado), na agricultura,	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Bordadeiras de Vila Samambaia (rechilieu); • Na estrada de terra que vai da Vila Samambaia até o Povoado Curral dos Bois (Simão Dias) podemos encontrar uma trilha para registrar a presença de maricatas e papagaios; • Mirante da Oração (na Serra do Boqueirão);

	pecuária, apicultura e meliponicultura (criação de abelhas e produção de mel).	<ul style="list-style-type: none"> • Trilhas na Serra dos macacos, com uma rota chamada Toca da Onça e a presença de uma nascente.
2	<p>- Localizada a 20 km de Tobias Barreto, a Comunidade Nova Brasília recebeu esse nome em homenagem aos filhos do povoado que trabalharam em Brasília. Em 2008, a prefeita Marly Barreto Campos inaugurou uma réplica do Palácio do Planalto.</p> <p>- A Comunidade Pitomba recebe este nome devido a existência de muitas árvores frutíferas, chamadas “pitombas”.</p> <p>- A Comunidade Sítio Salgado tem esse nome porque no início da comunidade existia um sítio com diversos pés de bananeira e um rio com água salgada.</p> <p>A economia nestas provem da pecuária (leite), produção de doces, além do cultivo de milho, batata, feijão e mandioca.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Bordadeiras da Nova Brasília; • Réplica do Palácio do Planalto; • Doces Caseiros (Casa de D. Dete); • Novenários da Igreja (Festa de São José Operário, em Abril).
3	<p>Fica localizado a 23 km do município de Tobias Barreto.</p> <p>Nesse povoado há o Recanto da Serra, atrativo do município. O Recanto foi inaugurado em 2003, e aberto ao público em 2008. O recanto da serra faz parte de rota de turismo da região.</p> <p>O povoado Jacaré vive da plantação de feijão e milho, além da criação de gado e ovelha.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recanto da Serra; • Museu D. Maria; • Trilha do tropeiro; • Busto de Epifânio Dórea; • Igreja católica no centro do povoado Jacaré; • Serra dos macacos com a cachoeira.
4	<p>Em 1980 começou uma escolinha das irmãs de Santa Maria, mas em 2018 infelizmente por falta de recursos, não existe mais. A religiosidade de Poço Verde é apresentada através da Praça da Santa Cruz. Existência de uma Escola Agrícola na década de 80 que era exemplo e modelo, mas está perto de ser fechada. Poço Verde já teve cinema, mas bancos e comércio tomou conta. Existe a praça do Triângulo onde fica a rodoviária, que na década de 90 era área de convívio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Procissão de São Sebastião - padroeiro em janeiro; • Serra do ventoso; • Tecelagem (Comunidades amargosa I e II) Cachoeira de malhada grande (divisa entre os municípios de Simão Dias, Tobias Barreto e Poço Verde)

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 08 de agosto de 2018.

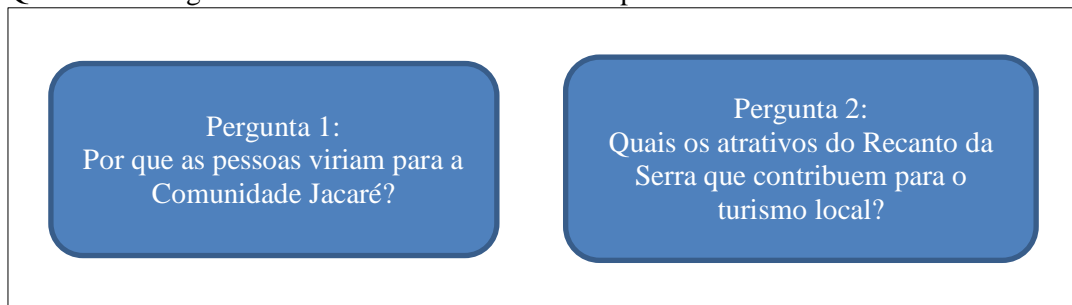
Ao traçar um comparativo entre as respostas dos grupos, observou-se que o grupo da Comunidade Vila Samambaia conseguiu descrever informações mais precisas sobre a história

e momentos importantes da comunidade e aproximou-se da proposta dessa ferramenta. Já as comunidades Sítio Salgado e Pitombas não conseguiram identificar a existência de atrativos, e o município de Poço Verde não apresentou informações sobre os fatores históricos e econômicos do município. A técnica Linha do tempo consiste em “fazer perguntas sobre o passado para conhecer momentos importantes de uma comunidade, família ou ainda de um grupo específico” (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 97-98). Isso pode ser justificado pela participação de um público jovem na oficina, com faixa etária entre 16 a 25 anos.

Por outro lado, o exercício coletivo foi fundamental para a identificação dos atrativos, e futuramente aprimorar o turismo na região. Entretanto, é necessário analisar se os atrativos turísticos podem ser inseridos em futuros roteiros, através da análise de capacidade de carga, estudo de impacto ambiental, além da percepção da acessibilidade ao local. Faz-se necessário ainda compreender a percepção de outros membros das comunidades no que diz respeito a esses atrativos, questão fundamental dentro do TBC, já que a comunidade deve reconhecer a existência desses atrativos para que sejam utilizados.

A terceira atividade decorreu da provocação de uma discussão coletiva sobre o turismo na região, com base em perguntas norteadoras e reflexivas, a fim de considerar a possibilidade da ocorrência do turismo em comunidades rurais e tradicionais (quadro 6). O exercício possibilitou retratar o olhar dos membros das comunidades e despertá-los para compreender e identificar novas oportunidades de geração de renda no espaço rural de Tobias Barreto, a partir dos atrativos locais existentes.

Quadro 6 – Perguntas utilizadas como instrumentos para discussão e reflexão coletiva



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Um dos participantes destacou que “ao visitar a comunidade, as pessoas poderão conhecer sobre a história da comunidade e dos tropeiros que ali passaram, além dos bordados e outros elementos existentes na região”. Salientou-se ainda que os bordados do povoado Samambaia já foram destaques em reportagens de programas de televisão exibidas

nacionalmente. Segundo participantes, “o bordado já trouxe Ana Maria Braga e Renata Alves para conhecer e divulgar”.

Quanto ao questionamento “Quais os atrativos do Recanto da Serra que contribuem para o turismo local?”, obteve-se como resposta a presença do Busto de Epifânio Dória, a trilha que remete à história do Tropeirismo e o museu de D. Maria. Questionou-se ainda se os participantes consideram o Recanto da Serra como um elemento turístico capaz de atrair pessoas e contribuir para o fortalecimento do turismo na região, assim como perceber se a partir dele, as pessoas gostariam de visitar as demais comunidades circunvizinhas. Essa pergunta proporcionou mais um debate sobre a importância da participação comunitária no processo de construção do TBC.

As respostas elencadas pelos participantes estão apresentadas no quadro 7:

Quadro 7: Motivos para visitação à Comunidade Jacaré, descritos pelos participantes

POR QUE AS PESSOAS VIRIAM PARA A COMUNIDADE JACARÉ?
Buscar paz e tranquilidade
Conhecer a história da rota dos tropeiros
Resgatar a cultura
Contar a história da região
Conhecer os bordados do povoado Samambaia
Buscar novas experiências
QUAIS OS ATRATIVOS DO RECANTO DA SERRA QUE CONTRIBUEM PARA O TURISMO LOCAL?
Busto de Epifânio Dória
Museu D. Maria
A trilha do tropeiro

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 08 de agosto de 2018.

A partir das discussões, um dos participantes ressaltou “a importância de valorizar a cultura local e de que é preciso acreditar que o turista pode sim vir aqui para conhecer e vivenciar a comunidade”. As respostas reforçaram que a presença de elementos históricos, naturais e culturais na região são potenciais turísticos que podem ser fortalecidos através TBC. Dessa forma, os atrativos existentes no Povoado Jacaré e nas comunidades vizinhas podem contribuir para a valorização do turismo no município, que recebe turistas/excursionistas em períodos pontuais, mas não permanecem por muito tempo no município por não conhecer os atrativos existentes.

A partir das entrevistas realizadas no Centro de Artesanato com comerciantes, os entrevistados afirmaram que diversos excursionistas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia frequentam o município para realizar compras na Feira da Coruja. O fluxo de visitantes e de vendas aumenta principalmente nos períodos de junho e julho e nos meses de

outubro e novembro. Segundo um dos comerciantes do município, cerca de quarenta a cinquenta ônibus já chegaram à feira para fazer compras, porém “a crise prejudicou um pouco as vendas, mas os turistas não deixam de frequentar”¹.

Os entrevistados destacaram ainda que os visitantes gostam da cidade e da receptividade dos moradores, mas reclamam da falta de higiene do Centro de Artesanato e imediações, da falta de segurança, da ausência de caixas eletrônicos nas proximidades da Feira e do Centro de Artesanato e de um estacionamento direcionado aos ônibus dos excursionistas, o que provoca preocupação e dificulta a permanência desses no município. Questionados sobre a existência de atrativos no município que podem ser divulgados para os visitantes foram citados a Feira de Artesanato, o museu de Tobias Barreto, o parque dos Missionários e o Recanto da Serra.

Com isso, a consolidação de uma modalidade de turismo, como o TBC, pode corroborar para o fortalecimento do turismo não só nas comunidades rurais, como também na sede municipal.

A segunda oficina aconteceu no dia 22 de agosto de 2018. Antes de iniciar as atividades houve a recapitulação do que ocorreu na oficina anterior, como forma de resgatar e devolver à comunidade os dados obtidos e analisados decorrentes das atividades desenvolvidas. Os participantes relataram que a primeira oficina “*ocasionou expectativas para os demais encontros*”.

Ainda nesse momento, lembrou-se aos participantes o objetivo da construção de um plano de gestão de turismo rural de base comunitária, destacando alguns atrativos das comunidades e a importância da juventude para efetivação do projeto. A necessidade do envolvimento dos jovens (participantes) na elaboração do plano de gestão, construído coletivamente, garante a continuidade da atividade após a finalização da intervenção científica.

A primeira atividade do dia foi a aplicação da ferramenta “Mapa da comunidade” (figura 9). Segundo Verdejo (2006, p. 30), a atividade serve para “o planejamento, discussão e a análise da informação visualizada”. A partir do desenho feito pelos participantes pode-se perceber o modo que os recursos naturais são utilizados (distinção das áreas habitacionais e naturais) e onde estão localizados, assim como a relação dos fluxos econômicos (diversos elementos econômicos localizados dentro e fora da comunidade). Esse mapa é dividido em mapa dos recursos naturais e de fluxos econômicos.

1 Entrevista concedida à Rosângela Vilela Sobral Silva, em setembro de 2018.

Figura 9: Aplicação da ferramenta “Mapa da comunidade”



Fonte: Rosangela Vilela, 2018.

Os representantes das comunidades presentes na oficina foram divididos em grupos de trabalho, de acordo com a proximidade das comunidades, metodologia adotada na primeira oficina. Os mapas construídos foram apresentados, como demonstra as figuras 10 e 11.

Figura 10: Apresentação do Mapa de Recursos Econômicos



Fonte: Rosangela Vilela, 2018

Figura 11: Apresentação do Mapa de Recursos Naturais



Fonte: Rosangela Vilela, 2018.

A partir da construção dos mapas foi possível identificar a diversidade de recursos econômicos e naturais existentes nas comunidades (quadro 8). Isso despertou entre os participantes a possibilidade de apresentar aos turistas suas potencialidades.

Quadro 8: Resultado do Mapa das comunidades

LOCALIDADE	RECURSOS NATURAIS	RECURSOS ECONÔMICOS
Município Tobias Barreto	Rio Jabeberi Parque dos Missionários	Fábricas Lojas Clínicas Supermercados
Povoado Nova Brasília	Barragem do Chicão	Bordados –Associação de bordadeiras (rechilieu) Fábrica de queijo artesanal Fabricação de doces artesanais (cocadas e outros doces regionais) Casa de Telharia Agricultura/Pecuária
Fazenda Salgado	Riacho do Peixe	Agricultura/Pecuária
Povoado Pitombas	Mata de Vegetação Nativa (caatinga) Rios Serras	Agricultura/Pecuária
Povoado Samambaia	Rio/Barragem Conjunto de Serras	Bordados (Rechilieu) Agricultura/Pecuária

	Pedra que parece uma marca de pé	
Povoado Jacaré	Mata do Recanto da Serra Pedra do Coração Rio Jacaré	Centro Comunitário Agricultura/Pecuária

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 22 de agosto de 2018.

Todas as comunidades têm a agricultura/pecuária familiar como um forte elemento econômico, tendo em vista sua identidade rural. Isso pode ser um atrativo para turistas que desejam vivenciar a prática da agricultura e pecuária. Deve ser considerado também, o crescente interesse das populações em consumir alimentos saudáveis, a partir dos produtos provenientes da agricultura familiar. O incremento da agricultura de base sustentável, poderá ser um atrativo turístico, por proporcionar a experiência de visitar um estabelecimento rural familiar, e ao mesmo tempo consumir alimentos saudáveis.

O município de Tobias Barreto apresenta uma economia diversificada, que pode ser considerada como uma infraestrutura necessária para atender a demanda de turistas. Já nos povoados, a economia está concentrada no setor primário, associado a atividades artesanais desenvolvidas tradicionalmente na região. Os recursos naturais identificados pelos participantes foram as serras, as formações rochosas, os rios e barragens que remetem à paisagem das regiões semiáridas, típicos do ecossistema caatinga.

De acordo com os participantes, a construção do mapa foi interessante, porque houve o compartilhamento de saberes entre os participantes, o que contribuiu para “*aprimorar e agregar coisas que não sabíamos, com essas partilhas sabemos agora*”. A partir do mapa de recursos naturais e econômicos, os integrantes conheceram os elementos que compõem as comunidades e de que maneira podem ser utilizados pelo/para o turismo, como a promoção de trilhas nas serras, banhos de rio entre outras atividades.

A ferramenta além de contribuir no primeiro momento para a construção do plano de gestão, e orientar a comunidade na organização do turismo local, auxiliou na elaboração de um roteiro turístico. A junção entre a construção do plano de gestão e do roteiro turístico promoverá o início do desenvolvimento turístico nas comunidades rurais pertencentes ao município de Tobias Barreto. O modelo de gestão comunitária, segundo um dos participantes, “*entra como complemento de sua renda. Mas para isso é preciso existir a valorização da sua própria cultura e localidade.*” Outra questão citada foi a importância de parcerias, como forma de contribuição mútua, mas que o recurso arrecadado permanecesse na comunidade para o fortalecimento das atividades.

A atividade seguinte foi a aplicação do Diagrama de Venn, que consistiu em identificar os grupos presentes nas comunidades e no próprio município, e perceber de que forma eles relacionam entre si (figura 12).

Figura 12: Apresentação do Diagrama de Venn



Fonte: Pedriane Oliveira, 2018.

Os grupos desenharam a comunidade no centro de uma folha de papel e elencaram as instituições e órgãos próximos, fisicamente e de forma organizacional. Os representantes identificaram que os espaços físico e organizacional da prefeitura encontram-se distantes das comunidades rurais e elencaram a inexistência de obras de infraestrutura e saneamento básico. Já as associações e cooperativas comunitárias são as instituições que estão mais próximas.

As limitações da gestão municipal na área rural foram confirmadas diante da falta de informações sobre a situação da infraestrutura básica nas comunidades rurais, em entrevista realizada junto ao diretor municipal de turismo. O diretor não soube informar tais questões, por não ser responsabilidade da sua pasta, porém afirmou que *“na zona urbana tem, mas na zona rural eu desconheço e não tenho informação se vai chegar”*.

Independente da presença do turismo em um município, as questões de saneamento básico e infraestrutura devem ser elementos primordiais na gestão pública. Quando se refere a áreas rurais que possuem potencialidades para o turismo, o descaso com essas localidades retoma à questão da percepção que essas regiões obtiveram por muitos anos: ser um local de atraso e inviável para o turismo. O turista que almeja conhecer uma área rural pode compreender as dificuldades enfrentadas pelos moradores, contudo cabe a gestão pública melhorar as condições de vida da população que vive nessa região.

A terceira oficina ocorreu no dia cinco de setembro de dois mil e dezoito. Na ocasião, ocorreu a apresentação de uma palestra, com o objetivo de destacar os principais conceitos sobre o turismo e sua transformação ao longo do tempo, a fim de motivar discussões sobre a temática abordada (figura 13). Foi solicitado aos participantes que escrevessem uma palavra associada ao turismo, frente ao seguinte questionamento: “*O que é turismo?*”. No final do debate seriam resgatadas as palavras para perceber se a palavra de cada participante continuaria a mesma ou teria modificações.

Figura 13: Palestra sobre o turismo.



Fonte: Pedriane Oliveira, 2018.

A palestra teve como base o referencial teórico da dissertação e abordou os principais conceitos sobre o turismo, apresentados de maneira dinâmica. Após a explanação do conteúdo, foi exibido um vídeo sobre a experiência da *Rede Tucum* (Rede de Turismo Comunitário), localizada no Ceará, que envolve doze comunidades ribeirinhas. A apresentação contribuiu para expor de forma prática como ocorre o modelo de gestão do TBC.

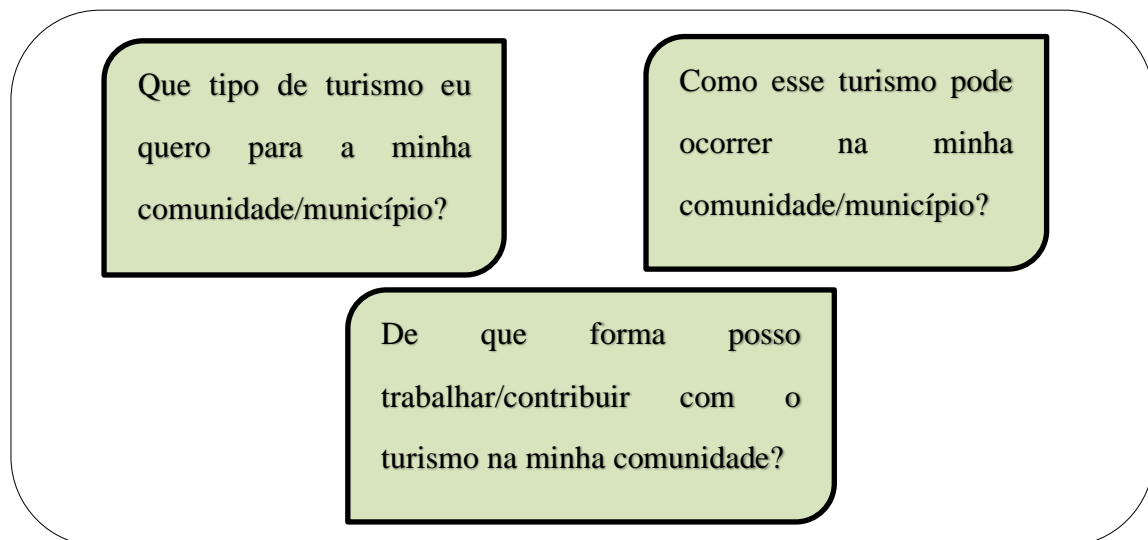
Em seguida, outro vídeo apresentou o projeto “Acolhida na Colônia”, desenvolvido por agricultores em Santa Catarina. Após, a apresentação dos dois vídeos, abriu-se um debate sobre tudo que foi exposto. Os participantes afirmaram que o que viram não está distante da sua realidade, e que a única diferença é que ocorre em outros locais. Os participantes concluíram que é o modelo de turismo comunitário que desejam desenvolver em suas comunidades.

Uma das participantes ressaltou que, “*o que falta nas comunidades de Tobias Barreto e de Sergipe é a organização*”. As comunidades precisam pensar de forma coletiva e trabalhar em conjunto, “*pois assim como essas comunidades que vimos conseguiram, nós também podemos conseguir*”. As falas foram oportunas para reafirmar que o TBC é um processo que ocorre de forma planejada e a longo prazo.

Ao retornar às palavras escritas no início da atividade, todos continuaram com o pensamento, já que muitos participantes definiram o turismo como um “*local de conhecimento, amor e alegria*”, e “*viagens, viajar, passeio*”. Esses resultados podem ser classificados como positivos, visto que os debates que ocorreram desde o início das oficinas participativas proporcionaram o entendimento do que é o turismo e de que modo ele pode corroborar com as atividades existentes em comunidades rurais.

Posteriormente, realizou-se um momento de reflexão a partir do que foi discutido, com questões propostas que serviriam de subsídios para as atividades seguintes (quadro 9).

Quadro 9: Questões reflexivas sobre turismo na comunidade



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Assim, os representantes das comunidades refletiram sobre a sua participação para a elaboração do Plano de Gestão que auxiliará no futuro desenvolvimento da atividade turística. Como respostas as perguntas levantadas, os participantes apresentaram os indicativos de criar uma organização/coletivo voltado ao turismo, e a elaboração de roteiros turísticos.

3.2 A construção do Plano de Gestão

No dia dois de outubro, a quarta oficina objetivou o início da construção do plano de gestão. Inicialmente, houve o resgate do debate realizado na oficina anterior, para em seguida

iniciar a construção do produto final. As atividades iniciaram com a explicação dos conceitos literários sobre planejamento contextualizado à realidade das comunidades (figura 14). As questões reflexivas propostas na oficina anterior também foram abordadas, no intuito de adequá-las a análise SWOT.

Figura 14: Apresentação da Análise SWOT para os participantes



Fonte: Kauane Barbosa, 2018.

Após a explanação, houve a divisão em três grupos, onde cada equipe elencou pontos fortes e fracos das comunidades participantes. Os pontos fortes identificados destacaram a importância da diversidade histórica, cultural e natural presentes no município de Tobias Barreto. Entretanto, a ausência de divulgação desses atrativos pelos órgãos públicos e até mesmo pela comunidade, foram um dos pontos fracos apontados.

Durante a entrevista realizada com o Diretor de Cultura do município de Tobias Barreto, questionou-se o papel da gestão municipal na divulgação dos atrativos locais. O entrevistado respondeu que as informações ocorrem através do “*boca a boca*” sem a utilização de panfletos, catálogos ou mídias sociais. O diretor enfatizou ainda que, “*quando as pessoas chegam aqui e querem conhecer alguma coisa a gente indica o Recanto da Serra e os lugares que elas podem visitar*”².

² Entrevista concedida à Rosângela Vilela Sobral Silva no dia 04/09/2018.

A promoção dos atrativos ocorre através do *Tobiart*. Segundo o entrevistado³,

o festival de arte de Tobias Barreto está presente no calendário de eventos, onde são montados *stands* para divulgar os trabalhos das pessoas daqui, como o Recanto da Serra que já veio e vem esse ano. E aí quando a pessoa vem para o *Tobiart* ela acaba indo visitar depois o Recanto da Serra. Quando a gente tem alguma atividade que pode incluir o que temos na cidade a gente faz.

Percebe-se que há a preocupação em divulgar os trabalhos realizados pelos artesãos/artesãs e pelas pessoas que desejam expor seus trabalhos no evento. Todavia, a proposta precisa ser aprimorada, com a utilização de estratégias de marketing que auxiliem na promoção do turismo da região.

Com relação aos pontos fracos, destacou-se a ausência do sentimento de pertencimento por parte de alguns membros da comunidade, elemento que pode ser identificado como um ponto negativo, diante da possibilidade de fortalecimento do turismo na região. Apesar das contribuições existentes, muitos não acreditam na possibilidade da localidade tornar-se um atrativo turístico, o que provoca receio em continuar o processo. Os participantes afirmaram que isso pode afetar a continuidade das atividades e o engajamento de outras pessoas da comunidade.

Os participantes atribuíram a falta de incentivo dos órgãos públicos às ações de continuidade das tradições (artesanato e manifestações culturais). Isso acarreta no desânimo dos artesãos e, conseqüentemente, na descontinuidade das atividades realizadas manualmente.

A degradação dos recursos naturais locais foi apontada pela comunidade como pontos fracos para o turismo. A invasão da agricultura nas matas ciliares, coloca em risco a utilização dos rios, tendo em vista que a possibilidade de assoreamento, decorrente da retirada das raízes e da exposição do solo, resulta na formação de bancos de areia nos rios. Da mesma forma, o desmatamento das serras foi listado pelos participantes, já que o processo pode promover o deslizamento de terra. Essa ação pode trazer transtornos para o turismo e para a comunidade como por exemplo, o soterramento de trilhas e de casas próximas à serra.

A ausência de pousadas e restaurantes nas comunidades também obteve destaque como ponto fraco. Apenas o Recanto da Serra possui chalés e um restaurante na região. Por outro lado, a inexistência desses serviços pode motivar a criação de outras oportunidades, como a oferta de refeições e pernoite nas casas dos moradores (sistema cama-café).

3 Idem.

No tocante às oportunidades, os participantes enfatizaram a participação em feiras para exposição, promoção dos produtos e atrativos da região, parcerias com instituições e empresas privadas, como a divulgação dos atrativos pelos hotéis, pousadas, restaurantes e a feira de artesanato de Tobias Barreto.

Além disso, a promoção de cursos de capacitação para os moradores foi frisada pelos participantes. Segundo eles, a oficina foi uma oportunidade que chegou à comunidade para compreender como podem melhorar a promoção da atividade na região e explorar de maneira responsável o potencial local (agricultura, recursos naturais e culturais).

Desta forma, a inserção de outros cursos e oficinas de capacitação contribuem na troca de experiências e conhecimento. Isso pode acontecer através da formalização de parcerias com instituições de ensino públicas e privadas, e outras entidades ao oferecer cursos para promoção do turismo, a exemplo do curso de guia de turismo, já ministrados no município.

Em relação as ameaças, os participantes identificaram a deficiência para a prestação de primeiros socorros (para a comunidade e turistas) e da infraestrutura básica. Na região existem postos de saúde, mas não há base do SAMU. Caso um turista passe por algum problema em uma trilha ou ao visitar uma comunidade, deverá deslocar-se para o município de Lagarto que fica a 30 Km da sede municipal. Já a infraestrutura básica precisa ser aprimorada, com água encanada de qualidade e estradas asfaltadas. Esses elementos são importantes não só para dar suporte à atividade turística, mas principalmente para o bem-estar das comunidades.

Outro item destacado foi a ausência de inovação na diversificação da oferta. Através da percepção dos participantes, a ausência contribui para que as atividades não tenham visibilidade e tornem-se iguais as atividades que são realizadas em outros locais. A ausência de diálogo, parceria entre os membros das comunidades e a falta de receptividade também foram elementos elencados como ameaça à atividade turística.

A ausência do poder público também foi considerada ameaça pelos participantes, por não incentivar as atividades locais. Cabe salientar que, durante o processo de mobilização das comunidades para a realização das oficinas, o Secretário de Turismo, Cultura e Esporte foi convidado pela liderança local para conhecer a proposta e manter o diálogo com a comunidade. Na data marcada, o mesmo não compareceu e não justificou a ausência. O posicionamento reforçou, sob a ótica dos participantes da oficina, o desinteresse em contribuir com o turismo do município, que este ano teve declínio no Mapa de Categorização do Turismo Brasileiro (da classificação D para a E), com o risco de ser descredenciado do Mapa de Regionalização.

Os resultados da aplicação da Análise SWOT encontram-se no quadro abaixo (quadro 10).

Quadro 10: Análise SWOT

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Manifestações Culturais e religiosas; Áreas de lazer; Museus; Culinária diversificada; Agricultura comercial e familiar; Artesanato; Monumentos históricos; Rios, serras e nascentes; Calendário de eventos do município.	Pouca divulgação dos atrativos pelos órgãos públicos e pela comunidade; Ausência do sentimento de pertencimento comunitário; Ausência do calendário de eventos de Poço Verde; Invasão da agricultura nas matas ciliares/preservação; Desmatamento das serras; Desinteresse na continuidade do artesanato e manifestação cultural; Ausência de pousadas e restaurantes nas comunidades.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Participação em feiras para exposição dos produtos; Parcerias com instituições e empresas privadas; Participação em cursos de capacitação para os moradores; Explorar o potencial local (agricultura, recursos naturais e culturais); Parceria com universidades e institutos federais (UFS e IFS).	Deficiência para a prestação de primeiros socorros (para a comunidade e turistas); Falta de inovação na diversificação da oferta para o turismo; Ineficiência da infraestrutura básica; Ausência de diálogo e parceria entre os membros das comunidades; Falta de receptividade; Ausência do poder público.

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 02 de outubro de 2018.

A oficina seguinte, ocorreu no dia vinte e um de novembro do corrente ano, com a continuidade das etapas do planejamento: a elaboração do prognóstico. O prognóstico tem como objetivo levantar os problemas identificados na etapa do diagnóstico e a partir dessas informações realizar a análise do cenário conservador, ou seja, caso esse problema não seja solucionado, o que poderá acontecer. Assim, os participantes construíram estratégias de ação para solucionar os problemas e identificaram o cenário almejado, como pode ser verificado no quadro 11.

Quadro 11: Prognóstico

PROBLEMÁTICA	CENÁRIO CONSERVADOR	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	CENÁRIO ALMEJADO
Pouca divulgação dos atrativos pelos órgãos públicos e pela comunidade;	Redução do fluxo de visitantes	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a divulgação (através de mídias sociais) do município; Confeccionar panfletos para expor as atividades nos espaços públicos. 	Eficiência na divulgação dos atrativos, o que contribui para o crescimento do fluxo de turistas e a geração de recursos.
Ausência do sentimento de pertencimento da comunidade;	Queda da produtividade no conhecimento, Perda da identidade e cultura.	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer o pensamento coletivo e a identidade local; Criar um coletivo e/ou associação; Mobilizar a comunidade para despertar a vontade de conhecer sua história. 	Desenvolvimento da agricultura, artesanato e culinária local.
Invasão da agricultura nas matas ciliares/preservação; Desmatamento das serras;	Desertificação do semiárido	<ul style="list-style-type: none"> Articular com a sec. meio ambiente para a promoção de cursos de capacitação; Integrar os moradores/agricultores às atividades de proteção ao meio ambiente. 	Resgate da fauna e flora e melhoria da agricultura familiar.
Desinteresse na continuidade do artesanato e manifestação cultural;	Declínio do artesanato, perda da identidade cultural	<ul style="list-style-type: none"> Motivar a produção do artesanato, através de cursos de capacitação para os artesãos e organização da classe; Instigar a organização da comunidade para o fortalecimento das atividades turísticas (associação/cooperativa/economia solidária) 	Compartilhamento dos saberes locais, assim como melhorar a autoestima das artesãs e crescimento da geração de renda.

Ausência de pousadas e restaurantes nas comunidades.	Ausência de visitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Hospedagem dos turistas nas casas dos agricultores e moradores, áreas de camping. • Diversificação dos cardápios, cozinha coletiva, rotatividade. 	Diversificação da oferta, o que contribui para a divulgação e potencialização dos atrativos locais, além do aumento da renda local.
---	------------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 21 de novembro de 2018.

A partir do prognóstico, houve a construção do plano de ações, com o objetivo de definir as competências e responsabilidades de cada participante e órgão envolvido, além do prazo necessário para que essa ação seja desenvolvida.

No quadro 12 estão elencadas as seguintes ações de planejamento:

Quadro 12: Ações de planejamento

OBJETIVO	AÇÃO	PRAZO	PRIORIDADE	RESPONSÁVEL
Divulgar dos atrativos, como intuito de contribuir para o crescimento do fluxo de turistas e a geração de recursos.	Criação de um coletivo para promover a divulgação dos atrativos	Curto	3- Máxima	Comunidade; Secretaria de Turismo; Secretaria de Comunicação.
Desenvolver a agricultura, artesanato e culinária local.	Exposição dos produtos da comunidade em pontos estratégicos para maior visibilidade	Médio	3- Máxima	Comunidade; Prefeitura
Resgatar da fauna e flora e melhoria da agricultura familiar.	Campanha de mobilização e conscientização da população contra o desmatamento	Médio	3- Máxima	Comunidade; Secretaria do Meio Ambiente; Governo do estado.
Compartilhar os saberes locais, assim como melhorar a autoestima das artesãs e crescimento da geração de renda.	Elaboração de eventos como forma de expor os produtos produzidos pelos membros da comunidade	Médio	3- Máxima	Produtores rurais; Artesãs; Prefeitura; Coletivo; Secretaria de Comunicação.
Diversificar a oferta, para a divulgação e potencialização dos atrativos locais, além do aumento da renda local.	Elaboração de um cardápio com os principais pratos típicos da região, para que o turista ao visitar a comunidade tenha opções de café e almoço na localidade. Criação de uma hospedagem criativa, onde o turista poderá dormir na casa dos membros das comunidades ou em áreas de camping (no Recanto da Serra ou na casa dos agricultores)	Longo	3- Máxima	Comunidade.

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 21 de novembro de 2018.

Como a proposta foi a construção de um plano de gestão, elaborou-se ainda a missão, visão e os objetivos que os participantes pretendem alcançar com a futura execução do plano de gestão (quadro 13).

Quadro 13: Missão, visão e objetivos

MISSÃO
Desenvolver o Turismo de Base Comunitária, e criar alternativas sustentáveis de renda local e valorização da troca de saberes aos membros da região.
VISÃO
Ser referência no nordeste, a partir das potencialidades existentes no Polo Sertão das Águas (Vale do Rio Real), com ênfase no município de Tobias Barreto/Sergipe, tendo como característica o Turismo de Base Comunitária e Turismo Rural.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Propor a capacitação da comunidade, através de cursos para as atividades e serviços turísticos que serão oferecidos na região; • Criar subsídios para as políticas públicas direcionadas à melhoria da infraestrutura local; • Promover a identificação e promoção dos atrativos e das comunidades; • Organizar roteiros a partir das potencialidades da comunidade e do município de Tobias Barreto.

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 21 de novembro de 2018.

Com relação a visão elaborada pelos participantes, destaca-se a inserção do termo “Vale do Rio Real”. Essa denominação ocorre em virtude de discussões que estão ocorrendo entre os municípios de Tobias Barreto, Simão Dias, Poço Verde, Tomar do Geru e Cristinápolis. Segundo o Diretor de Cultura, a proposta é a junção desses municípios para fortalecer a região em busca de melhorias.

Ao finalizar a construção do produto final, os participantes elaboraram um pequeno roteiro, com a intenção de iniciar a promoção das atividades com a inserção das comunidades que participaram das oficinas. Para auxiliar a compreensão sobre essa temática, utilizou-se como embasamento teórico, Tavares (2012) que discorre sobre roteiros turísticos. Com isso, inseriram inicialmente as comunidades Nova Brasília e o Povoado Jacaré, devido à proximidade e presença de atrativos com maior representatividade, como pode ser visualizado abaixo (quadro 14).

Quadro 14: Roteiro Turístico da região

08h: Saída da Casa de Tobias Barreto (Sede Municipal)
8h20- 09h: Chegada à Comunidade Nova Brasília
<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Dona Dete (Doceira)

<ul style="list-style-type: none"> • Praça dos Três Poderes • Casa de Seu Querubim <p>09h10- 10h30: Chegada ao Recanto da Serra</p> <ul style="list-style-type: none"> • Passeio de Charrete • Busto de Epifânio Dória <p>10h40h-12h: Retorno ao Recanto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visita ao Museu D. Maria • Banho de piscina <p>12h- 14h: Almoço</p> <p>14h: Retorno à Casa de Tobias.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com a oficina realizada no dia 21 de novembro de 2018.

A proposta de sair da sede municipal surgiu com o objetivo de captar turistas que estejam em pernoite no município. Durante o diálogo para a elaboração do roteiro, surgiu também a proposta de construir panfletos (inserido no Apêndice D) com o objetivo de divulgar as atividades existentes nas comunidades.

A última oficina, datada nos dias sete e oito de fevereiro de dois mil e dezenove, promoveu a validação do produto final deste trabalho. Na ocasião, ocorreu a leitura e os devidos ajustes, para que estivessem de acordo com o que os participantes elencaram durante a realização das oficinas participativas (figura 15).

Figura 15: Leitura e validação do produto final



Fonte: Rosangela Vilela, 2019.

Após a verificação do escrito, realizou-se no dia seguinte o pré-teste do roteiro elaborado na oficina anterior. Como foi explanado, os roteiros contemplaram inicialmente a Comunidade Nova Brasília e o Povoado Jacaré. Porém, houve a visita do Mirante da Oração e da Associação de artesãs da comunidade Vila Samambaia, que será inserida em futuros roteiros propostos pelas comunidades.

Esta etapa serviu para reafirmar a importância da coletividade e do protagonismo dos participantes, que juntos conseguiram elaborar produtos que colaborarão com o fortalecimento e desenvolvimento do turismo local (figura 16).

Figura 16: Praça dos Três Poderes - Comunidade Nova Brasília



Fonte: Rosangela Vilela, 2019.

Ao visitar a Comunidade Nova Brasília (distante 17 km de Tobias Barreto), eles puderam conhecer a história do Sr. Querubim, morador que ajudou na construção de Brasília, o que motivou a mudança do nome do povoado (antes denominado de Sítio Alto de Manoel Bilí), com a inauguração da Praça, em 2008. Após esse momento, houve a visita a casa de Jossielma, uma das participantes da oficina de DRP para conhecer os bordados que ela confecciona. Posteriormente, houve a visita à D. Dete, agricultora de 72 anos que produz doces (cocadas) desde os 12 anos de idade. A doceira vende seus produtos em casa, que fica localizada próxima à BR-290 (figura 17).

Figura 17: Doces produzidos por D. Dete



Fonte: Rosangela Vilela, 2019.

Para finalizar a atividade, o trajeto continuou com a visita ao Mirante da Oração, localizado na Comunidade Vila Samambaia (figura 18) e a Associação de Artesãs da comunidade (figura 19). Segundo os participantes, o Mirante da Oração (distante 4,8 km do Recanto da Serra) era conhecido por receber caravanas no período de romarias, mas com o descaso e abandono do espaço, o fluxo de romeiros reduziu.

Figura 18: Visita ao Mirante da Oração – Comunidade Vila de Samambaia



Fonte: Vera Lúcia, 2019.

Na Associação de Bordadeiras, houve o contato com D. Zefinha, bordadeira da comunidade há trinta anos. Segundo a artesã, toda comunidade vive do bordado “Rechilieu” que é vendido para estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, e países como Estados Unidos e Itália.

Figura 19: Rechilieu - Modelo de passadeira



Fonte: Rosangela Vilela, 2019.

As visitas realizadas na última oficina foram importantes para os participantes, pois puderam colocar em prática o roteiro elaborado, e conseguiram perceber a necessidade de possíveis melhorias para firmar o roteiro na localidade. Além disso, a proposta estimulou novas possibilidades para incrementar o roteiro, como a inserção da associação de bordadeiras da Vila Samambaia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo de Base Comunitária tem como finalidade auxiliar na promoção das potencialidades locais, de maneira democrática e inclusiva, promover o empoderamento e o fortalecimento das comunidades. O desenvolvimento da atividade turística de forma participativa, vinculada ao desenvolvimento local e regional, envolve a comunidade em todo o processo de planejamento, e proporciona um modelo de gestão autêntico que presa pela promoção e preservação dos valores socioculturais da localidade.

Entende-se ainda que o turismo rural é um segmento que tem a finalidade de auxiliar no desenvolvimento das áreas rurais, proporciona à comunidade complemento na geração de renda, e fomenta a preservação do meio ambiente, sob os princípios da sustentabilidade. As atividades desenvolvidas no ambiente rural podem fortalecer o empoderamento dos agentes locais, que veem no turismo uma possibilidade de agregar valor à renda já existente, além de valorizar os atrativos turísticos da região.

A identificação dos atrativos, do potencial humano, das atividades realizadas no Povoado Jacaré e o envolvimento das comunidades Sítio Salgado, Pitombas, Nova Brasília e Samambaia, juntamente com os residentes do município de Poço Verde podem ser configuradas como elementos que auxiliam o desenvolvimento do TBC, haja vista as potencialidades identificadas durante as oficinas de DRP

Entretanto, para a consolidação desse modelo de gestão é necessário o fortalecimento das comunidades. A presença majoritária de jovens pode ser considerado um fator positivo, por perceber que a inserção do turismo na localidade pode ser um elemento complementar as atividades já desenvolvidas.

Outro ponto importante discutido pelos membros das comunidades diz respeito a necessidade de organização comunitária, um dos pontos importantes para a execução do TBC. É importante que os participantes que pretendem continuar com as atividades, já que houve a possibilidade de criar uma organização/coletivo, comecem a desenvolver as ações identificadas nas oficinas participativas para o fortalecimento da atividade turística.

Além disso, é preciso o aprimoramento das políticas públicas, principalmente àquelas destinadas a infraestrutura e sinalização da região para que as comunidades tenham condições de receber o turista. No que diz respeito a importância do planejamento, os participantes

compreenderam que a inserção e, conseqüentemente, a consolidação das atividades turísticas só serão alcançadas através de ações planejadas coletivamente, como é o caso do produto final dessa dissertação.

O planejamento turístico participativo é o modelo que deve ser utilizado não só pelo setor público e privado, mas também por comunidades que pretendem traçar objetivos e metas de forma coletiva, e estejam preocupados com questões relacionadas ao desenvolvimento de benfeitorias tanto para o turista, mas principalmente para a comunidade receptora. Uma destinação que não considere a importância do planejamento, transferirá e acumulará problemas relacionados às esferas sociais, ambientais, políticas e econômicas.

Dessa maneira, o Plano de Gestão construído nesse trabalho trouxe como contribuição a elaboração de um documento com estratégias e encaminhamentos para a futura implantação do TBC nessa região. O plano proporcionará aos agentes locais o fortalecimento e empoderamento da comunidade, a troca de experiências entre os turistas e a localidade, a fim de oferecer ao turista um novo olhar sobre as comunidades rurais e contribuir para a preservação dos elementos identitários e a conservação do meio ambiente.

O Plano poderá ainda estimular outras comunidades que almejam desenvolver o turismo de base comunitária de acordo com os princípios da sustentabilidade. Esse documento pode ser utilizado como direcionamento na construção da atividade turística, com o intuito de contemplar as comunidades nas tomadas de decisão.

Em suma, acredita-se que esta pesquisa tenha confirmado sua hipótese central, ao perceber que as atividades turísticas no município de Tobias Barreto, com destaque para as comunidades rurais, serão fortalecidas através da realização do planejamento e gestão participativa do turismo, ao propor um novo olhar para a cidade de Tobias Barreto, promover o turismo no Polo Sertão das Águas e gerar novos destinos a serem visitados pelo turista que vem ao estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS

- ABREU, I. B.; COSTA, S. R. Planejamento Participativo e sua Contribuição para Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística. *In: XI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 11., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2014. p. 1-14 Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/43720503.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2018.
- ALEXANDRE, L. M. M.; BARROS NETO, J. J. S. O Turismo Rural como estratégia de desenvolvimento regional. *In: I SIMPÓSIO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL*, 1., 2010, São Cristóvão. **Anais [...]** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010. p.1-12.
- ALMEIDA, M. G.; VIEIRA, L. V. L. Turismo no povoado de terra Caída/Indiaroba- SE: Do individual ao comunitário. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 3, n. 2, p. 159-171, jul. 2011. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1238> Acesso em: 20 nov. 2017.
- AMIR, A. F. *et al.* Sustainable tourism development: A study on community resilience for rural tourism in Malaysia. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [s.l.], v. 168, n. 1, p. 116 – 122, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.10.217>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814056754> Acesso em: 18 jan 2018.
- ANNES, A.; WRIGHT, W. ‘Creating a room of one's own’: French farm women, agritourism and the pursuit of empowerment. **Women's Studies International Forum**, [s.l.], v. 53, n. 1, p. 1-11. 2015. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277539515001260?via%3Dihub> Acesso em: 20 dez. 2018.
- ARAÚJO, J. G. F. Potencialidades do turismo no espaço rural: desenvolvimento, conceitos e tipologia. *In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 23-32.
- BALLESTEROS, E. R.; FERIA, R. C. Community-building and amenity migration in community-based tourism development. An approach from southwest Spain. **Tourism Management**, Oxford, v. 54, n. 1, p. 513-523, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.01.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517716300085?via%3Dihub> Acesso em: 18 jan. 2018.
- BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 14, p. 107-114, fev. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15380/8679> Acesso em: 02 dez. 2017.
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 1-11. jan./jun. 2008. Disponível em:

http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gis_ele.pdf. Acesso em: 11 fev. 2018.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1991.

BARRETTO, M. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

BARROS NETO, J. J. S.; OLIVEIRA, A. M.; ALMEIDA, L. M. A. Histórico da Legislação Brasileira para o desenvolvimento do Turismo Rural no Século XXI. **Revista A Barriguda**, Campina Grande, v. 7, n. 1, p. 53-67, jan./abr. 2017.

BARTHOLO JUNIOR, R. S. *et al.* **Relatório técnico-científico: Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. 2011. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. *E-book*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/96858307/Marco-Referencial-TBC>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BEPA. **Empowering people, driving change: social innovation in the European Union**. Publications Office of the European Union. Luxemburgo, 2011. 130 p.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BOLEY, B. B.; MCGEHEE; N. G. Measuring empowerment: Developing and validating the resident empowerment through tourism scale (RETS). **Tourism Management**, Oxford, v. 45, n. 1, p. 85-94, 2014. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517714000764>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BOMFIM, L. F. C. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe**. Diagnóstico do Município de Tobias Barreto. p. 1-22. 2002. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/mapas_publicacoes/cadastro_infraestrutur_a_sergipe/Tobiasbarreto.pdf Acesso em: 30 dez. 2017.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRAGA, D. C. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRAGA, M. B.; SELVA, V. S. F. O turismo de base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local? **Revista Eletrônica do PRODEMA**. Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 38-53, jan./jun, 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Roteiros do Brasil: turismo e sustentabilidade**. Brasília, DF: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007. 27 p. (Programa de Regionalização do Turismo).

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010. p. 15-19.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2.ed, 2010. 72 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.** Brasília: Ministério do Turismo, 2015. 28 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Mapa do Turismo Brasileiro 2017.** 2017. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/imagens/pdf/Perguntas_respostas_Mapas_Turismo_Brasileiro_21_06_2017.pdf. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sergipe amplia número de municípios no mapa do turismo brasileiro.** (2017a). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/8161-sergipe-amplia-numero-de-municipios-no-mapa-do-turismo-brasileiro.html>. Acesso em 22 fev. 2018.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Revista do Turismo y Patrimonio Cultural.** Espanha, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015. Disponível em: <http://pasosonline.org/es/articulos/download/file?fid=57.749>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BUTKEVICIENE, E. Social Innovations in Rural Communities: Methodological Framework and Empirical Evidence. **Social Sciences.** Basel, vol. 63, n. 1. p. 80-88. 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/68f7/584f42fa804ea759f4946bbabb8b38483705.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CABRAL, C. E.; CYRILLO, M. W. O envolvimento e participação da comunidade autóctone no planejamento turístico municipal de Balneário Camboriú (SC)- análise da responsabilidade social do primeiro setor: estado. *In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR).* 5., 2008, Caxias do Sul. **Anais [...].** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008. p. 1-14. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/tplVseminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt06-08.pdf. Acesso em: 15 mai. 2017.

CAMARGO, R. A. L.; OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural,** Santa Maria, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, set. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-84782012005000068>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/2012nahead/a26712cr3475.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação,** São Paulo, v. 1, n. 16, p. 48-59, 2009. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CARPEGEANI, C. B. F.; REZENDE FILHO, C. B. Caminho das Tropas: A Importância da preservação histórica e cultural como meio de preservação ambiental no Vale do Paraíba. **Revista Ciências Humanas**, UNITAU, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHEN, Z.; LI, L.; LI, T. The organizational evolution, systematic construction and empowerment of Langde Miao's community tourism. **Tourism Management**, Oxford, v. 58, n. 1, p. 276-285, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.03.012>. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517716000285>. Acesso em: 08 jan. 2018.

CINFORM MUNICÍPIOS, **História dos Municípios**, 2002.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CUNHA, A. M. Turismo rural de base comunitária: a experiência de Santo Antônio da Patrulha (RS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 750-761. nov. 2014- jan. 2015. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/636/738>. Acesso em: 08 jan. 2018.

DANTAS, C. C. L. **Turismo de Base Comunitária na visão das marisqueiras da Ilha Mem de Sá – Itaporanga D' Ajuda/SE**. Orientador: José Wellington Carvalho Vilar. 2018. 112 p. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2018. *E-book*. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/propex/images/mestreado_turismo/documentos/DISSERTA%C3%87%C3%83O_FINALImpressao.pdf. Acesso em: 13 jan. 2018.

DENKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

ELESBÃO, I.; TEIXEIRA, A. R. Turismo e Agricultura Familiar: o papel das iniciativas locais na valorização do mundo rural. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (org). **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 267-289.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016.

FALAK, S.; CHIUN, L. M.; WEE, A. Y. A repositioning strategy for rural tourism in Malaysia- community's perspective. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [s.l.], v. 144, n. 1, p. 412 – 415, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.07.310>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814042384>. Acesso em: 18 jan 2018.

FARIA, J. H. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Revista Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/17796>. Acesso em: 11 fev. 2018.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do agrário ao territorial**. Orientador: José Eli Savoia da Veiga. 2006. 220 p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. *E-book*. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>. Acesso em: 03 jan. 2018.

FERNANDES, I. **Planejamento e organização do turismo: uma abordagem desenvolvimentista com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FILIPPIM, M. L.; HOFFMANN, V. E. Turismo no espaço rural: uma nova Fronteira para o simulacro. *In: III SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL*. 3., 2015, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2015. p. 1-17. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt9-turismo-no-espaco-rural.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2018.

FURTADO, R.; FURTADO, E. **A intervenção Participativa dos Atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, IICA, 2000. *E-book*. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6EgqAAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA7&ots=dFqBmyMuNf&sig=zW6V0lSaRbCKWpnea7v-DuYgX4g&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 04 nov. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GOMES, F. Turismo rural e novas ruralidades: um estudo de caso. *In: III SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFSCAR*. 3., 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2012. p. 1-21. Disponível em: https://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/gomes_franciele.pdf. 28 dez. 2017.

GÓMEZ, C. R P. *et al.* A participação da comunidade no turismo de base comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 263-279, ago. 2016.

GÓMEZ, C. R. P. *et al.* Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Espanha, v. 13 n. 5, p. 1213-1227, 2015. Disponível em: www.pasosonline.org/en/articles/download/file?fid=57.839. Acesso em: 03 nov. 2017.

GURGEL, G. **Sergipe tem novo mapa turístico**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6461-sergipe-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>. Acesso em: 30 dez. 2017.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2 ed. São Paulo: Contexto. 2004.

HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente Sustentable**, Galícia, ano 6, v. 1, n. 11-12, p. 7-25, jan./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.17979/ams.2011.01.011-012.808>. Disponível em: <http://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/808>. Acesso em: 01 fev. 2018.

IBGE. **IBGE Cidades: Tobias Barreto, Sergipe**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/tobias-barreto.html?>. Acesso em: 02 jan. 2018.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo, SP: Thomson, 2003.

KLOSTER, S.; CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento Territorial e Turismo Rural: As relações possíveis. **Revista Desenvolvimento em questão**, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 27, p. 66-94. jul./set. 2014.

KRIPPENDORF, J. Towards new tourism policies: the importance of environmental and sociocultural factors. **Tourism Management**, Oxford, v. 3, n. 3, p. 135-148, sep. 1982. DOI: [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(82\)90063-2](https://doi.org/10.1016/0261-5177(82)90063-2). Disponível em: http://ac.els-cdn.com/0261517782900632/1-s2.0-0261517782900632-main.pdf?_tid=78b662f4-df3e-11e6-bf5c-00000aab0f27&acdnat=1484937188_1a11ff72732a378a88051bbab4e86feb. Acesso em: 30 jan 2018.

LENZ, T. C. Z. Arranjo socioprodutivos de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. *In*: SAMPAIO, C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. (org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 39-46.

LEVÍ, M. J. A. **O turismo e desenvolvimento sustentável: Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa**. Orientador: Paulo Alexandre Correia Nunes .2012. 143 p. Dissertação (Mestrado em Turismo). - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012. *E-book*. Disponível em http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/5075/Margarida_Levi_disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 mar. 2018.

LIBERATO, M. M. VIEIRA, L.V.L. A Análise SWOT Escalonada como Ferramenta no Planejamento Turístico: Um Estudo de Caso em São Cristóvão/SE. *In*: INTERNATIONAL

SYMPOSIUM ON TECHNOLOGICAL INNOVATION. 9., 2018, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: Hotel Del Mar, 2018. p. 1-12.

LICKORISH, L. J.; JENKIWS, C. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, R. P. **Turismo de Base Comunitária como Inovação Social**. Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Jr. 2011. 205 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. *E-book*. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/RobsonPereiraDeLima.pdf. Acesso em: 12 mar. 2018

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph. 2008.

LOHMANN, P. A inovação do turismo no Brasil: os desafios na construção de sua trajetória. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Duque de Caxias, v. 7, n. 2, p. 2-16, abr. 2012.

LOPES, E. S. A.; LIMA, S. L. S. **Análise do Programa Um Milhão de Cisternas P1MC no município de Tobias Barreto, estado de Sergipe**. 2005. 21 p. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/eliano2.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

MARTINS, C. I. M. Definição de turismo em espaço rural. *In*: MARTINS, Cátia Isabel Marques. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: O Papel da Arquitetura Vernacular**. Orientador: Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato. 2012. 183 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Engenharia, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012, p. 59-61. *E-book*. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1937>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MARUJO, M. N.; CARVALHO, P. Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, out. 2010. Disponível em: http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Marujo_turismo.pdf. Acesso em: 26 jan. 2018.

MARZUKI, A.; HAY, I.; JAMES, J. Public participation short comings in tourism planning: the case of the Langkawi Islands, Malaysia. **Journal of Sustainable Tourism**, [s.l.], v. 20, n. 4, p. 585–602, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.638384>. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2011.638384>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MATOS, R. A.; ROVELLA, S. B. C. Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução. **Revista eletrônica dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis**, Curitiba, v. 1, n. 3. p. 1-12, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf>. Acesso em: 11 fev 2018.

MAY, V. Tourism, environment and development: values, sustainability and stewardship. **Tourism Management**, Oxford, v. 12, n. 2, p. 112-118, jun. 1991. DOI: [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(91\)90065-2](https://doi.org/10.1016/0261-5177(91)90065-2). Disponível em: <http://ac-els->

cdncom.ez141.periodicos.capes.gov.br/0261517791900652/1-s2.0-0261517791900652-main.pdf?_tid=3d2d67fe-df3f-11e6-8a3b0000aacb35f&acdnat=1484937518_7507a509dcb320bbdccc2ff0f67f7b90. Acesso em: 20 dez. 2017.

MEDEIROS, L. C., MORAES, P. E. S. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v.3, n.2, p.197-234, jan/jun. 2013.

MEGUIS, T. *et al.* Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 3, n.1, p. 98-120, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5656>. Acesso em: 30 dez. 2017.

MESQUITA, H. A. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v. 28, n. 1, p. 127-142, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v28i1.4906>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4906/4111>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, SP. Alínea, 2009.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 24, n. 1. p. 170-189, abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i1p170-189>. Disponível em: <http://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/808>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Santa Catarina, v. 1, n. 16, p. 1-20, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MOESCH, M. Dimensão social. *In*: BENI, M. C. (Org). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012. p. 203-218.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MORAES A. P.; COSTA NOVO, C. B. M. Turismo de Base Comunitária: um estudo na comunidade Vila da Felicidade em Manaus/AM. *In*: V ENCONTRO SEMINTUR JR – UCS, 5., 2014, Caxias do Sul. **Anais [...]** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2014. p. 1-18. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/turismo_de_base_comunitaria_um_estudo.pdf. Acesso em: 01 fev. 2018.

MOTA, J. A. *et al.* Trajetória da governança ambiental. **Revista Regional e Urbano**. [s.l.], v. 1,n. 1, p. 1-11, dez. 2008. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/081207_boletimregional1_c_ap3.pdf. Acesso em: 11 fev 2018.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, 2010.

OLIVEIRA, C. M. Desenvolvimento sustentável: uma discussão ambiental e social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 3., 2007, São Luís. **Anais** [...]. Maranhão: UFMA, 2007. p. 1-8. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoI/b181e2fe3f9b7a09d90e_Carla%20Montefusco%20de%20Oliveira.pdf. Acesso em 12 fev. 2018.

OLIVEIRA, A. P.; PROENÇA, A. R. B.; JESUS, E. L. Turismo de Base Comunitária no Amazonas: aspectos de desenvolvimento socioeconômico. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 4., 2015, Foz do Iguaçu, **Anais** [...]. Foz do Iguaçu, 2015. p. 1-13.

OLIVEIRA, E.; MANSO, J. R. P. Turismo sustentável: utopia ou realidade?. **Revista de Estudos Politécnicos**, [s.l.], v. 8, n. 14, p. 235-253, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n14/n14a15.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta da Terra**, 2002. 15 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc. Acesso em: 12 fev. 2018.

PAES, J. M. **Tropas e Tropeiros na primeira metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano**. Orientador: Ubiratan Castro de Araújo. 2001. 165 p. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2001. *E-book*. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2001._paes_jurema_mascarenhas._tropas_e_tropeiros_na_primeira_metade_do_seculo_xix_no_alto_sertao_baiano.pdf. Acesso em: 09 mai. 2018.

PAIXÃO, D. L. D.; SAMPAIO, C. A. C. Associativismo e cooperativismo como arranjos socioprodutivos de base comunitária – incubadora social. *In*: BENI, M. C. (org). **Turismo: Planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012. p. 433-446.

PANAZZOLO F. B. Turismo de massa: um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 3., 2005. Caxias do Sul. **Anais** [...]. Caxias do Sul: UCS, 2005. p. 1-13. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt8-turismo-de-massa.pdf> . Acesso em: 15 jan. 2018.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 120-144, jan./mar. 2014.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2010.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PINHEIRO, R. C. S. **TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros/SE: Uma proposta de desenvolvimento turístico local**. Orientador: Irineia Rosa do Nascimento. 2018. 162 p.

Dissertação (Mestrado em Turismo) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2018. *E-book*. Disponível em:

http://www.ifs.edu.br/propex/images/mestreado_turismo/documentos/Disserta%C3%A7%C3%A3o.Rafaelle_impres%C3%A3o-ilovepdf-compressed.pdf. Acesso em: 02 jan. 2019.

RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. *In*: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 25-26.

RAMPAZZO, S. E.; CORRÊA, F. Z. M. **Desmistificando a metodologia científica**: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos. Erechim, RS: Habilis, 2008.

RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A. **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ROQUE, A. M.; VIVIAN, A. M. O turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 1, n. 1, p. 1-10, jan./jun, 1999. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/outras_publicacoes/O%20Turismo%20no%20Espaco%20Rural%20-%20uma%20Estrat.%20para%20a%20Nova%20Gestao%20Rural.pdf. Acesso em: 16 nov. 2017.

ROSE, A. T. **Turismo**: planejamento e marketing. Barueri, SP: Manole, 2002.

RYAN, C. Equity, management, powersharing and sustainability Fissues of the ‘new tourism’. **Tourism Management**, Oxford, v. 23, n. 1, p. 17–26, 2002. DOI : 10.1016/S0261-5177(01)00064-4. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/tourism-management/vol/23/issue/1>. Acesso em: 17. Nov. 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, C. A. *et al.* Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. *In*: SAMPAIO, C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. **Turismo comunitário, solidário e sustentável**: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011.p. 23-29.

SAMPAIO, C. A. C. *et al.* Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 42-58, jan./mar. 2014.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 142-161. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf. Acesso em: 30 nov. 2017.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Cultura e Turismo**, Paraná, v. 9, n. 1, p. 36-59, fev. 2015. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao1/2.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. *In*: VELÁSQUEZ LOZANO, F.; MEDINA, J. G. F. (org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 67-108. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-territorio-ruralidade-e-desenvolvimento-in-velasquez-lozano-fabio-medina-juan-guillermo-ferro-editores-org-las-configuraciones-de-los-territorios-rurales-en-el-siglo-xxi-1-ed-bogota-colombia-editorial-pontificia-universidad-javeriana-2009-v-1>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SERGIPE. **Regionalização do turismo: Roteiros do Brasil no Estado de Sergipe - Aracaju**: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC). EMSETUR, 2009. 27 p.

SERGIPE. **Plano Diretor Democrático de Tobias Barreto**. Governo Municipal de Tobias Barreto, 2006. 42 p.

SERGIPE TRADE TOUR. Editora Waldete Zampieri. 13 ed. 2016-2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, L. A. C; ANDRADE, J. R. L. Os desafios da sustentabilidade turística para o desenvolvimento local. *In*: DALTRO FILHO, J.; SOARES, M. J. N. (org). **Meio ambiente, sustentabilidade e saneamento: relatos sergipanos**. Porto Alegre: Redes Editora, 2010. p. 121-136.

SIMMONS, D. G. Community participation in tourism planning. **Tourism Management**, Oxford, v.15, n. 2, p. 98-108, 1994. DOI: [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(94\)90003-5](https://doi.org/10.1016/0261-5177(94)90003-5). Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0261517794900035>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SOUZA, M.; ELESBÃO, I. A introdução de uma Inovação Social entre agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *In*: COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS. 7., 2008, Coimbra. **Anais [...]** Portugal: Escola Superior Agrária de Coimbra, 2008. p. 1-13.

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/ rápido participativo (DRP). **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

SOUZA, N. V.; ANDRADE, J. R. L. Turismo, sociedade e natureza: perspectivas de desenvolvimento sustentável para a comunidade da Atalaia Nova (SE). *In*: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. (org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 315-335.

STRAFORINI, R. **No caminho das tropas**. Sorocaba, São Paulo. TCM, 2001.

TAVARES, A. M. **City Tour**. São Paulo, SP: Aleph, 2002.

TEIXEIRA, D. L.; DUARTE, M. F.; MORIMOTO, P. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. São Paulo: Instituto Ecoar: York University. 2017. Disponível em:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/ems/PDF%20DOS%20PROGRAMAS/MANUAL_DE_METODOLOGIAS_PARTICIPATIVAS.pdf. Acesso em: 17 nov. 2018.

TOMIELLO, N. Gestão do desenvolvimento sustentável: um embate moderno e pós moderno– o triunfo da razão e do sujeito. *In*: I SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA UFPR. 1., 2009, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. p. 1-22. Disponível em:
<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/gestao-desenvolvimento-NairaTomiello.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. 7 ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Alehp, 2003.

TULIK, O. Turismo e Desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. *In*: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manoele, 2010. p. 2-22.

VALVERDE, N. P. Sustentabilidade Local e Turismo: por uma compreensão do “turismo sustentável”. *In*: IV SEMINTUR – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 4., 2006, Caxias do Sul, **Anais** [...]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006. p. 1-15. Disponível em:
https://www.uces.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT05-7.pdf. Acesso em: 11 fev. 2018.

VEAL, A. J.; ALDRIGUI, M. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo, SP: Aleph, 2011.

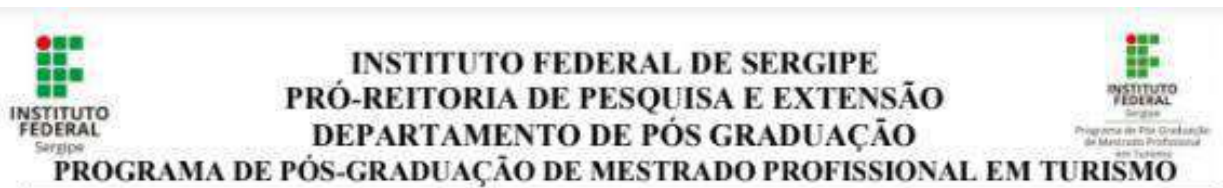
VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: um guia prático. Secretaria de Agricultura familiar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006. 68 p.

VIEIRA, L. V. L.; ALMEIDA, M. G. Da pesca ao turismo com base comunitária no povoado de Terra Caída (Indiaroba-SE): O espaço rural com “outras caras”. *In*: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. (org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 273-290.

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos**: como atrair pessoas para polos, cidades e países. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2012.

WANDSCHEER, E. A. R.; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: Demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. *In*: SANTOS, E. (org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 47-58.

WEISSBACH, P. R. M. **Turismo no espaço rural:** um ensaio de uma tipologia e outros conceitos. Curitiba, PR: CRV, 2011.

APÊNDICE A - Entrevista com o Secretário de Cultura do Município de Tobias Barreto.

Entrevista com o Secretário de Cultura do Município de Tobias Barreto, Fábio Ribeiro dos Santos

Data: 04/09/2018

- 1. O senhor sabe informar por que o Polo Sertão das Águas, o qual o município de Tobias está inserido tem esse nome?**
- 2. E por que essa formação do vale do rio real?**
- 3. Existem políticas públicas direcionadas ao turismo no município de Tobias?**
- 4. Como está a situação da infraestrutura nas comunidades (água, saneamento básico)?**
- 5. Se o turista vem visitar Tobias Barreto e quiser conhecer alguma comunidade, quais os meios de transporte utilizados?**
- 6. O senhor, enquanto secretário, consegue perceber as potencialidades turísticas e culturais do município?**
- 7. De que forma a prefeitura tem trabalhado para promover o turismo no município?**
- 8. A prefeitura faz algum tipo de divulgação dos atrativos que existem?**

APÊNDICE B - Entrevista com comerciantes do município

**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

- 1. Como é o fluxo de vendas no município?**
- 2. As pessoas que vem aqui no comércio de Tobias são da própria cidade ou de cidades vizinhas?**
- 3. Eles vem apenas para comprar ou passear também?**
- 4. Se eles pedirem para conhecer algum local daqui os comerciantes indicam?**
- 5. Vem pessoas de outros estados também?**
- 6. O (A) senhor(a) já recebeu turistas no seu estabelecimento? Como foi a experiência?**
- 7. O (A) senhor(a) acredita que a visita dessas pessoas movimenta a economia do município?**
- 8. Consegue identificar se o município possui atrativos turísticos? Indicaria esses locais para turistas e até para os próprios moradores?**
- 9. O (A) senhor(a) acha que precisa melhorar para que o município de Tobias seja referência no comércio e no Turismo?**

Apêndice C – Plano de Gestão de Turismo Rural de Base Comunitária





Ficha Técnica

Este material foi produzido pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), através do edital N° 23/2017/PROPEX/IFS- Programa de Incentivo aos Programas de Pós - Graduação PIPP, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Irinéia Rosa Nascimento.

É destinado às comunidades rurais do município de Tobias Barreto, que almejam desenvolver atividades turísticas, com o objetivo de fortalecer e promover o turismo, e principalmente, o Turismo de Base Comunitária e Rural na região.

Elaboração

Rosângela Vilela Sobral Silva. Aluna do Curso de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Turismo do IFS.

Colaboração: Anderson Santos de Jesus, Aldevan Meneses Santana, Eduardo Silva da Rocha, Givanildo Souza Santos, Jackson Rodrigues Rabelo, Jacson Gonçalves de Meneses, Josefa Batista Andrade, Kaune Barbosa, Maria Jossielma Chaves dos Santos, Maria Rozângela dos Santos, Marlene Mendes Farias, Pedriane Oliveira, Pedro Correia de Meneses, Roni Rodrigues dos Santos, Samara Oliveira Santos, Samara Alves de Oliveira Viana, Toni Landi Anselmo Álvares dos Santos, Vera Lúcia dos Santos, Vitória Ribeiro Santos.

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
Missão.....	5
Visão.....	6
Objetivos.....	7
Conhecendo as comunidades.....	8
Comunidade Vila de Samambaia.....	9
Comunidade Nova Brasília.....	11
Povoado Jacaré.....	13
Plano de Gestão.....	15
Construção de roteiros turísticos em Tobias Barreto.....	20
Proposta de Roteiro.....	23

APRESENTAÇÃO

Este documento é o produto final da Dissertação do Mestrado Profissional em Turismo, pelo Instituto Federal de Sergipe, elaborado pela mestrandia Rosângela Vilela Sobral Silva, sob a orientação da Prof^a Dr^a Irineia Rosa do Nascimento e em parceria com os moradores das comunidades Sítio Salgado, Pitombas, Nova Brasília, Samambaia e moradores do município de Poço Verde.

A proposta é apresentar orientações para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, a partir do planejamento participativo, a partir da autogestão do atrativo, o fortalecimento e empoderamento da comunidade, a troca de experiências entre os turistas e agentes locais, a fim de oferecer ao turista um novo olhar sobre as comunidades rurais, ressaltar a preservação dos elementos identitários e a conservação do meio ambiente.

Todas as informações contidas nesse plano foram identificadas a partir das falas dos participantes das oficinas, que contribuíram de maneira significativa para a construção desse produto. O Plano poderá ser utilizado em outras comunidades que almejam desenvolver o turismo de maneira sustentável e de acordo com os princípios do turismo de base comunitária, como direcionamento da construção da atividade turística local, que busque cada vez mais contemplar as comunidades nas tomadas de decisão.

MISSÃO

Desenvolver o Turismo de Base Comunitária, e criar alternativas sustentáveis de renda local e valorização da troca de saberes aos membros da região.

VISÃO

Ser referência no Nordeste, a partir das potencialidades existentes no Polo Sertão das Águas (Vale do Rio Real), com ênfase no município de Tobias Barreto –Sergipe, tendo como característica o Turismo de Base Comunitária e Turismo Rural.

OBJETIVOS

- Propor a capacitação da comunidade, através de cursos para as atividades e serviços turísticos que serão oferecidos na região;
- Criar subsídios para as políticas públicas direcionadas à melhoria da infraestrutura local;
- Promover a identificação e promoção dos atrativos e das comunidades;
- Organizar roteiros a partir das potencialidades da comunidade e do município de Tobias Barreto.

**CONHECENDO AS
COMUNIDADES...**

COMUNIDADE VILA SAMAMBAIA

Fica localizada a 32km de Tobias Barreto.

Samambaia está no pé de uma serra, e tem esse nome por homenagear um dos primeiros moradores, o Sr. Felipe Samambaia, que tinha uma barba branca muito grande, semelhante a planta Samambaia (existente nas serras da região).

A economia está no potencial do Rechiliê (bordado), na agricultura, pecuária e apicultura (criação de abelhas e produção de mel). Como elementos turísticos temos o Mirante da Oração (na Serra do Boqueirão), as piscinas naturais, a Grota da Babita, a capela do Mata Sete, a Rota dos Umbuzeiros, a Pedra Grande e o Poço Dantas.



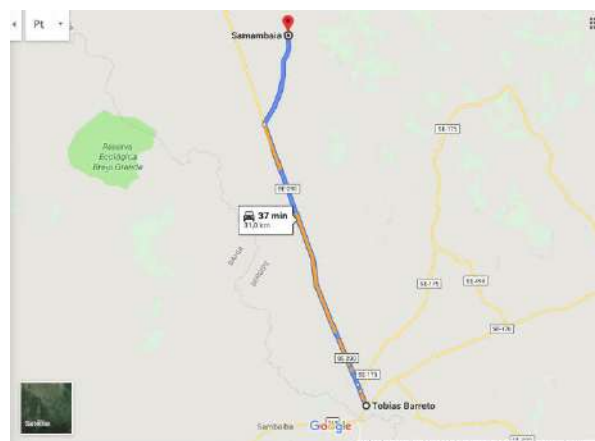
Mirante da Oração
Foto: Toni Lander, 2019



Samambaia, planta típica da região.
Foto: Rosangela Vilela, 2019

Como chegar?

Saindo da cidade de Tobias, segue a BR 290 sentido ao município de Poço Verde. Na rótula após o Recanto da Serra, vire a direita até a entrada da cidade.

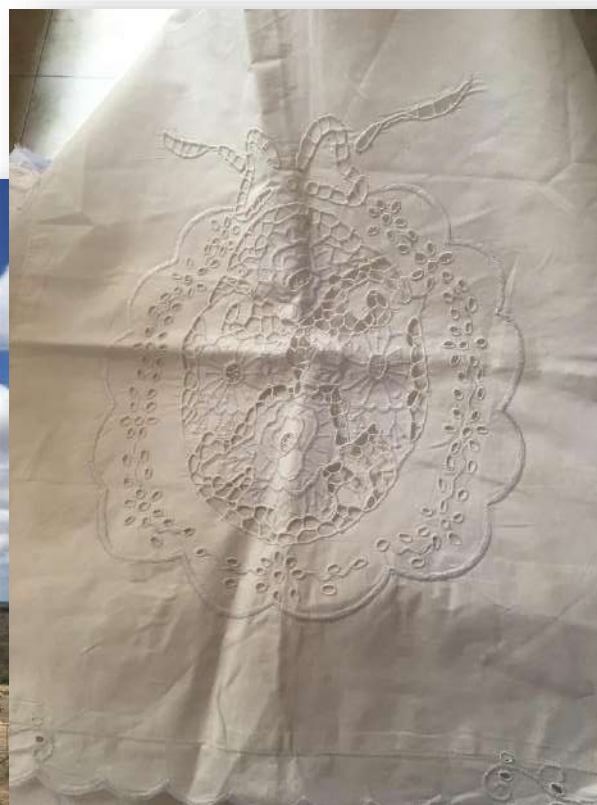


ATRATIVOS OU POTENCIAIS

- Associação de Bordadeiras de Vila Samambaia (Rechilieu)
- Na estrada de terra que vai da Vila Samambaia até o Povoado Curral dos Bois (Simão Dias) podemos encontrar uma trilha para registrar a presença de maricatas e papagaios.
- Trilhas na Serra dos Macacos, com uma rota chamada Toca da Onça e a presença de uma nascente;
- Mirante da Oração.



Vista do Mirante da Oração
Foto: Rosangela Vilela, 2019



Bordado Rechilieu
Foto: Rosangela Vilela, 2019

NOVA BRASÍLIA

Localizada a 20km de Tobias Barreto, a Comunidade Nova Brasília recebeu esse nome em homenagem aos filhos do povoado que trabalharam em Brasília. Em 2008, a prefeita Marly Barreto Campos inaugurou uma réplica do Palácio do Planalto.



Réplica do Palácio do Planalto
Foto: Rosangela Vilela, 2019



Como chegar?

O percurso é similar ao utilizado para chegar a Vila Samambaia, pois a comunidade fica localizada na BR – 290, sentido Poço Verde. Não há sinalização indicando a chegada à comunidade, porém conseguimos visualizar da pista o monumento.

ATRATIVOS OU POTENCIAIS

- Bordadeiras da Nova Brasília
- Réplica do Palácio do Planalto
- Doces Caseiros (Casa de D. Dete)
- Novenários da Igreja (Festa de São José Operário, em Abril)



Bordados da comunidade
Foto: Rosangela Vilela, 2019

Doces de D. Dete
Foto: Rosangela Vilela, 2019

POVOADO JACARÉ

Fica localizado a 23 km do município de Tobias Barreto. Nesse povoado há o Recanto da Serra, atrativo do município. O Recanto foi inaugurado em 2003, e aberto ao público em 2008. O Recanto da Serra faz parte de rota de turismo da região. O povoado Jacaré vive da plantação de feijão e milho, além da criação de gado e ovelha.



Acesso ao Recanto da Serra
Foto: Rosangela Vilela, 2019

Como chegar?

Para chegar ao Recanto da Serra, percorremos após a comunidade Nova Brasília, 2,7 km pela BR 290. Há uma placa de sinalização em frente ao ponto de ônibus localizado na estrada.



ATRATIVOS OU POTENCIAIS

- Recanto da Serra;
- Museu D. Maria;
- Trilha do tropeiro;
- Busto de Epifânio Dórea;
- Igreja católica no centro do povoado Jacaré;
- Serra dos macacos com a cachoeira.



Busto de Epifânio Dória
Foto: Rosangela Vilela, 2019



Área de lazer do Recanto da Serra
Foto: Rosangela Vilela, 2019

O PLANEJAMENTO

Através da análise SWOT construída nas oficinas participativas, identificamos os principais problemas enfrentados pelas comunidades. Sendo assim, apresentamos neste documento estratégias de ação para que a atividade turística seja fortalecida nas comunidades rurais do município de Tobias Barreto.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- Melhorar a divulgação do município (através de mídias sociais);
- Confeccionar panfletos para expor as atividades nos espaços públicos;
- Mobilizar a comunidade a construir o pensamento coletivo, para despertar a vontade de conhecer sua história e fortalecer a identidade local, através de encontros;
- Criar um coletivo e/ou associação;
- Articular com a Secretaria de Meio Ambiente para a promoção de programas de capacitação;
- Integrar os moradores/agricultores às atividades de proteção ao meio ambiente;
- Motivar a produção do artesanato, através de cursos de capacitação para os artesãos e organização da classe;
- Instigar a organização da comunidade para o fortalecimento das atividades turísticas (associação/cooperativa/ economia solidária);
- Propor futuramente a hospedagem (serviço de cama-café) dos turistas nas casas dos agricultores e moradores da região;
- Criar áreas de camping no Recanto da Serra;
- Diversificar os cardápios, através de cozinha coletiva, onde o turista poderá tomar café ou almoçar em locais diferentes.

O QUE ALMEJAMOS?

- ❖ Eficiência na divulgação dos atrativos para contribuir com o crescimento do fluxo de turistas e a geração de renda;
- ❖ Desenvolvimento da agricultura, artesanato e culinária local;
- ❖ Resgate da fauna e flora e Aprimoramento da agricultura familiar;
- ❖ Compartilhamento dos saberes locais, assim como melhorar a autoestima das artesãs/artesãos e produtores locais para o crescimento da geração de renda;
- ❖ Diversificação da oferta, para auxiliar na divulgação e potencialização dos atrativos locais, além do aumento da renda local.

AÇÕES DE PLANEJAMENTO

As ações têm como objetivo definir as competências e responsabilidades de cada participante e órgão envolvido, além de estipular prazos para a realização e concretização das atividades que serão realizadas.



Fonte: Elaboração própria, 2018 de acordo com as oficinas realizadas na comunidade.

**CONSTRUINDO ROTEIROS TURÍSTICOS
EM TOBIAS BARRETO**

De acordo com Tavares (2002), roteiros são itinerários organizados, e podem ser classificados como:

- A rota é um percurso continuado e delimitado, onde há uma sequência lógica e ordenada dos destinos e apresenta ponto inicial e final, não passando pelos locais já visitados.
- Já o roteiro não possui sequência ordenada de visitação. Isso quer dizer, que você pode elencar os atrativos e visitá-los, sem que haja a necessidade de propor uma sequência. Pode apresentar ponto inicial e final, mas não há obrigatoriedade como ocorre na rota.

PONTOS IMPORTANTES PARA A ELABORAÇÃO DE UM ROTEIRO TURÍSTICO

- Definir o público alvo.
- Tipo de consumo (coletivo ou individual)
- Qual a motivação do roteiro?
- Meio de transporte utilizado.
- Qual o título do roteiro?
- Quais os atrativos?
- Meios de hospedagem.
- Serviços de alimentos e bebidas.
- Duração do roteiro.
- Qual o itinerário (distância, caminho a percorrer, Km)?
- Quantidade de paradas.

O ROTEIRO

Roteiro

08h – Saída da Casa de Tobias Barreto

8h20- 09h: Chegada à Comunidade Nova Brasília

- Casa de Dona Dete (Doceira)
- Praça dos Três Poderes
- Casa de Seu Querubim

09h10- 10h30: Chegada ao Recanto da Serra

- Passeio de Charrete
- Busto de Epifânio Dória

10h40-12h: Retorno ao Recanto

- Visita ao Museu D. Maria
- Banho de piscina

12h- 14h: Almoço

14h: Retorno à Casa de Tobias

Apêndice D – Panfleto para divulgação das atividades locais

Conheça Tobias Barreto e suas comunidades rurais!



Nova Brasília



Povoado Jacaré



Vila Samambaia

Trilhas

Museus

Culinária

Artesanato

Bordados

Entre em contato conosco:

(79) 99805 - 2860 (Pedro Menezes) (79) 99601 - 2724 (Victória Ribeiro)
(79) 99967 - 0709 (Toni Lander)